

DFP

Demonstrações Financeiras Padronizadas

Companhia: NEOENERGIA S.A

Data Entrega: 23/04/2019

Tipo Apresentação: Reapresentação Espontânea

Versão: 2

Índice

Dados Cadastrais

Dados Gerais

Endereço

Valores Mobiliários

Auditor

Escriturador de ações

DRI ou pessoa equiparada

Departamento de Acionistas

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes

Parecer dos Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Proposta de Orçamento de capital

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Número de Ações (Unidade)	31/12/2018
---------------------------	------------

Do Capital Integralizado

Ordinárias	1.213.797
------------	-----------

Preferenciais	0
---------------	---

Total	1.213.797
-------	-----------

Em Tesouraria

Ordinárias	0
------------	---

Preferenciais	0
---------------	---

Total	0
-------	---

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
1	Ativo Total	18.730.584	17.544.543	
1.01	Ativo Circulante	455.779	1.625.685	
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	253.593	1.276.710	
1.01.02	Aplicações Financeiras		87	
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado		87	
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação			
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo		87	
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes			
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento			
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			
1.01.03	Contas a Receber	62	1.140	
1.01.03.01	Clientes			
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	62	1.140	
1.01.04	Estoques			
1.01.05	Ativos Biológicos			
1.01.06	Tributos a Recuperar	133.071	61.014	
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	133.071	61.014	
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.307	1.439	
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	67.746	285.295	
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	26.838	16.086	
1.01.08.01.01	Ativos classificados como mantidos para venda			
1.01.08.01.02	Instrumentos financeiros derivativos	26.838	16.086	
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas			
1.01.08.03	Outros	40.908	269.209	
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos			
1.01.08.03.02	Juros sobre capital próprio a receber			

1.01.08.03.03	Outros ativos circulantes	40.908	269.209	
1.02	Ativo Não Circulante	18.274.805	15.918.858	
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	758.851	1.498.538	
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado			
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo			
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes			
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		95	
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber		95	
1.02.01.04	Contas a Receber			
1.02.01.04.01	Clientes			
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber			
1.02.01.05	Estoques			
1.02.01.06	Ativos Biológicos			
1.02.01.07	Tributos Diferidos			
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos			
1.02.01.08	Despesas Antecipadas			
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	758.851	1.498.443	
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas			
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas			
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	47.910	45.210	
1.02.01.09.04	Outros ativos não circulantes	157.534	993.486	
1.02.01.09.05	Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	553.407	452.631	
1.02.01.09.06	Juros sobre capital próprio			
1.02.01.09.07	Outros ativos financeiros não circulantes			
1.02.01.09.08	Instrumentos financeiros derivativos		7.116	
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes			
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda			
1.02.01.10.02	Ativos de Operações Descontinuadas			

1.02.02	Investimentos	17.486.887	14.391.480	
1.02.02.01	Participações Societárias	17.486.887	14.391.480	
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas			
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	15.070.748	12.147.518	
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	2.416.139	2.243.962	
1.02.02.01.04	Outros Investimentos			
1.02.02.02	Propriedades para Investimento			
1.02.03	Imobilizado	28.053	27.711	
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	19.395	20.599	
1.02.03.02	Direito de Uso em Andamento			
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	8.658	7.112	
1.02.04	Intangível	1.014	1.129	
1.02.04.01	Intangíveis	1.014	1.129	
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão			

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
2	Passivo Total	18.730.584	17.544.543	
2.01	Passivo Circulante	889.214	1.139.968	
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.906	8.566	
2.01.01.01	Obrigações Sociais			
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	15.906	8.566	
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	15.906	8.566	
2.01.02	Fornecedores	61.563	46.618	
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	61.563	46.618	
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros			
2.01.03	Obrigações Fiscais	93.059	145.760	
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	93.059	145.760	
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	93.059	145.760	
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais			
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais			
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	287.091	781.995	
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	159.186	646.244	
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	159	20.388	
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	159.027	625.856	
2.01.04.02	Debêntures	127.905	135.751	
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro			
2.01.05	Outras Obrigações	431.595	157.029	
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas			
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas			
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas			
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores			
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			
2.01.05.02	Outros	431.595	157.029	

2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	329.488	99.444	
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar			
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			
2.01.05.02.04	Outras passivos circulantes	102.107	56.539	
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos		1.046	
2.01.06	Provisões			
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis			
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais			
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas			
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis			
2.01.06.02	Outras Provisões			
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias			
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação			
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
2.02	Passivo Não Circulante	587.593	1.026.038	
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	421.127	671.209	
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos		136.692	
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional			
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira		136.692	
2.02.01.02	Debêntures	421.127	534.517	
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro			
2.02.02	Outras Obrigações	154.506	297.347	
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas			
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas			

2.02.02.01.02	Débitos com Controladas			
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores			
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			
2.02.02.02	Outros	154.506	297.347	
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.02.02.02.03	Fornecedores			
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos			
2.02.02.02.05	Outros passivos não circulantes	154.506	297.347	
2.02.03	Tributos Diferidos	3.323	48.514	
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.323	48.514	
2.02.04	Provisões	8.637	8.968	
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.637	8.968	
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	7.691	7.628	
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	946	1.338	
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis		2	
2.02.04.02	Outras Provisões			
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias			
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação			
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar			
2.02.06.01	Lucros a Apropriar			
2.02.06.02	Receitas a Apropriar			
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar			

2.03	Patrimônio Líquido	17.253.777	15.378.537	
2.03.01	Capital Social Realizado	12.919.982	11.919.982	
2.03.02	Reservas de Capital	93.276	100.711	
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações			
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação			
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição			
2.03.02.04	Opções Outorgadas			
2.03.02.05	Ações em Tesouraria			
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.03.03	Reservas de Reavaliação			
2.03.04	Reservas de Lucros	6.006.961	5.156.503	
2.03.04.01	Reserva Legal	753.983	672.015	
2.03.04.02	Reserva Estatutária			
2.03.04.03	Reserva para Contingências			
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	234.351	73.046	
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.018.627	4.210.886	
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos			
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais			
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto		200.556	
2.03.04.09	Ações em Tesouraria			
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados			
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.594.067	-1.586.080	
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão			
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-172.375	-212.579	

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.111	8.992
3.01.01	Receita bruta	4.179	11.222
3.01.02	(-) Deduções da receita bruta	-1.068	-2.230
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos		
3.03	Resultado Bruto	3.111	8.992
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.484.085	649.643
3.04.01	Despesas com Vendas		
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-155.743	-94.613
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-9.167	
3.04.04	Outras Receitas Operacionais		
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-173.385	-112.087
3.04.05.01	Provisão para desvalorização de investimentos		
3.04.05.02	Amortização de mais-valia	-173.385	-112.087
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.822.380	856.343
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.487.196	658.635
3.06	Resultado Financeiro	27.332	-217.603
3.06.01	Receitas Financeiras	364.241	208.448
3.06.02	Despesas Financeiras	-336.909	-426.051
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.514.528	441.032
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	22.318	-22.320
3.08.01	Corrente	-22.873	-16.058
3.08.02	Diferido	45.191	-6.262
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.536.846	418.712
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas		
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas		
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas		

3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.536.846	418.712
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01.01	ON	1	0
3.99.02.01	ON		

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	1.536.846	418.712
4.02	Outros Resultados Abrangentes	40.204	-100.857
4.02.01	Efeitos dos planos de benefícios e planos de saúde a empregados das investidas	33.392	-99.167
4.02.02	Resultado abrangente sobre hedge de fluxo de caixa das investidas	1.791	-1.690
4.02.03	Impostos diferidos sobre resultado abrangente	5.021	
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.577.050	317.855

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	585.327	530.675
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-54.296	-54.271
6.01.01.01	Lucro antes da contribuição social e Imposto de renda	1.536.846	418.712
6.01.01.02	Depreciação e amortização	3.151	3.150
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-1.822.380	-856.343
6.01.01.04	Provisão para perdas no investimento		
6.01.01.05	Amortização de mais-valia	173.385	112.087
6.01.01.06	Encargos de dívidas e atualizações monet, camb. e derivativos e outras receitas e despesas financ.	61.543	208.279
6.01.01.07	Outras receitas e despesas financeiras líquidas		
6.01.01.08	Perda/(ganho) na baixa de ativos, imobilizado, intangíveis e financeiros indenizáveis	1	
6.01.01.09	Atualização das provisões para contingências	58	481
6.01.01.10	Outras impactos não caixa no resultado		
6.01.01.11	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	9.167	
6.01.01.12	Prov. Desval. da Particip. Societárias Permanentes		
6.01.01.13	Outras provisões e atualizações	4.322	34.683
6.01.01.14	Provisão contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	1.929	2.360
6.01.01.15	Imposto de Renda e Contribuição Social	-22.318	22.320
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	639.623	584.946
6.01.02.01	Recebimento de dividendos e juros s/ capital próprio	766.392	614.117
6.01.02.02	Recebimento de juros sobre capital próprio		
6.01.02.03	Fundos vinculados		
6.01.02.04	Titulos e valores mobiliários		
6.01.02.05	Impostos e Contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	7	
6.01.02.06	IR e CSLL a Recuperar	-72.064	-2.049
6.01.02.07	Depósitos judiciais	199	-4.106

6.01.02.08	Ganhos com instrumentos financeiros derivativos		
6.01.02.09	Outros ativos	36.435	26.716
6.01.02.10	Fornecedores	14.945	21.198
6.01.02.11	Salários e encargos a pagar	7.340	3.057
6.01.02.12	Empréstimos e financiamentos		
6.01.02.13	Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	-52.437	-187
6.01.02.14	Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-264	-2.882
6.01.02.15	Obrigações estimadas		
6.01.02.16	Despesas pagas antecipadamente	132	
6.01.02.17	Outros passivos	24.144	82.683
6.01.02.18	Contas a receber de clientes	892	13.876
6.01.02.19	Encargos de dívidas e swap pagos	-86.098	-167.477
6.01.02.20	Perdas com instrumentos financeiros		
6.01.03	Outros		
6.01.03.01	Despesas pagas antecipadamente		
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.363.263	-554.278
6.02.01	Integralização de capital em investidas	-1.314.095	-697.616
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-1.546	-166
6.02.03	Aquisição de intangível	-2	-465
6.02.04	Aquisição de investimento		-1.052
6.02.05	Aplicação em títulos e valores mobiliários		
6.02.06	Resgate/(aplicação) de títulos e valores mobiliários	87	264.989
6.02.07	Alienação de investimentos societários		519.115
6.02.08	Combinação de negócios		280.967
6.02.09	Adiantamento para futuro aumento de capital	-47.707	-920.050
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-245.181	1.300.075
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos		400.000
6.03.03	Empréstimos com partes relacionadas		
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-510.459	

6.03.05	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-620.394	-449.925
6.03.06	Amortização do principal de debêntures	-114.328	
6.03.07	Coligadas e controladora		
6.03.08	Captação de debêntures		250.000
6.03.09	Aumento de capital	1.000.000	1.100.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.023.117	1.276.472
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.276.710	238
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	253.593	1.276.710

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2018 à 31/12/2018

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	11.919.982	100.711	5.156.503	0	-1.798.659	15.378.537
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	11.919.982	100.711	5.156.503	0	-1.798.659	15.378.537
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	-7.435	-200.556	0	-7.987	784.022
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	0	0	0	1.000.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos						
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio						
5.04.08	Dividendos aprovados	0	0	-200.556	0	0	-200.556
5.04.09	(-) Gastos com Emissão de Ações	0	-7.435	0	0	0	-7.435
5.04.12	Ajuste de transação com os sócios	0	0	0	0	-7.987	-7.987
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.639.376	40.204	1.679.580
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.536.846	0	1.536.846

5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	102.530	40.204	142.734
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.06	Resultado abrangente decorrente de equivalência s/ investida	0	0	0	0	41.926	41.926
5.05.02.07	Reclassificação plano de pensão das investidas (conforme parágrafo 122 CPC 33)	0	0	0	1.722	-1.722	0
5.05.02.08	Adoção inicial ao CPC 47	0	0	0	161.305	0	161.305
5.05.02.09	Adoção inicial ao CPC 48	0	0	0	-60.497	0	-60.497
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.051.014	-1.639.376	0	-588.362
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.06.04	Reserva legal	0	0	81.968	-81.968	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	807.741	-807.741	0	0

5.06.06	Reserva de lucros a realizar	0	0	161.305	-161.305	0	0
5.06.07	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-522.362	0	-522.362
5.06.08	Dividendos intermediários	0	0	0	-66.000	0	-66.000
5.07	SalDOS finais	12.919.982	93.276	6.006.961	0	-1.766.442	17.253.777
5.01	SalDOS Iniciais	11.919.982	100.711	5.157.019	0	-1.798.659	15.379.053
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.02.01	Aprovação da proposta de dividendos						
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	11.919.982	100.711	5.157.019	0	-1.798.659	15.379.053
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	-7.435	-200.556	0	-7.987	784.022
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	0	0	0	1.000.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos	0	0	-200.556	0	0	-200.556
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio						
5.04.08	(-) Gastos com Emissão de Ações	0	-7.435	0	0	0	-7.435
5.04.09	Ajuste de transação com os sócios	0	0	0	0	-7.987	-7.987
5.04.10	Reserva de capital						
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.638.860	40.204	1.679.064

5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.536.330	0	1.536.330
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	102.530	40.204	142.734
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.06	Adoção inicial ao CPC 47	0	0	0	161.305	0	161.305
5.05.02.07	Adoção inicial ao CPC 48	0	0	0	-60.497	0	-60.497
5.05.02.08	Reclassificação de plano de pensão das investidas (conforme parágrafo 122 CPC 33)	0	0	0	1.722	-1.722	0
5.05.02.09	Outros resultados abrangentes						
5.05.02.10	Participação sobre hedge de fluxo de caixa das investidas	0	0	0	0	6.812	6.812
5.05.02.11	Participação sobre Planos de Benefícios e Planos de Saúde a Empregados das investidas	0	0	0	0	35.114	35.114
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.050.498	-1.638.860	0	-588.362
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						

5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.06.04	Reserva legal	0	0	81.968	-81.968	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	807.741	-807.741	0	0
5.06.06	Reserva de lucros a realizar	0	0	160.789	-160.789	0	0
5.06.07	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-522.362	0	-522.362
5.06.08	Dividendos intermediários	0	0	0	-66.000	0	-66.000
5.07	SalDOS finais	12.919.982	93.276	6.006.961	0	-1.766.442	17.253.777

01/01/2017 à 31/12/2017

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	4.739.025	2.288	5.053.611	0	-1.102.248	8.692.676
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.053.611	0	-1.102.248	8.692.676
5.04	Transações de Capital com os Sócios	7.180.957	98.423	102.892	-418.712	-595.108	6.368.452
5.04.01	Aumentos de Capital	7.180.957	0	0	0	0	7.180.957
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos						

5.04.07	Juros sobre Capital Próprio						
5.04.08	Aprovação da proposta de dividendos	0	0	-216.376	0	0	-216.376
5.04.09	Ajuste de transação com sócios	0	0	0	0	-595.108	-595.108
5.04.10	Reserva Legal	0	0	20.936	-20.936	0	0
5.04.11	Dividendos adicionais propostos	0	0	200.556	-200.556	0	0
5.04.12	Reserva de retenção de lucros	0	0	97.776	-97.776	0	0
5.04.13	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-99.444	0	-99.444
5.04.14	Constituição de reserva de capital	0	98.423	0	0	0	98.423
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	418.712	-101.303	317.409
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	418.712	0	418.712
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-101.303	-101.303
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.06	Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investimento	0	0	0	0	-101.303	-101.303
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						

5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	11.919.982	100.711	5.156.503	0	-1.798.659	15.378.537

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	-4.988	11.222
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.179	11.222
7.01.02	Outras Receitas		
7.01.02.01	Resultado alienação/desativação bens e direitos		
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-9.167	
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-115.070	-75.633
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-115.070	-75.633
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros		
7.03	Valor Adicionado Bruto	-120.058	-64.411
7.04	Retenções	-176.536	-115.237
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-176.536	-115.237
7.04.02	Outras		
7.04.02.01	Perdas e recuperações de valores ativos		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-296.594	-179.648
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.195.192	1.068.351
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.822.380	856.343
7.06.02	Receitas Financeiras	372.812	212.008
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.898.598	888.703
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.898.598	888.703
7.08.01	Pessoal	31.284	13.016
7.08.01.01	Remuneração Direta		
7.08.01.02	Benefícios	1.377	264

7.08.01.03	F.G.T.S.		
7.08.01.04	Outros	29.907	12.752
7.08.01.04.01	Benefícios pós-emprego e outros benefícios		245
7.08.01.04.02	Administradores	25.690	11.003
7.08.01.04.03	Outros	4.217	1.504
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-6.665	30.781
7.08.02.01	Federais	-7.526	29.542
7.08.02.02	Estaduais		
7.08.02.03	Municipais	861	1.239
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	337.132	426.194
7.08.03.01	Juros	336.909	426.051
7.08.03.02	Aluguéis	223	143
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	588.362	99.444
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	522.362	
7.08.04.02	Dividendos	66.000	99.444
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período		
7.08.05	Outros	948.485	319.268
7.08.05.01	Dividendos Propostos		200.556
7.08.05.02	Lucro retido (Reserva legal)	81.969	20.936
7.08.05.03	Reserva de retenção de lucro	806.019	97.776
7.08.05.04	Reserva de lucros não realizados	161.305	
7.08.05.05	Adoção Inicial ao CPC 48	60.497	
7.08.05.06	Adoção Inicial ao CPC 47	-161.305	
7.08.05.07	Participação dos não controladores		

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
1	Ativo Total	46.564.478	42.145.769	
1.01	Ativo Circulante	11.497.466	11.006.728	
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.933.675	3.856.434	
1.01.02	Aplicações Financeiras	21.517	16.701	
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	21.517	16.701	
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação			
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	21.517	16.701	
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes			
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			
1.01.03	Contas a Receber	5.160.926	4.922.952	
1.01.03.01	Clientes	5.160.926	4.922.952	
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	5.160.926	4.922.952	
1.01.03.02	Outras Contas a Receber			
1.01.04	Estoques			
1.01.05	Ativos Biológicos			
1.01.06	Tributos a Recuperar	819.838	572.550	
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	819.838	572.550	
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	819.838	572.550	
1.01.07	Despesas Antecipadas	98.692	80.299	
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.462.818	1.557.792	
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda			
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas			
1.01.08.03	Outros	1.462.818	1.557.792	
1.01.08.03.01	Fundos vinculados			
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	218.847	354.808	
1.01.08.03.03	Benefícios pós-emprego e outros benefícios			

1.01.08.03.04	Serviços em curso	59.859	54.544	
1.01.08.03.05	Concessão de Serviço público (Ativo financeiro)		67.449	
1.01.08.03.06	Recursos CDE			
1.01.08.03.07	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	1.023.290	507.804	
1.01.08.03.08	Ativos classificados como mantidos para venda			
1.01.08.03.09	Instrumentos financeiros derivativos	108.921	573.187	
1.01.08.03.10	Concessão de Serviço público (Ativo Contratual)	51.901		
1.02	Ativo Não Circulante	35.067.012	31.139.041	
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.424.106	11.430.327	
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	109.804	2.997	
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo			
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes			
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	343.704	370.793	
1.02.01.03.01	Clientes	343.704	370.793	
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber			
1.02.01.04	Contas a Receber			
1.02.01.04.01	Clientes			
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber			
1.02.01.05	Estoques			
1.02.01.06	Ativos Biológicos			
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.031.035	1.303.799	
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.031.035	1.303.799	
1.02.01.08	Despesas Antecipadas			
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas			
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	15.939.563	9.752.738	
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda			
1.02.01.10.02	Ativos de Operações Descontinuadas			
1.02.01.10.03	Créditos com Coligadas			

1.02.01.10.04	Ativo indenizável (concessão)			
1.02.01.10.05	Impostos e contribuições a recuperar	362.319	346.926	
1.02.01.10.06	Coligadas e controladora			
1.02.01.10.07	Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora			
1.02.01.10.08	Depósitos judiciais	792.014	731.866	
1.02.01.10.09	Despesas pagas antecipadamente	6.780	7.140	
1.02.01.10.10	Superávit atuarial			
1.02.01.10.11	Dividendos a receber	12.828	11.110	
1.02.01.10.12	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8.599	218.619	
1.02.01.10.13	Outros ativos não circulantes	111.837	92.261	
1.02.01.10.14	Juros sobre capital próprio a receber			
1.02.01.10.15	Benefícios pós-emprego e outros benefícios	31.354	13.065	
1.02.01.10.16	Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	9.255.797	7.928.268	
1.02.01.10.17	Instrumentos financeiros derivativos	1.045.220	403.483	
1.02.01.10.18	Outros ativos financeiros não circulantes			
1.02.01.10.19	Concessão do serviço público (Ativo contratual)	4.312.815		
1.02.02	Investimentos	2.418.124	2.252.440	
1.02.02.01	Participações Societárias	2.416.139	2.243.962	
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	2.416.139	2.243.962	
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto			
1.02.02.01.05	Outros Investimentos			
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	1.985	8.478	
1.02.02.02.01	Outros investimentos	1.985	8.478	
1.02.03	Imobilizado	5.894.392	5.602.006	
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.748.242	3.865.863	
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento			
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.146.150	1.736.143	
1.02.04	Intangível	9.330.390	11.854.268	
1.02.04.01	Intangíveis	9.330.390	11.854.268	

1.02.04.01.01	Contrato de Concessão			
1.02.04.02	Goodwill			
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas			
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores			
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas			

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
2	Passivo Total	46.564.478	42.145.769	
2.01	Passivo Circulante	8.030.288	11.939.003	
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	269.609	294.378	
2.01.01.01	Obrigações Sociais			
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	269.609	294.378	
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	269.609	294.378	
2.01.02	Fornecedores	2.646.752	3.221.085	
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.646.752	3.221.085	
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros			
2.01.03	Obrigações Fiscais	826.468	876.278	
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	826.468	876.278	
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	826.468	876.278	
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais			
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais			
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.826.048	6.125.755	
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.933.847	5.138.572	
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.256.105	1.854.093	
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	677.742	3.284.479	
2.01.04.02	Debêntures	892.201	987.183	
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro			
2.01.05	Outras Obrigações	1.310.034	1.273.201	
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas			
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas			
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores			
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			
2.01.05.02	Outros	1.310.034	1.273.201	
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	342.499	110.821	

2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar			
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			
2.01.05.02.04	Outros passivos circulantes	584.250	607.475	
2.01.05.02.05	Benefícios pós-emprego e outros benefícios	61.833	62.982	
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	293.997	456.290	
2.01.05.02.07	Concessão do serviço público (Uso do bem Público)	4.178	3.976	
2.01.05.02.08	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros			
2.01.05.02.09	Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda			
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	23.277	31.657	
2.01.05.02.11	Outros passivos financeiros circulantes			
2.01.06	Provisões	151.377	148.306	
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis			
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais			
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas			
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis			
2.01.06.02	Outras Provisões			
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias			
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação			
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
2.02	Passivo Não Circulante	20.957.395	14.598.412	
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	18.230.044	12.188.483	
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	10.371.871	8.100.590	
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.269.487	4.416.330	
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.102.384	3.684.260	

2.02.01.02	Debêntures	7.858.173	4.087.893	
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro			
2.02.02	Outras Obrigações	1.745.181	1.499.143	
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas			
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas			
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores			
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			
2.02.02.02	Outros	1.745.181	1.499.143	
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.02.02.02.03	Fornecedores	113.711	100.484	
2.02.02.02.04	Encargos Setoriais	159.120	162.558	
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	6.403	5.408	
2.02.02.02.06	Benefícios pós-emprego e outros benefícios	879.759	913.521	
2.02.02.02.07	Coligadas, controladas e controladoras			
2.02.02.02.08	Recursos destinados a aumento de capital			
2.02.02.02.09	Outros passivos não circulantes	344.794	250.817	
2.02.02.02.10	Concessão de serviço público (Uso do bem público)	51.267	49.835	
2.02.02.02.11	Instrurmentos Financeiros Derivativos	4.906	16.520	
2.02.02.02.12	Outros passivos financeiros não circulantes			
2.02.02.02.13	Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	185.221		
2.02.03	Tributos Diferidos	116.544	136.510	
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	116.544	136.510	
2.02.04	Provisões	865.626	774.276	
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	865.626	774.276	
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais			
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas			
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis			

2.02.04.02	Outras Provisões			
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias			
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação			
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
2.02.05.02.08	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros			
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar			
2.02.06.01	Lucros a Apropriar			
2.02.06.02	Receitas a Apropriar			
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar			
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	17.576.795	15.608.354	
2.03.01	Capital Social Realizado	12.919.982	11.919.982	
2.03.02	Reservas de Capital	93.276	100.711	
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações			
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação			
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição			
2.03.02.04	Opções Outorgadas			
2.03.02.05	Ações em Tesouraria			
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.03.03	Reservas de Reavaliação			
2.03.04	Reservas de Lucros	6.006.961	5.157.019	
2.03.04.01	Reserva Legal	753.983	672.015	
2.03.04.02	Reserva Estatutária			
2.03.04.03	Reserva para Contingências			
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	234.351	73.562	
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.018.627	4.210.886	

2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos			
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais			
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto		200.556	
2.03.04.09	Ações em Tesouraria			
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados			
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.594.067	-1.586.080	
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão			
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-172.375	-212.579	
2.03.08.01	Ganho/perda sobre ativo disponível para venda			
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	323.018	229.301	

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	25.953.659	20.508.070
3.01.01	Receita bruta	37.815.596	29.548.869
3.01.02	(-) Deduções da receita bruta	-11.861.937	-9.040.799
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-20.877.786	-16.889.682
3.03	Resultado Bruto	5.075.873	3.618.388
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.805.987	-1.494.603
3.04.01	Despesas com Vendas	-305.972	-374.706
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.104.874	-717.134
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-274.400	-197.682
3.04.04	Outras Receitas Operacionais		
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-177.061	-112.385
3.04.05.01	Provisão para desvalorização de investimento		
3.04.05.02	Amortização de mais-valia	-177.061	-112.385
3.04.05.03	Outras despesas		
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	56.320	-92.696
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.269.886	2.123.785
3.06	Resultado Financeiro	-1.168.966	-1.394.264
3.06.01	Receitas Financeiras	6.123.717	2.792.085
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.292.683	-4.186.349
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.100.920	729.521
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-506.969	-277.992
3.08.01	Corrente	-265.844	-135.208
3.08.02	Diferido	-241.125	-142.784
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.593.951	451.529
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas		
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas		

3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.593.951	451.529
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.536.330	406.088
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	57.621	45.441
3.99.01.01	ON	1	0
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	1.536.846	418.712
4.02	Outros Resultados Abrangentes	40.204	-100.857
4.02.01	Efeitos dos planos de benefícios e planos de saúde a empregados das investidas	33.392	-99.167
4.02.02	Resultado abrangente sobre hedge de fluxo de caixa das investidas	1.791	-1.690
4.02.03	Impostos diferidos sobre resultado abrangente	5.021	
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.577.050	317.855

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.328.445	694.362
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.964.940	2.664.766
6.01.01.01	Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	1.593.951	451.529
6.01.01.02	Depreciação e amortização	1.128.058	880.037
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-56.320	92.696
6.01.01.04	Amortização de mais-valia	177.061	112.385
6.01.01.05	Juros e variações monetárias líquidas		
6.01.01.06	Valor de reposição estimado da concessão	-489.441	-351.813
6.01.01.07	Encargos de dívidas e atualizações monet, camb. e derivativos e outras receitas e despesas financ.	1.267.296	1.601.791
6.01.01.08	Perda/(ganho) na baixa de ativos, imobilizado, intangíveis e financeiros indenizáveis	114.283	113.086
6.01.01.09	Impostos e contribuições diferidos		
6.01.01.10	Prov. Desval. da Particip. Societárias Permanentes		
6.01.01.11	Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	172.091	131.089
6.01.01.12	Outras provisões e atualizações	12.061	58.320
6.01.01.13	Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas contas a receber	299.928	197.682
6.01.01.14	Provisão para plano de benefícios pós-emprego		
6.01.01.15	Valores a compensar/(repassar) da Parcela A e outros itens financeiros	-813.260	-1.010.436
6.01.01.16	Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego	90.623	87.596
6.01.01.17	Atualização das provisões para contingências	123.363	121.721
6.01.01.18	Atualização de títulos e valores mobiliários	-13.871	-87.110
6.01.01.19	Imposto de Renda e Contribuição Social	359.117	266.193
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.645.155	-1.865.696
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-201.303	-1.141.678
6.01.02.02	IR e CSLL a Recuperar	-238.239	-70.438
6.01.02.03	Recebimentos de dividendos e juros sobre capital próprio	55.223	15.916

6.01.02.04	Ganhos com instrumentos financeiros derivativos		
6.01.02.05	Partes relacionadas (Ativo)		
6.01.02.06	Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	-31.075	15.044
6.01.02.07	Estoques		
6.01.02.08	Partes relacionadas (Passivo)		
6.01.02.09	Encargos setoriais	-173.853	109.091
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-51.430	-42.738
6.01.02.11	Indenizações/contingências pagas	-258.308	-179.230
6.01.02.12	Despesas pagas antecipadamente	-104.436	-15.965
6.01.02.13	Fornecedores	-896.988	796.367
6.01.02.14	Salários e encargos a pagar	-24.767	98.618
6.01.02.15	Encargos de dívidas e derivativos pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-1.276.450	-1.276.025
6.01.02.16	Entidade de previdência privada		
6.01.02.17	Outros passivos	-241.289	-42.360
6.01.02.18	Entidade de previdência privada (ativo)		
6.01.02.19	Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	54.788	41.603
6.01.02.20	Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-257.028	-173.901
6.01.03	Outros	1.008.660	-104.708
6.01.03.01	Valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros	763.145	-3.238
6.01.03.02	Outros ativos	352.884	-110.403
6.01.03.03	Instrumentos derivativos		
6.01.03.04	Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	52.935	58.210
6.01.03.05	Benefício pós emprego e outros benefícios	22.645	29.911
6.01.03.06	Perdas com instrumentos financeiros		
6.01.03.07	Outros Ativos		
6.01.03.08	Valores de compensação da Parcela A e outros componentes financeiros	-70.130	
6.01.03.09	Fundos Vinculados		
6.01.03.10	Benefício pós emprego e outros benefícios	-112.819	-79.188

6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.372.826	-969.079
6.02.01	Integralização de capital	-174.071	-233.363
6.02.02	Aquisição de investimentos		-3.134
6.02.03	Alienação de bens do ativo permanente		
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-402.615	-818.006
6.02.05	Concessão serviço público (Ativo financeiro)	-3.739.356	-4.771
6.02.06	Aquisição de intangível	-1.114	-2.984.641
6.02.07	Outros		
6.02.08	Resgate de títulos e valores mobiliários	-55.670	1.022.449
6.02.09	Alienação de investimentos societários		519.115
6.02.10	Combinação de negócios		1.533.272
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.121.622	3.750.216
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	3.562.991	3.955.552
6.03.02	Captação de debêntures	4.759.853	2.222.862
6.03.03	Amortização de principal de empréstimo e financiamento	-4.909.330	-3.394.816
6.03.04	Amortização de principal de debêntures	-1.206.288	-487.354
6.03.05	Obrigações especiais	280.788	449.375
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-534.379	-21.090
6.03.07	Aumento de capital	1.039.126	1.100.000
6.03.08	Pagamentos de custos de captação	-54.032	-8.565
6.03.09	Empréstimos com partes relacionadas		
6.03.10	Pagamento de ações em tesouraria		
6.03.11	Depósitos em garantia	182.893	-65.748
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	77.241	3.475.499
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.856.434	380.935
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.933.675	3.856.434

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2018 à 31/12/2018

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	11.919.982	100.711	5.156.503	0	-1.798.659	15.378.537	0	15.378.537
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	11.919.982	100.711	5.156.503	0	-1.798.659	15.378.537	0	15.378.537
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	-7.435	-200.556	0	-7.987	784.022	0	784.022
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	0	0	0	1.000.000	0	1.000.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio								
5.04.08	Dividendos aprovados	0	0	-200.556	0	0	-200.556	0	-200.556
5.04.09	(-) Gastos com Emissão de Ações	0	-7.435	0	0	0	-7.435	0	-7.435
5.04.12	Ajuste de transação com os sócios	0	0	0	0	-7.987	-7.987	0	-7.987
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.639.376	40.204	1.679.580	0	1.679.580

5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.536.846	0	1.536.846	0	1.536.846
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	102.530	40.204	142.734	0	142.734
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.06	Resultado abrangente decorrente de equivalência s/ investida	0	0	0	0	41.926	41.926	0	41.926
5.05.02.07	Reclassificação plano de pensão das investidas (conforme parágrafo 122 CPC 33)	0	0	0	1.722	-1.722	0	0	0
5.05.02.08	Adoção inicial ao CPC 47	0	0	0	161.305	0	161.305	0	161.305
5.05.02.09	Adoção inicial ao CPC 48	0	0	0	-60.497	0	-60.497	0	-60.497
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.051.014	-1.639.376	0	-588.362	0	-588.362
5.06.01	Constituição de Reservas								

5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.06.04	Reserva legal	0	0	81.968	-81.968	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	807.741	-807.741	0	0	0	0
5.06.06	Reserva de lucros a realizar	0	0	161.305	-161.305	0	0	0	0
5.06.07	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-522.362	0	-522.362	0	-522.362
5.06.08	Dividendos intermediários	0	0	0	-66.000	0	-66.000	0	-66.000
5.07	Saldo Final	12.919.982	93.276	6.006.961	0	-1.766.442	17.253.777	0	17.253.777
5.01	Saldo Inicial	11.919.982	100.711	5.157.019	0	-1.798.659	15.379.053	229.301	15.608.354
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.02.01	Aprovação da proposta de dividendos								
5.03	Saldo Inicial Ajustado	11.919.982	100.711	5.157.019	0	-1.798.659	15.379.053	229.301	15.608.354
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	-7.435	-200.556	0	-7.987	784.022	20.263	804.285
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	0	0	0	1.000.000	56.934	1.056.934
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								

5.04.06	Dividendos	0	0	-200.556	0	0	-200.556	-26.966	-227.522
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio								
5.04.08	(-) Gastos com Emissão de Ações	0	-7.435	0	0	0	-7.435	261	-7.174
5.04.09	Ajuste de transação com os sócios	0	0	0	0	-7.987	-7.987	-9.966	-17.953
5.04.10	Reserva de capital								
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.638.860	40.204	1.679.064	73.454	1.752.518
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.536.330	0	1.536.330	57.621	1.593.951
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	102.530	40.204	142.734	15.833	158.567
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.06	Adoção inicial ao CPC 47	0	0	0	161.305	0	161.305	16.970	178.275
5.05.02.07	Adoção inicial ao CPC 48	0	0	0	-60.497	0	-60.497	-2.679	-63.176
5.05.02.08	Reclassificação de plano de pensão das investidas (conforme parágrafo 122 CPC 33)	0	0	0	1.722	-1.722	0	0	0
5.05.02.09	Outros resultados abrangentes								

5.05.02.10	Participação sobre hedge de fluxo de caixa das investidas	0	0	0	0	6.812	6.812	-471	6.341
5.05.02.11	Participação sobre Planos de Benefícios e Planos de Saúde a Empregados das investidas	0	0	0	0	35.114	35.114	2.013	37.127
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.050.498	-1.638.860	0	-588.362	0	-588.362
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.06.04	Reserva legal	0	0	81.968	-81.968	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	807.741	-807.741	0	0	0	0
5.06.06	Reserva de lucros a realizar	0	0	160.789	-160.789	0	0	0	0
5.06.07	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-522.362	0	-522.362	0	-522.362
5.06.08	Dividendos intermediários	0	0	0	-66.000	0	-66.000	0	-66.000
5.07	Saldo Final	12.919.982	93.276	6.006.961	0	-1.766.442	17.253.777	323.018	17.576.795

01/01/2017 à 31/12/2017

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
-------	-----------	------------------------------	--	-------------------	--------------------------------	-------------------------------	--------------------	------------------------------------	--------------------------------

5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.053.611	0	-1.102.248	8.692.676	0	8.692.676
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.053.611	0	-1.102.248	8.692.676	0	8.692.676
5.04	Transações de Capital com os Sócios	7.180.957	98.423	102.892	-418.712	-595.108	6.368.452	0	6.368.452
5.04.01	Aumentos de Capital	7.180.957	0	0	0	0	7.180.957	0	7.180.957
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio								
5.04.08	Aprovação da proposta de dividendos	0	0	-216.376	0	0	-216.376	0	-216.376
5.04.09	Ajuste de transação com sócios	0	0	0	0	-595.108	-595.108	0	-595.108
5.04.10	Reserva Legal	0	0	20.936	-20.936	0	0	0	0
5.04.11	Dividendos adicionais propostos	0	0	200.556	-200.556	0	0	0	0
5.04.12	Reserva de retenção de lucros	0	0	97.776	-97.776	0	0	0	0
5.04.13	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-99.444	0	-99.444	0	-99.444
5.04.14	Constituição de reserva de capital	0	98.423	0	0	0	98.423	0	98.423
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	418.712	-101.303	317.409	0	317.409

5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	418.712	0	418.712	0	418.712
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-101.303	-101.303	0	-101.303
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.06	Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investimento	0	0	0	0	-101.303	-101.303	0	-101.303
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldo Final	11.919.982	100.711	5.156.503	0	-1.798.659	15.378.537	0	15.378.537

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 31/12/2018	01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	37.538.187	29.352.462
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	37.815.596	29.548.778
7.01.02	Outras Receitas	-3.009	1.367
7.01.02.01	Resultado alienação/desativação bens e direitos	-3.009	1.367
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-274.400	-197.683
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.518.564	-17.222.005
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.558.878	-4.427.425
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros	-15.959.686	-12.794.580
7.02.04.01	Materias-primas consumidas	-363.287	-429.353
7.02.04.02	Energia elétrica comprada para revenda	-13.231.267	-11.402.716
7.02.04.03	Encargo de uso de rede básica de transmissão	-2.365.132	-962.511
7.03	Valor Adicionado Bruto	16.019.623	12.130.457
7.04	Retenções	-1.305.125	-989.289
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.305.125	-989.289
7.04.02	Outras		
7.04.02.01	Perda e recuperação de valores ativos		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	14.714.498	11.141.168
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.224.553	2.724.910
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	56.320	-92.696
7.06.02	Receitas Financeiras	6.168.233	2.817.606
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	20.939.051	13.866.078
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	20.939.051	13.866.078

7.08.01	Pessoal	1.100.679	1.004.560
7.08.01.01	Remuneração Direta	578.363	550.055
7.08.01.02	Benefícios		
7.08.01.03	F.G.T.S.		
7.08.01.04	Outros	522.316	454.505
7.08.01.04.01	Indenização trabalhista	113	-166
7.08.01.04.02	Encerramento de ordem em curso	2.042	2.055
7.08.01.04.03	Transferência para ordens	-243.568	-141.667
7.08.01.04.04	Despesas com desligamento	53.461	17.938
7.08.01.04.05	Auxílio alimentação	103.988	72.279
7.08.01.04.06	Convênio assistencial e outros benefícios	89.887	53.609
7.08.01.04.07	Provisão para férias e 13º salário	157.283	105.778
7.08.01.04.08	Plano de saúde	84.575	75.462
7.08.01.04.09	Participação nos resultados	123.839	115.960
7.08.01.04.10	Administradores	40.068	39.908
7.08.01.04.11	Outros	14.429	13.608
7.08.01.04.12	Encargos sociais (exceto INSS)	93.472	91.655
7.08.01.04.13	Benefícios pós-emprego e outros benefícios	2.727	8.086
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.909.956	8.191.660
7.08.02.01	Federais	4.691.206	2.148.195
7.08.02.02	Estaduais	6.184.546	6.011.707
7.08.02.03	Municipais	34.204	31.758
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.334.465	4.218.329
7.08.03.01	Juros	7.292.683	4.186.349
7.08.03.02	Aluguéis	40.519	31.980
7.08.03.03	Outras	1.263	
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	645.983	144.885
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	522.362	
7.08.04.02	Dividendos	66.000	99.444

7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período		
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	57.621	45.441
7.08.05	Outros	947.968	306.644
7.08.05.01	Dividendos propostos		200.556
7.08.05.02	Lucro retido (reserva legal)	81.969	20.936
7.08.05.03	Reserva de retenção de lucro	805.503	97.776
7.08.05.04	Prejuízos acumulados		
7.08.05.05	Reserva de lucros não realizados	161.305	-12.624
7.08.05.06	Adoção inicial ao CPC 48	60.496	
7.08.05.07	Adoção inicial ao CPC 47	-161.305	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Neoenergia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Neoenergia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis - individual e consolidado

Veja a Nota 4.5 j) e 21 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível e exercem julgamentos relevantes na determinação dos montantes que devem ser reconhecidos como provisões para esses processos, bem como na divulgação de passivos contingentes relevantes. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às provisões e passivos contingentes nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Solicitamos junto aos consultores legais da Companhia e suas controladas as informações dos processos fiscais, trabalhistas e cíveis contendo dentre outras informações, a avaliação do prognóstico de perda, quando aplicável, analisamos as teses que suportam as opiniões legais. Adicionalmente, quando aplicável, avaliamos as alterações de cenário entre a data base das demonstrações financeiras e a data do relatório de auditoria que, eventualmente, pudessem acarretar em mudança da avaliação efetuada. Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as provisões e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Instrumentos financeiros derivativos - individual e consolidado

Veja a Nota 4.5 a), 18 e 20 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia e suas controladas mantêm operações significativas com instrumentos financeiros derivativos para proteger certos riscos originários de exposições cambiais de acordo com o critério estabelecido em sua política de gestão de risco. Como forma de mitigar o risco de flutuações da taxa de câmbio, a Companhia contrata operação de derivativos (NDFs, Opções Asiáticas e Swaps). Além disso, a mensuração, a designação desses instrumentos financeiros como contabilidade de hedge (hedge de valor justo e hedge de fluxo de caixa) e a mensuração de sua efetividade requerem o cumprimento de certas obrigações formais, e incluem a necessidade de que a Companhia exerça julgamentos significativos em relação à proteção efetiva dos riscos de variação cambial e de juros. Devido à relevância, julgamento envolvido na mensuração da efetividade desses instrumentos financeiros derivativos, avaliação, mensuração e divulgações relacionadas ao valor justo de tais instrumentos financeiros derivativos ser complexa, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos incluíram o envolvimento dos nossos especialistas em instrumentos financeiros para auxiliar na avaliação da determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e a efetividade das relações de hedge, utilizando dados observáveis, como fluxos descontados com base em curvas de mercado. Com base em amostragem, de transações, avaliamos a suficiência da documentação dessas operações preparada para demonstrar a designação do instrumento como contabilidade de hedge e avaliamos o cálculo da efetividade das relações de hedge e suas respectivas contabilizações. Avaliamos também se as divulgações feitas nas demonstrações financeiras, consideram os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas e metodologias utilizadas para mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos e a contabilização dos hedges, assim como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mensuração dos ativos financeiros da concessão e do intangível - consolidado

Veja a Nota 15.1 e 16 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), a Companhia deve atender determinadas características no seu contrato de concessão de distribuição de energia considerando que os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato devem ser classificados como ativos financeiros por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente e o investimento remanescente do ativo financeiro deve ser classificado como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores. A ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica considera a infraestrutura de distribuição também como base para determinação da tarifa para cada ciclo tarifário e representa a indenização a ser paga pelo Poder Concedente ao final da concessão para o concessionário. A avaliação da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível envolve complexidade e julgamento por parte das controladas da Companhia que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras. Devido a esse fato, bem como à relevância dos valores e divulgações envolvidos, consideramos a mensuração dos Ativos Financeiros da Concessão e do Intangível, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados com o processo de análise e alocação entre ativo financeiro da concessão ou intangível dos investimentos realizados e também do ativo financeiro relacionado aos ativos não amortizados até o final do prazo da concessão. Avaliamos as premissas utilizadas na bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível e revisamos se os cálculos da atualização da base de remuneração associada aos ativos existentes em operação estão consistentes e de acordo com o último ciclo tarifário da Companhia e com o Manual de Procedimentos de Regulação Tarifária aprovado pela ANEEL. Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para analisar a alocação dos gastos da concessão. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que a mensuração e divulgação dos Ativos Financeiros da Concessão e do Intangível são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mensuração do Ativo contratual e da receita da infraestrutura de transmissão - consolidado

Veja a Nota 4.5 c), 4.6, 15.2 e 24 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da infraestrutura de transmissão por parte das controladas da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita da infraestrutura de transmissão e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase - Riscos relacionados a conformidades com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui investimento na coligada, Norte Energia S.A., que é mensurado pelo método de equivalência patrimonial. Referida investida, no contexto das investigações do seu acionista controlador, reconheceu um ajuste em suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores. Considerando que as investigações da operação conduzida pelo Ministério Público Federal ainda encontram-se em andamento, não está descartada a possibilidade de haver outros desdobramentos dessa investigação que possa envolver a investida. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reemissão de Relatório

Em 14 de fevereiro de 2019, emitimos relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, sem modificação e com parágrafo de ênfase sobre Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa 5, as demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para incluir as mudanças trazidas pela IFRS 15/CPC 47, onde os investimentos e melhorias que anteriormente permaneciam registrados como ativo intangível em curso, até a completa finalização das obras e melhorias, fossem reclassificados para a rubrica de ativo contratual. Consequentemente, nosso relatório de auditoria considera essas alterações e substitui o relatório anteriormente emitido. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o

Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

...mentos que recomendamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da NEOENERGIA S.A., dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinado, em reunião nesta data: i) as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, considerando os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia e ii) os relatórios dos auditores independentes, sendo EY para as Demonstrações Financeiras reapresentadas do exercício de 2016 e KPMG Auditores Independentes para as Demonstrações Financeiras reapresentadas do exercício de 2017 e 2018.

Com fundamento nas análises realizadas e no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, cujas alterações não ensejam mudanças no lucro líquido nem no patrimônio líquido reapresentados, sendo apenas reclassificações entre linhas para homogeneização e melhor comparabilidade dos exercícios, este Conselho opina que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 2019.

Francesco Gaudio Presidente do Conselho Fiscal

Camilo Buzzi

Eduardo Valdés Sanchez

João Guilherme Lamenza

Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

O Diretor Presidente e os demais Diretores da NEOENERGIA S.A., sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78 4º Andar, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.083.200/0001-18, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da EY correspondente à rerepresentação das demonstrações financeiras da NEOENERGIA, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; e da KPMG correspondente às rerepresentações das demonstrações financeiras da NEOENERGIA, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018; e

(II) reviram, discutiram e concordam com a rerepresentação das demonstrações financeiras da NEOENERGIA relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, cujas alterações referem-se apenas a reclassificações entre linhas para homogeneização de critérios e melhor comparabilidade entre os anos, sem alterações de lucro líquido ou patrimônio líquido dos períodos reapresentados.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2019.

Mário José Ruiz-Tagle Larrain
Diretor Presidente

Leonardo Pimenta Gadelha
Diretor Executivo de Finanças (adicionalmente RI)

Solange Ribeiro
Diretora Presidente Adjunta

André Augusto Telles Moreira
Diretor Executivo de Distribuição

Eduardo Capelastegui
Diretor Executivo de Controle Patrimonial e Planejamento

Lara Piau
Diretora Executiva Jurídica

Laura Porto
Diretora Executiva de Renováveis

Rogério Martins
Diretor Executivo de Recursos

Simone Borsato
Diretora Executiva de Desenvolvimento

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

O Diretor Presidente e os demais Diretores da NEOENERGIA S.A., sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78 4º Andar, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.083.200/0001-18, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da EY correspondente à rerepresentação das demonstrações financeiras da NEOENERGIA, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; e da KPMG correspondente às rerepresentações das demonstrações financeiras da NEOENERGIA, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018; e

(II) reviram, discutiram e concordam com a rerepresentação das demonstrações financeiras da NEOENERGIA relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, cujas alterações referem-se apenas a reclassificações entre linhas para homogeneização de critérios e melhor comparabilidade entre os anos, sem alterações de lucro líquido ou patrimônio líquido dos períodos reapresentados.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2019.

Mário José Ruiz-Tagle Larrain
Diretor Presidente

Leonardo Pimenta Gadelha
Diretor Executivo de Finanças (adicionalmente RI)

Solange Ribeiro
Diretora Presidente Adjunta

André Augusto Telles Moreira
Diretor Executivo de Distribuição

Eduardo Capelastegui
Diretor Executivo de Controle Patrimonial e Planejamento

Lara Piau
Diretora Executiva Jurídica

Laura Porto
Diretora Executiva de Renováveis

Rogério Martins
Diretor Executivo de Recursos

Simone Borsato
Diretora Executiva de Desenvolvimento



NEOENERGIA S.A. RESULTADOS | 2018



Sumário

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1. Perfil Corporativo e Organograma Societário	5
2. Ambiente Macroeconômico	5
3. Ambiente Regulatório	6
3.1. Distribuidoras	6
3.1.1. Nível de Contratação das Distribuidoras	6
3.2. Geração.....	7
3.3. Transmissão.....	8
4. Áreas de Negócios	9
4.1 Redes	9
4.1.1 Distribuição	9
4.1.2 Transmissão.....	11
4.2. Liberalizados	12
4.2.1. Usinas Termelétricas	12
4.2.2. Comercialização.....	12
4.3. Renováveis.....	12
4.3.1. Usinas Hidrelétricas	12
4.3.2. Parques Eólicos	12
5. Análise do Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado	13
5.1 Receita Operacional.....	13
5.2 Deduções da Receita Bruta	14
5.3 Custos e Despesas Operacionais.....	15
5.4 EBITDA	16
5.5 Resultado Financeiro	16
5.6 Endividamento	16
6. PRÁTICAS DE GESTÃO	17
6.1. Remuneração de Acionistas	17
6.2. Governança Corporativa	18
6.3. Gestão de Pessoas.....	19
7. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	19
7.1. Educação e cultura	20
7.2. Eficiência Energética.....	20
7.3. Inovação.....	20
7.4. Pesquisa e Desenvolvimento.....	20
7.5. Meio Ambiente	21
7.6. Instituto Neoenergia	21
8. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA	21
9. Auditores Independentes	23
10. Balanço Social.....	24

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Em 2018, o Grupo Neoenergia apresentou resultados econômico-financeiros sólidos e ampliou seus negócios. Neste ano, a Neoenergia manteve o plano de investir continuamente na melhoria e na expansão da sua rede elétrica, além da ampliação de seu parque gerador, com um volume total de R\$ 4,4 bilhões investidos, sobretudo para atender os 13,8 milhões de clientes de suas quatro distribuidoras (Coelba, Celpe, Cosern e Elektro) – um universo de mais de 34 milhões de pessoas, quase 20% da população brasileira. Os resultados obtidos em 2018, e que passamos agora a apresentar, nos encorajam a prosseguir com o firme compromisso com a satisfação dos nossos clientes e com o desenvolvimento do Brasil.

Chegamos ao final de 2018 com o EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 4,6 bilhões, aumento de 47% em relação a 2017. Entre os fatores que impactaram positivamente esse resultado estão a incorporação plena da Elektro Holding as revisões tarifárias de Coelba e Cosern, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em abril, e ainda os reajustes anuais de Celpe e Elektro, ocorridos, respectivamente, em abril e agosto. A Receita Operacional Líquida (ROL) cresceu 27% e chegou a R\$ 26,0 bilhões. Já o lucro líquido atribuído aos acionistas controladores saltou de R\$ 406 milhões, em 2017, para R\$ 1,5 bilhão em 2018, um aumento de 278%.

Passamos a atuar em 18 estados brasileiros em 2018, sobretudo devido à expansão de nosso segmento de Transmissão, que dobrou de tamanho com a conquista, em dezembro, de quatro dos 16 lotes no leilão 04/2018 promovido pela Aneel. Fomos o maior destaque do certame, arrematando os lotes 1 (o maior em disputa), 2, 3 e 14, que incluem linhas e subestações nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Em Distribuição, os investimentos de R\$ 3,5 bilhões, dedicados à modernização e expansão de nossa rede, trouxeram bons resultados em indicadores de qualidade. Pela primeira vez, desde 2009, todas as distribuidoras do grupo ficaram abaixo dos limites regulatórios estabelecidos pela Aneel para o indicador de Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (DEC).

Importante destacar também os avanços nos projetos de inovação em Fernando de Noronha (PE) e de smart grid em Atibaia (SP). Em Noronha, a instalação do sistema de armazenamento da energia elétrica produzida pelas duas usinas solares. Já com relação ao projeto Energia do Futuro, em Atibaia e região, a implantação de uma rede privada de banda larga sem fio para operação de sistema elétrico atenderá a mais de 75.000 residências e empresas na região.

No segmento de Geração, fato marcante foi a conclusão das obras da UHE Baixo Iguaçu, no oeste paranaense. Com 350 MW de capacidade instalada, a usina foi autorizada pela Aneel, em janeiro de 2019, a colocar na fase de testes sua primeira turbina. O desenvolvimento do Complexo Eólico da Paraíba também merece destaque. Com a conquista, em dezembro de 2017, de nove parques em leilão da Aneel, a Neoenergia avançou em 2018 na implantação de um dos mais importantes complexos de geração eólica do país, com 18 parques no total.

Lançado em novembro, com a inauguração da iluminação do Forte de Cinco Pontas em Recife, o Instituto Neoenergia consolida o braço de atuação social do grupo, reunindo todas as nossas iniciativas de apoio a projetos sociais, culturais e ambientais, sob a égide dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para coroar um ano promissor, a Neoenergia ficou em primeiro lugar no ranking Transparência em Relatórios Corporativos 2018, entre as maiores 100 empresas e os dez maiores bancos do

Brasil, feito pela Transparência Internacional. A nota média das empresas foi de 5,7, em uma escala de 0 a 10. A Neoenergia, cumprindo 100% dos requisitos avaliados, recebeu a nota máxima. Esse prêmio nos enche de orgulho, pois consagra a transparência e a correção com que demonstramos, como agora, nossos resultados anuais a nossos acionistas e à sociedade em geral.

1. Perfil Corporativo e Organograma Societário

A **Neoenergia S.A.** (“Neoenergia” ou “Grupo”) é uma sociedade por ações de capital aberto, presente em 18 estados brasileiros, e atua como holding, com participação majoritária no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de Distribuição, Transmissão, Geração e Comercialização de Energia Elétrica. Na atividade de **Distribuição**, a Neoenergia controla quatro Distribuidoras, sendo três na região Nordeste: COELBA, CELPE, e COSERN e, uma na região Sudeste, Elektro Redes. Com a atividade de **Geração**, possui capacidade instalada (entre ativos em operação e em implementação) de 4,6 GW, por meio da **Transmissão** 5.332,5 km de redes em operação e em construção e, na atividade de **Comercialização** contratou operações na ordem de 1.469 MW méd.

Em 31 de dezembro de 2018, a estrutura societária da Neoenergia era composta por 52,45% de participação da Iberdrola, 38,21% de participação da PREVI e 9,34% de participação do BB-Investimentos

Em 2018, a Neoenergia adquiriu os lotes 1,2,3 e 14 no Leilão para Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 04/2018, que juntos compreendem 13 linhas de transmissão (3.001,3 km de extensão) e 09 subestações. Os empreendimentos estão localizados nos estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O prazo para a construção das obras é de 60 meses contados da assinatura dos respectivos contratos, a ser efetivada conforme prazos previstos no edital. O CAPEX total previsto pelo regulador (Aneel) é da ordem de R\$ 6,1 bilhões e a Receita Anual Permitida (RAP) dos novos empreendimentos totaliza R\$ 501,2 milhões.

2. Ambiente Macroeconômico

Em 2018, a economia brasileira foi marcada pelo baixo crescimento e por grandes incertezas geradas tanto por eventos internos quanto externos. Externamente, a guerra comercial entre EUA e China e o aumento da taxa de juros americana pelo FED desaceleraram a economia mundial. Internamente, a greve dos caminhoneiros e as incertezas sobre as eleições frustraram as expectativas de crescimento.

Conforme dados do boletim Focus, a previsão de aumento do PIB brasileiro no início de 2018 estava na faixa de 2,7%. Em junho, após a greve, a expectativa de crescimento já havia reduzido para 1,5% e, sem mostrar sinais de recuperação, fechou o ano com uma expectativa de apenas 1,3% de crescimento em relação ao ano anterior.

O saldo da balança comercial foi positivo, apesar de um resultado agregado anual inferior ao de 2017. Foi registrado um superávit de, aproximadamente R\$ 58 bilhões, condizente com as previsões do Governo que esperava, no início de 2018, um superávit em torno de R\$ 50 bilhões. Esse saldo foi resultado de um aumento de 10,2% no nível de exportações e de 20,2% nas importações, em comparação a 2017.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, um dos indicadores que medem o nível de inflação no Brasil, iniciou o ano com previsão de 3,93% para 2018 e se manteve estável, terminando o ano com uma expectativa de 3,69%, de acordo com o Boletim Focus do Banco Central do Brasil. No entanto, o preço dos combustíveis, em particular do diesel, manteve a tendência crescente iniciada em 2017. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo – ANP, o preço do diesel para revenda subiu 7,5% entre os meses de janeiro e maio de 2018. Tal aumento de preços foi um dos principais motivadores da greve dos caminhoneiros no final de maio, que impactou o desempenho econômico do terceiro trimestre.

O IBOVESPA, índice que reflete o comportamento do mercado de ações brasileiro, acumulou uma variação positiva de 15,03% em 2018. Apesar de apresentar oscilações, registrando um

valor mínimo de 69.068,77 pontos em junho, seguiu um ritmo de alta e alcançou a máxima do ano, 91.242,22 pontos, no pregão de 03 de dezembro. O índice fechou o ano em 87.887,26 pontos.

As projeções para 2019 se mantêm constantes. O Banco Central divulgou em boletim uma previsão de crescimento do PIB na faixa de 2,50%. O Comitê de Política Monetária - COPOM publicou, em fevereiro deste ano, sua ata de reunião com as expectativas para os indicadores macroeconômicos. A taxa de juros SELIC foi fixada em 6,5% para 2019 e a taxa de câmbio deve se manter estável, na faixa dos R\$3,70. Com este cenário, a projeção do COPOM é de que o IPCA situe-se em torno dos 3,9% em 2019.

No mercado de energia, dados da Empresa de Pesquisa Energética – EPE mostram aumento no consumo nacional de energia. No comparativo de 12 meses, divulgado em dezembro de 2018, o consumo total de energia cresceu 1,1%, com resultado positivo em todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial e outros), puxado, principalmente, pelo setor industrial e pelo setor residencial, com aumento no consumo de 1,3% e 1,2%, respectivamente.

3. Ambiente Regulatório

3.1. Distribuidoras

3.1.1. Nível de Contratação das Distribuidoras

Voltando em 2017, a situação de sobrecontratação agravou-se em função da crise econômica. A partir de tratativas da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – ABRADEE junto ao Ministério de Minas e Energia – MME e ANEEL, várias ações foram empreendidas ao longo do ano com o intuito de mitigar a sobrecontratação das distribuidoras.

Em 10/07/2018 a ANEEL publicou a Resolução 824/2014, que regulamenta os critérios para processamento do Mecanismo de Venda de Excedentes de energia elétrica (MVE). Esta ação é fruto da Lei nº 13.360/2016 (alterou a Lei nº 9.074/1995), que permitiu que as distribuidoras vendessem ao mercado livre energia lastreada pelo excesso de contratação para atendimento à totalidade do mercado.

No dia 31 de outubro de 2018, foi publicado pela ANEEL o aviso de Audiência Pública nº 49/2018 que trata das regras de comercialização de energia elétrica para atendimento à Resolução Normativa nº 824/2018, referente ao MVE, cujo resultado foi disponibilizado através da Nota Técnica nº 191/2018 – SEM/ANEEL de 23 de novembro de 2018. No dia 04 de dezembro de 2018 as regras foram regulamentadas pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 833/2018, sendo alterados os cadernos das Regras de Comercialização.

A primeira declaração no MVE, referente ao produto de três meses, ocorreu no dia 26 de dezembro de 2018, as distribuidoras do Grupo Neoenergia não participaram. Conforme calendário da CCEE, as declarações ocorreram dia 14 de janeiro de 2019 e 21 de janeiro de 2019, respectivamente produto de 11 meses e 5 meses. Dentre as distribuidoras do Grupo Neoenergia apenas a Elektro participou vendendo sobras de energia neste mecanismo, logrando 100% de êxito na venda.

A ANEEL também decidiu manter, conforme regras vigentes, o MCSD-EN (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits de Energia Nova) que já estava programado para ocorrer em julho/2018. Além disso, a agência revogou o Despacho nº 4.008/2017 que suspendia os acordos bilaterais, mantendo a Resolução Normativa nº 711/2016 (que definiu as regras para os acordos bilaterais entre distribuidoras e geradores) com algumas alterações.

As distribuidoras COELBA, ELEKTRO, CELPE e COSERN encerraram o ano de 2018 com uma sobrecontratação de 3,16%, 3,10%, 2,27% e 2,74% que representam, respectivamente 73,69 MW médios, 45,9MW médios, 36,5 MWmédios e 16,96 MW médios de sobra contratual. Esses excedentes são liquidados no âmbito da CCEE ao valor de PLD do respectivo período. Até uma sobrecontratação de 5%, os efeitos econômicos são repassados para a tarifa. O volume que exceder poderá constituir ganho ou perda econômica para a companhia em função da diferença entre o valor do PLD a cada período no respectivo submercado e o preço médio da energia contratada.

3.2. Geração

Embora a hidrologia tenha apresentado pequena melhora em relação à 2017, com consequente leve queda do PLD, o risco hidrológico continuou elevado em 2018, especialmente entre maio e dezembro. Com exceção de Itapebi, que não possui mais contratos no ambiente regulado, todas as usinas hidráulicas em operação comercial do Grupo já detinham algum tipo de acordo de repactuação do risco hidrológico. Esses acordos protegeram as usinas do risco hidrológico, até o limite contratado, nas parcelas de energia negociadas no ambiente regulado.

Em 5 de junho de 2018 foi publicada a Resolução Normativa nº 817, que estabelece critérios de tratamento do Excedente Financeiro e das Exposições Financeiras na contabilização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Anteriormente, quando ocorria o Excedente Financeiro o mesmo era utilizado para abatimento de (i) Exposições Financeiras e (ii) Encargos, de forma intercalada, dos últimos 12 meses. Com a nova regra, as Exposições Financeiras passam a ser rateadas pelas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”).

Sendo assim, a nova Resolução passa a criar um saldo com o montante utilizado para alívio dos Encargos futuros. Na prática, é como se os consumidores que foram beneficiados com o abatimento dos Encargos “devolvessem” o valor recebido no caso de alguma insuficiência futura.

Em 10 de julho de 2018 foi publicada a Resolução ANEEL nº 824, regulamentando o mecanismo de venda de excedentes pelas distribuidoras. Esta resolução também alterou algumas regras do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCS D e dos Acordos Bilaterais. A principal alteração é que geradores em operação comercial não podem mais participar desses mecanismos.

Em 19 de julho de 2018 foi publicada a Resolução Normativa nº 822/2018, regulamentando o despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa, com vistas a preservar a reserva de potência operativa nas unidades geradoras hidráulicas participantes do controle automático de geração. Termelétricas interessadas em participar desse mecanismo devem assinar o Contrato de Prestação de Serviços Ancilares (CPSA). O limite de preço é de 130% do Custo Variável Unitário (“CVU”) vigente. Os pagamentos desses serviços serão realizados por meio de Encargo de Serviço de Sistema (ESS).

A Neoenergia está avaliando a possibilidade da participação de Termopernambuco neste processo. Em outubro foi aberta pelo Ministério de Minas e Energia a Consulta Pública nº 61, estabelecendo diretrizes para um Leilão de Potência associada à energia de reserva. Os principais pontos abordados nessa consulta foram:

- ✓ Contratação de energia de forma regionalizada;

- ✓ Contratos de potência associada à energia de reserva específico para usinas termelétricas à gás natural.

Para geração eólica, com relação à operação do Sistema Interligado Nacional (“SIN”), deve-se ressaltar que foi observado aumento significativo da geração de energia oriunda desta fonte, responsável pelo atendimento de aproximadamente 9% da demanda de energia no Brasil. Sobre a capacidade instalada, foi atingido o valor de 14,2 MWh no ano de 2018, o que representa um crescimento de 15% quando comparado ao final de 2017. Com o montante atual, a energia eólica já representa 8,74% da matriz de capacidade instalada, o que mostra a gradativa inserção dessa fonte em nossa matriz energética.

Segundo dados do Operador Nacional do Sistema (“ONS”), no dia 13 de setembro de 2018, a geração de energia eólica verificada no Subsistema Nordeste foi responsável por mais um recorde, atingindo 8.665 MW médios, com um fator de capacidade de 86%. A quantidade de energia gerada pelos ventos foi de 26,76% superior na comparação ao recorde de 14 de setembro de 2017, quando o total gerado foi de 6.346 MW médios.

Dando sequência aos destaques de 2018, há dois Projetos de Lei, um no Senado (PLS 232/2016) e outro na Câmara dos Deputados (PL 1.917/2015), que tratam da modernização do setor. Ambos os projetos tratam de temas discutidos em 2017, no âmbito da Consulta Pública nº 33, tais como abertura do mercado e separação entre lastro e energia.

Por fim, o ano de 2018 terminou sem solução, por órgãos do Poder Judiciário, para a questão do risco hidrológico. Embora duas decisões judiciais tenham sido revogadas, os valores referentes ao período anterior a fevereiro de 2018 ainda estão pendentes, o que representa aproximadamente R\$ 7 bilhões.

3.3. Transmissão

Para o segmento de Transmissão, destacamos as Resoluções Normativas nº 815 (“REN nº 815”) e nº 816 (“REN nº 816”), ambas passaram a vigorar em 22 de maio de 2018, além da Resolução Normativa nº 841 (“REN nº 841”) de 18 de dezembro de 2018.

A REN nº 815 regulamenta os pagamentos referentes aos custos incorridos por concessionárias de serviço público de transmissão, que apresentam atividades de análise de projeto e comissionamento de instalações.

A REN nº 816 aprova as revisões dos Submódulos 9.1 e 9.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), ambos referentes à definição dos critérios e aos procedimentos a serem utilizados no processo de revisão periódica das receitas anuais permitidas (“RAP”) das instalações de transmissão de energia elétrica. As principais alterações regulamentares referem-se, em especial, às regras para apuração da Base de Remuneração Regulatória – BRR e Outras Receitas. Estabelece, ainda, a regra provisória para as concessionárias de transmissão que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013 e cuja data-base do processo tarifário é 1º de julho de 2018 e define que as diferenças serão apuradas quando da realização do processo definitivo e compensadas em parcelas iguais até a próxima revisão tarifária.

A Resolução Normativa nº 841, de 18 de dezembro de 2018, estabelece critérios e condições para entrada em operação comercial de funções de transmissão sob a responsabilidade de Transmissoras a serem integradas ao SIN. Dentre as principais modificações trazidas pelo novo regulamento destacam-se a criação do Termo de Liberação da Receita (“TLR”). Este documento dá o direito ao recebimento de parcela da RAP das Funções de Transmissão ou Grupo de Funções de Transmissão discriminados (quando houver Pendências Impeditivas de

Terceiros ou Pendências Impeditivas de Caráter Sistêmico e não houver Pendências Impeditivas Próprias), além da criação do comando regulatório que estabelece que a Transmissora passará a receber 80% (oitenta por cento) da parcela de RAP por FT ou Grupo de FT quando as Pendências Não Impeditivas Próprias não forem solucionadas em até 12 (doze) meses após o início da Operação Comercial com Pendências.

3.4. Tarifas

Dois parâmetros importantes que interferem nas Revisões Tarifárias Periódicas das Distribuidoras foram revisados no início de 2018.

Um desses parâmetros é o Custo Médio Ponderado de Capital – WACC. Em março foi publicada a Resolução Normativa nº 807/2018 na qual a ANEEL decidiu prorrogar a vigência do WACC atual de 8,09% até 31/12/2019; e antecipar a revisão metodológica do cálculo do WACC, a ser definida em 2019 e que terão efeito a partir de janeiro de 2020.

O segundo parâmetro é a definição dos Custos Operacionais Regulatórios que foi discutido por meio da audiência pública nº 52/2017 encerrada em janeiro de 2018. Como resultado a ANEEL acatou o pleito de diversos agentes no sentido de reconhecimento tarifário dos custos de desativação e alienação de ativos.

3.4.1 COELBA e COSERN

Em 17 de abril de 2018, a ANEEL aprovou, em reunião pública, as novas tarifas da 4ª Revisão Tarifária Periódica (“RTP 2018”), que entraram em vigor a partir de 22 de abril de 2018, com vigência até 21 de abril de 2019 para Coelba e para Cosern. O efeito médio percebido pelos consumidores cativos em relação à tarifa atualmente praticada foi um aumento de 16,95% para os clientes da COELBA e 15,61% para os clientes da Cosern.

3.4.2 CELPE

Atualmente vigoram os valores homologados no reajuste tarifário de 2018 da Celpe na qual, por meio da Resolução Homologatória nº 2.388/2018, foram homologadas novas tarifas cujo efeito tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 8,89%. As tarifas entraram em vigor a partir do dia 29 de abril de 2018 com vigência até 28 de abril de 2019, quando a ANEEL irá publicar o novo reajuste tarifário anual da distribuidora.

3.4.3 ELEKTRO

Atualmente vigoram os valores homologados no reajuste tarifário de 2018 da Elektro no qual, por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.347/2018, foram homologadas novas tarifas cujo efeito tarifário médio percebido pelos consumidores na época foi de efeito tarifário médio percebido pelos consumidores de 24,42%. As tarifas entraram em vigor a partir do dia 27 de agosto de 2018 com vigência até 26 de agosto de 2019, quando a ANEEL irá publicar o novo reajuste tarifário anual da distribuidora.

4. Áreas de Negócios

4.1 Redes

4.1.1 Distribuição

O Grupo Neoenergia atua no segmento de distribuição por meio das suas controladas Coelba no Estado da Bahia, a Celpe no Estado de Pernambuco e na Paraíba, a Cosern no Estado do Rio Grande do Norte e Elektro nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

4.1.1.1 Número de Consumidores Ativos

Em 2018, a Neoenergia, por meio das quatro distribuidoras do Grupo, alcançou o patamar de 13,8 milhões de consumidores ativos, registrando um crescimento de 1,63%, o que representa 221.093 novos clientes.

Entre os consumidores, em 2018 a Companhia possuía 2.355.899 cadastrados com a tarifa subsidiada. Se desconsiderarmos a incorporação da Elektro, houve uma redução de 1,98% no número de clientes baixa renda se comparados ao mesmo período de 2017. Se consolidados os clientes baixa renda da Elektro, percebe-se aumento de 1,37%.

4.1.1.2. Evolução do Mercado

A energia distribuída pelas Distribuidoras da Neoenergia (mercado livre + cativo) no ano completo de 2018 foi de 56.544GWh, alta de 27,72% na comparação com 2017 ao considerar a incorporação da Elektro. Desconsiderando a variação da Elektro Redes entre os anos analisados, a energia distribuída pelo Grupo apresentaria aumento de 2,13%.

Dos 56.544 GWh distribuídos em 2018, 42.939 GWh foram destinados ao mercado cativo e outros 13.605 GWh foram para o mercado livre. Individualmente, nas quatro distribuidoras a classe residencial possui maior participação e manteve-se praticamente estável em termos de consumo, desconsiderando o efeito da incorporação, em relação ao ano de 2017.

O Mercado Livre registrou, em 2018, um crescimento de 52,02% quando comparado ao ano anterior, considerando a incorporação da Elektro. Desconsiderado a incorporação da Elektro Redes, o crescimento foi de 6,13%. Esse resultado reflete migração de clientes cativos para o mercado livre, principalmente, das classes industrial e comercial, observado em todas as distribuidoras do grupo entre os períodos comparados.

Os valores de energia distribuída por tipo de cliente Cativo são mostrados na tabela abaixo:

FATURAMENTO DE ENERGIA POR CLASSE	2018		2017		Variação (%) 2018 / 2017	
	R\$ Mil	GWh	R\$ Mil	GWh	Receita	Volume
Residencial	12.717.584	18.710	9.356.637	15.295	35,92%	22,32%
Industrial	2.684.908	4.581	1.908.304	3.725	40,70%	23,00%
Comercial	6.347.662	8.964	4.769.543	7.417	33,09%	20,85%
Rural	1.567.637	4.110	1.137.745	3.487	37,78%	17,84%
Poder Público	1.243.932	1.976	981.403	1.734	26,75%	13,93%
Iluminação Pública	866.586	2.374	626.369	1.934	38,35%	22,74%
Serviço Público	952.418	2.183	630.244	1.691	51,12%	29,12%
Fornecimento Não Faturado	112.494	-	43.704	-	157,40%	-
Mercado Cativo (A)	26.493.221	42.897	19.453.948	35.284	36,18%	21,58%
Subvenção à tarifa social baixa renda (B)	1.773.830	-	1.298.776	-	36,58%	0,00%
Consumo próprio (C)	-	42	-	39	0,00%	7,63%
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	(12.034.533)	-	(9.132.453)	35.322	31,78%	-100,00%
Suprimento	2.627.546	-	2.294.033	-	14,54%	0,00%
Fornecimento de Energia Total	18.860.064	42.939	13.914.304	35.322	35,54%	21,57%
Receita de Uso da Rede - Mercado Livre (D)	1.420.870	13.605	831.706	8.949	70,84%	52,02%
Fornecimento Total = (A) + (B) + (C) + (D)	20.280.934	56.544	14.746.010	44.271	37,54%	27,72%

4.1.1.3. DEC e FEC

A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores de qualidade DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor, que aferem as falhas ocorridas na rede de distribuição de energia elétrica. O cálculo desses índices considera a média móvel dos últimos

12 meses. Para as distribuidoras do Grupo Neoenergia, em relação a DEC, todas registraram índices menores que os limites regulatórios definidos pela ANEEL: a Coelba apresentou DEC de 14,44h com limite regulatório de 14,50h; a Celpe apresentou DEC de 12,45h com limite regulatório de 13,83h; a COSERN apresentou índice de 11,16h para um limite regulatório de 12,89h; e a Elektro apresentou um DEC de 7,49h para um limite regulatório de 8,39h.

Também em termos dos indicadores de FEC, todas as distribuidoras do Grupo estão enquadradas dentro dos limites regulatórios. Coelba apresentou um FEC de 6,44x contra um limite regulatório de 8,42x; para Celpe, um FEC de 5,97x contra um limite de 9,34x; Cosern apresentou FEC de 5,27x, contra 8,68x de limite regulatório e Elektro com 4,37x para um limite regulatório de 6,50x. Coelba, Cosern e Celpe apresentaram significativa redução dos indicadores FEC comparativamente com 2017.

Com relação ao ano anterior, as Distribuidoras do Grupo apresentaram evolução bastante favorável, notadamente COELBA e CELPE que lograram reduzir 5,23 horas e 4,54 horas, respectivamente, no indicador de Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor. Para essas duas distribuidoras, o ano foi marcado por ações intensivas de gestão e de investimentos, com foco na busca de melhoria dos indicadores de qualidade. Como resultado, ambas conseguiram enquadrar o DEC no limite regulatório definido pela ANEEL.

4.1.1.4 Perdas

As perdas globais (ou totais) de energia correspondem às perdas técnicas, que é o montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, que correspondem à diferença entre as perdas globais e as perdas técnicas. Nesta parcela de perdas não técnicas são considerados, portanto, os furtos de energia, defeito em equipamentos de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição etc. No total de perdas, apenas a Cosern está abaixo do limite regulatório definido pela ANEEL. A Coelba apresentou total de perdas de 14,75% para um limite regulatório de 14,32%; na Celpe, o total foi de 17,33%, para um limite de 16,11%; a Elektro tem um total de perdas de 8,36% contra um limite regulatório de 6,57%. A Cosern apresentou total de perdas de 9,98% para um limite regulatório de 10,70%.

O resultado da recuperação de energia em 2018 foi recorde histórico da empresa, reflexo do incremento de ações de combate às perdas e de recuperação de energia em relação a 2017. O grupo continua realizando ações de otimização de perdas globais nas distribuidoras para atingimento dos níveis regulatórios.

4.1.1.5. Arrecadação

O índice de arrecadação é um indicador impactado diretamente pela capacidade de pagamento dos clientes, com desempenho acumulado dos últimos 12 meses, medido no final de dezembro de 2018. Em 2018, o índice de Arrecadação das distribuidoras foi de 97,02% na Coelba, 97,23% na Celpe, 99,04% na Cosern e 97,46% na Elektro, impactados principalmente pela Revisão Tarifária de Cosern, que foi de 15,61% e da Coelba 16,95% para os clientes da Coelba; Reajustes tarifários anuais de 2018 de Celpe e Elektro Redes, com efeito médio percebido pelos consumidores de 8,89% e 24,42%, respectivamente.

4.1.2 Transmissão

A Neoenergia atua no segmento de transmissão, que compreende a operação e manutenção de linhas de transmissão e de subestações em tensão igual ou superior a 230 kV e que, portanto, fazem parte do SIN – Sistema Interligado Nacional. A remuneração destes ativos se

dá por meio de Receitas Anuais Permitidas - RAP resultante dos Leilões de Transmissão (projetos *greenfield*) e/ou de resoluções autorizativas (reforços em instalações existentes) arrecadadas junto aos os usuários do sistema, tanto geração como carga.

Atualmente encontram-se em operação três concessionárias: Afluente T, Narandiba e Potiguar Sul. Elas somam 679 km de linhas de transmissão e 11 subestações, localizadas nos estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte.

No Leilão de Transmissão realizado pela ANEEL em abril de 2017, a Elektro Holding (posteriormente incorporada pela Neoenergia) arrematou 4 lotes, que somam 578 km de novas linhas de transmissão e 10 subestações, sendo uma própria e nove compartilhadas, localizadas nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Ceará. Ainda em 2017, a Neoenergia sagrou-se novamente vencedora no Leilão de Dezembro (n. 002/2017 – ANEEL), adjudicando-se de duas novas concessões - Lotes 4 e 6 - que, juntos, compreendem 1.074 km de linhas e 6 subestações, sendo uma própria e cinco compartilhadas, localizadas nos Estados do Tocantins, Piauí, Bahia, Ceará e Paraíba. Em dezembro de 2018, no Leilão n. 004/2018-ANEEL, em mais uma participação exitosa, o grupo conquistou 4 novos lotes (1, 2, 3 e 14), que correspondem a 3.001 km de futuros circuitos, 5 novas subestações e 16 ampliações.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo detinha um portfólio de 5.332,5 km de linhas de transmissão e 16 subestações, entre ativos em operação e em implantação.

4.2. Liberalizados

4.2.1. Usinas Termelétricas

O Grupo Neoenergia atuou em 2018 no segmento de geração, considerados Liberalizados, por meio de 2 termelétricas. Somando os negócios liberalizados em operação do grupo, possuímos uma capacidade instalada de 536,8MW considerando a planta convencional de geração de ciclo combinado de energia a gás (Termopernambuco), com 532,76 MW, e a termelétrica a diesel (da Celpe) em Fernando de Noronha, com 4,08 MW.

4.2.2. Comercialização

Em 2018, foram realizadas operações na ordem de 1.469 MW_{méd}, ligeiramente superior aos 1.330 MW_{méd} comercializados em 2017.

4.3. Renováveis

4.3.1. Usinas Hidrelétricas

Em 2018, o Grupo Neoenergia esteve presente no segmento de geração hídrica, por meio de 6 usinas hidrelétricas. Observa-se que 2 hidrelétricas – Baixo Iguaçu e Belo Monte – ainda se encontram em fase de implantação. A capacidade instalada totaliza 3,03 GW de energia subdividida da seguinte forma:

(i) Hidrelétrica em operação: 2.418,88 MW com as usinas de Teles Pires, Itapebi, Dardanelos, Baguari, Corumbá III e Belo Monte (operando parcialmente).

(ii) Hidrelétrica em implantação: 611,81 MW considerando a Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu e Belo Monte (parte em implantação).

4.3.2. Parques Eólicos

Em 2018, o portfólio de ativos de geração renovável era composto de 17 parques eólicos em operação. Além desses empreendimentos, a Neoenergia tem 15 parques eólicos em

construção, 9 deles vencedores do leilão A-6/17 e os outros 6 para comercialização de energia através do mercado livre. Os parques em operação do grupo somam uma capacidade instalada de 515,8 MW de energia, que será ampliada para 987MW quando os ativos entrarem em operação.

5. Análise do Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ mil)	2018	2017	2018 X 2017	
			R\$	%
Receita Bruta	37.815.596	29.548.869	8.266.727	27,98%
(-) Deduções da Receita Bruta	(11.861.937)	(9.040.799)	(2.821.138)	31,20%
Impostos	(9.466.025)	(7.275.165)	(2.190.860)	30,11%
Encargos Setoriais	(2.395.912)	(1.765.634)	(630.278)	35,70%
Receita Operacional Líquida	25.953.659	20.508.070	5.445.589	26,55%
(-) Receita de construção	3.544.072	2.568.591	975.481	37,98%
(-) Outras receitas	774.601	652.715	121.886	18,67%
Receita Operacional Líquida (s/Rec. Construção e Outras Receitas)	21.634.986	17.286.764	4.348.222	25,15%
Valor justo ativo indenizável da concessão	428.620	297.705	130.915	43,97%
Valores a Receber da parcela A e Outros Itens Financeiros	124.048	1.035.668	(911.620)	(88,02%)
Custos de Bens Não Gerenciáveis	(14.299.492)	(11.550.775)	(2.748.717)	23,80%
Energia comprada para revenda	(11.785.796)	(10.247.823)	(1.537.973)	15,01%
Encargos de Uso do Sistema de Distribuição e Transmissão	(2.147.545)	(871.794)	(1.275.751)	146,34%
Combustível para produção de energia	(366.151)	(431.158)	65.007	(15,08%)
Margem Bruta	7.794.588	6.033.694	1.760.894	29,18%
Custos e Despesas Gerenciáveis	(3.644.756)	(3.201.334)	(443.422)	13,85%
Resultado da Equivalência Patrimonial	(120.741)	(205.081)	84.340	(41,13%)
Equivalência patrimonial	56.320	(92.696)	149.016	(160,76%)
Amortização de mais-valia	(177.061)	(112.385)	(64.676)	57,55%
EBITDA	4.552.133	3.094.674	1.457.459	47,10%
Amortização / Depreciação	(1.105.186)	(858.503)	(246.683)	28,73%
Resultado Financeiro	(1.168.966)	(1.394.264)	225.298	(16,16%)
Lucro antes dos impostos	2.100.920	729.521	1.371.399	187,99%
IR e CSLL	(506.969)	(277.992)	(228.977)	82,37%
Lucro (Prejuízo) do Período	1.593.951	451.529	1.142.422	253,01%
Lucro Líquido Consolidado	1.536.330	406.088	1.130.242	278,32%
Lucro atribuído aos Acionistas Minoritários	57.621	45.441	12.180	26,80%

5.1 Receita Operacional

A Neoenergia apresentou, em 2018, Receita Bruta de R\$ 37.815.596 mil, representando aumento de 27,98% em relação ao valor de R\$ 29.548.869 mil em 2017.

As distribuidoras – Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes – que integram o segmento Redes, participaram com 91,6% do total da Receita Bruta da Neoenergia em 2018, atingindo a cifra de R\$ 34.638.458 mil. O desempenho deste segmento reflete principalmente: (i) a contribuição de 12 meses da receita de Elektro Redes, já que em 2017 os resultados passaram a ser consolidados somente após a incorporação em 24 de agosto daquele ano; (ii) o efeito positivo das revisões tarifárias de Cosern e Coelba, com efeito médio percebido pelo consumidor de 15,61% e 16,95%, respectivamente, aplicados a partir de 22 de abril de 2018; e (iii) o acréscimo nas tarifas de Celpe e Elektro Redes em função dos reajustes tarifários anuais de 2018, com efeito médio percebido pelos consumidores de 8,89% e 24,42%, respectivamente. Desta forma, a evolução das receita operacional bruta das distribuidoras em 2018 em relação a 2017 foi de: (i) 12,73% (R\$ 1.497.838 mil) na Coelba; (ii) 9,47% (R\$ 300.931 mil) na Cosern; (iii) 6,30% (R\$ 500.536 mil) na Celpe; e (iv) 10,24% (R\$ 878.084 mil) na Elektro Redes. Entretanto, conforme mencionado no início deste paragrafo, os resultados da Elektro somente passaram a ser consolidados na Neoenergia em agosto de 2017 e, portanto, o efeito contábil dos resultados desta distribuidora corresponde à R\$ 5.768.878 mil na comparação de 2018 com o ano anterior.

A Receita de Fornecimento Faturado no Mercado Cativo (Fornecimento de Energia Total) de 2018 somou R\$ 18.860.064 mil, montante 35,54% acima do faturado em 2017. Contribuíram

para esta variação o maior volume de energia, a subvenção à tarifa social baixa renda e o fornecimento não faturado. A receita de fornecimento não faturado contempla eventuais descasamentos de calendário de faturamento, que também ocorrem quando há transferência de unidades consumidoras do mercado cativo para o mercado livre e ao longo de 2018 esta movimentação foi frequente. Se desconsiderarmos o fornecimento não faturado, a variação dos consumidores cativos no ano é de R\$ 6.970.482 mil. O aumento da Tarifa Social Baixa Renda (subvenção), por sua vez, foi impactado principalmente pelos efeitos da incorporação da Elektro Redes em agosto de 2017 e pelos efeitos positivos das revisões tarifárias de 2018.

A Receita de Uso da Rede no mercado cativo cresceu 31,78% no ano. O maior volume de energia distribuída e o impacto positivo das revisões e reajustes tarifários das distribuidoras do Grupo explicam as variações positivas no comparativo entre os anos de 2018 e 2017.

Em 2018, a energia distribuída no mercado cativo totalizou 42.939 GWh (considerando o consumo próprio 42 GWh), volume 21,57% superior ao distribuído em 2017, que além do crescimento orgânico das distribuidoras reflete a contribuição de um ano completo da Elektro Redes.

O mercado livre totalizou 13.605 GWh em 2018, volume 52,02% maior que o volume entregue em 2017. Vale lembrar que a contribuição de um ano completo da Elektro Redes (6.247 GWh) explica grande parte do crescimento em relação a 2017.

A energia distribuída (cativo + livre) totalizou em 2018 o volume de 56.544 GWh (considerando o consumo próprio de 42 GWh), um acréscimo de 29,65% comparativamente ao período de 2017, influenciado, principalmente, pela carga da Elektro Redes em um ano completo (17.112 GWh). Vale ressaltar que a conjuntura econômica, cuja melhora na recuperação foi evidenciada pela evolução dos índices de confiança do consumidor e do empresário industrial ao longo do ano, influenciou positivamente no aumento do volume distribuído para o mercado de concessão (cativo + livre), fato evidenciado pelo crescimento de carga de grandes clientes industriais.

A Neoenergia apresentou variação negativa de R\$ 911.620 mil ou 88,02% nos “Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros” entre 2018 e 2017 principalmente em razão dos saldos de CVA homologados pela ANEEL nas revisões e reajustes tarifários do período.. Cabe destacar que tal variação não impacta a Receita Operacional Líquida visto que possui contrapartida no faturamento da Companhia.

A Receita de Construção apresentou aumento de R\$ 975.481 mil em relação a 2017, com contrapartida de Custos no valor de R\$ 945.007 mil. Essa margem positiva é consequência da alteração de critérios contábeis suportada pelo CPC47/IFRS15, que a partir de 1º de janeiro de 2018, requer a mensuração de ativos da concessão de transmissoras como ativos contratuais. Em decorrência dessa alteração, entende-se que o modelo de negócios da transmissão enseja a aferição de uma margem durante o período de construção dos ativos de transmissão, devidamente refletida no valor da Receita de Construção da Infraestrutura da concessão de 2018 das transmissoras. Para as distribuidoras, seguimos considerando que não há margem na construção dos ativos.

5.2 Deduções da Receita Bruta

As Deduções da Receita Bruta registraram um aumento de R\$ 2.821.138 mil comparativamente a 2017.

No acumulado de 2018, a rubrica de impostos incidentes sobre a receita apresentou aumento de 30,11%, refletindo o maior volume faturado em 2018 quando comparado a 2017.

Os custos com encargos setoriais apresentaram, em 2018, o aumento de 35,7% que refletem principalmente os efeitos dos ajustes e revisões tarifárias das distribuidoras na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Tal aumento foi parcialmente compensado:

- (i) Pelo efeito registrado em Pesquisa e Desenvolvimento – P&D do ressarcimento homologado pela Aneel, no reajuste tarifário da Elektro Redes de agosto de 2018, do repasse ao consumidor de uma devolução de cobrança excedente de ICMS, instituída pela Lei nº 12.111/2009, o mesmo havia sido repassado às tarifas de energia elétrica, e recolhido ao Tesouro Nacional, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012; e
- (ii) Pelo efeito registrado na linha de Encargos do Consumidor – CCRBT (Conta Centralizadora de Receita de Bandeiras Tarifárias), que reflete a mudança de metodologia realizada pela ANEEL em 2018, na qual as distribuidoras passam a utilizar os recursos de bandeiras para cobrir os custos da concessão e repassam apenas o excedente para a CCRBT.

A Neoenergia encerrou o ano de 2018 com Receita Operacional Líquida de R\$ 25.953.659 mil, aumento de 26,55% (R\$ 5.445.589 mil) em relação ao mesmo período o do ano anterior.

5.3 Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais da Neoenergia somaram, em 2018, R\$ 22.563.032 mil montante, 24,11% acima do registrado em 2017, explicados essencialmente pela consolidação de 12 meses dos custos da Elektro, uma vez que em 2017 os resultados refletem apenas os custos a partir de 24 de agosto de 2017, quando ocorreu a incorporação do ativo. Além disto, três das quatro distribuidoras do grupo apresentaram aumento dos custos não-gerenciáveis em especial nos Encargos de Usos do Sistema de Distribuição e Transmissão em 2018. Este incremento é explicado: (i) pelos Encargos de Rede Básica que aumentaram R\$ 958.739 mil em função dos reajustes e revisões tarifárias das distribuidoras do Grupo; e (ii) pelos Encargos de Energia de Reserva cujo aumento de R\$ 247.774 mil reflete o reajuste da Conta de Energia de Reserva (CONER)¹. Esse aumento, que configura um pagamento das distribuidoras à CONER, atua como um incremento dos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição. A variação dos custos não-gerenciáveis das distribuidoras foi de 10,49% (R\$ 445.398 mil) na Coelba, de 7,18% (R\$ 226.470 mil) na Celpe, de 4,89% (R\$ 188.408 mil) na Elektro Redes e de 4,36% (R\$ 54.005 mil) na Cosern.

Os custos da energia elétrica comprada para revenda no mercado de curto prazo cresceram 15,01% em 2018 quando comparados aos montantes registrados no ano de 2017, principalmente explicado por: (i) adição de R\$ 1.482.792 mil nos custos de energia adquirida através de leilão no ambiente regulado (ACR); (ii) custos de contratos por cotas de garantias físicas maiores em R\$ 444.784 mil; e (iii) de R\$ 508.693 mil de aumento nos custos de energia adquirida em ambiente livre (ACL) em relação ao mesmo período de 2017. Em contrapartida, tais aumentos foram parcialmente compensados pela redução: (i) de R\$ 344.746 mil no custo com energia de curto prazo – PLD; e (ii) de R\$ 689 mil com taxas pagas à CCEE; bem como (iii) pelo efeito positivo (redutor de custos) do maior crédito de PIS e COFINS - aumento de R\$ 290.579 mil – cujo incremento é diretamente relacionado ao aumento dos custos com aquisição de energia no mesmo período.

¹ A Energia de Reserva é contratada em leilões regulados, mas liquidada no Mercado de Curto Prazo – MCP, pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD vigente. Quando o preço de venda das usinas contratadas nessa modalidade é maior que o PLD, é necessário o recolhimento de encargo para custear essa geração. Mas, se o PLD fica acima do preço da energia de reserva, a operação gera superávit, que é acumulado na CONER e repassado aos consumidores (distribuidoras, consumidores livres e especiais e outros agentes com perfil de consumo). Fonte: <https://www.ccee.org.br/>

Vale ressaltar que, de acordo com as normas tarifária vigentes, quaisquer variações nos custos não-gerenciáveis têm garantia de repasse tarifário, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras, ainda que temporalmente afetem o fluxo de caixa da Companhia.

Os custos e despesas gerenciáveis registrados em 2018 (R\$ 3.644.756 mil) apresentaram aumento de 13,85% quando comparados a 2017, principalmente em função de: (i) maiores gastos (R\$ 158.857 mil) com pessoal, basicamente refletindo um ano cheio de resultado da Elektro redes no resultado de 2018, sem considerar a Elektro Redes a variação dessa linha seria de R\$ 28.622 mil; (ii) maiores gastos com serviços de terceiros, no valor de R\$ 84.172 refletindo a contratação de serviço de engenharia por Itapebi; e (iii) Provisões Líquidas – PCLD maiores em R\$ 76.718 mil na comparação com 2017, refletindo uma reversão que havia sido registrada em 2017 referente ao Mercado Atacadista de Energia (MAE), tal reversão ocorreu em função de uma reavaliação dos riscos de não recebimento.

5.4 EBITDA

No ano de 2018, a Neoenergia consolidou EBITDA de R\$ 4.552.133 mil, acréscimo de 47,10% em relação ao registrado em 2017. Na composição do EBITDA anual, o segmento de Redes representou 82,05% (R\$ 3.734.840 mil), o segmento geração de energia Renovável e Holding representaram em conjunto 9,25% (R\$ 421.036 mil) e liberalizados 8,70% (R\$ 396.257 mil).

5.5 Resultado Financeiro

No ano de 2018, a Neoenergia apresentou despesa financeira líquida de R\$ 1.168.966 mil, montante 16,16% melhor que a despesa financeira líquida (resultado financeiro) de 2017.

. Esta redução se deve principalmente à redução a Selic e do custo médio da dívida do Grupo em CDI, tendo em vista que o CDI é o principal indexador da dívida da Companhia e suas subsidiárias.

5.6 Endividamento

Em dezembro de 2018, a dívida bruta consolidada da Neoenergia, incluindo empréstimos, debêntures e instrumentos financeiros, foi de R\$ 19.930.134 mil (dívida líquida R\$ 15.865.138 mil), apresentando um crescimento de 13% em relação a Dezembro de 2017. O valor total da dívida da Neoenergia em dezembro de 2018, contava com 86,2% da dívida contabilizada no longo prazo e 13,8% no curto prazo.

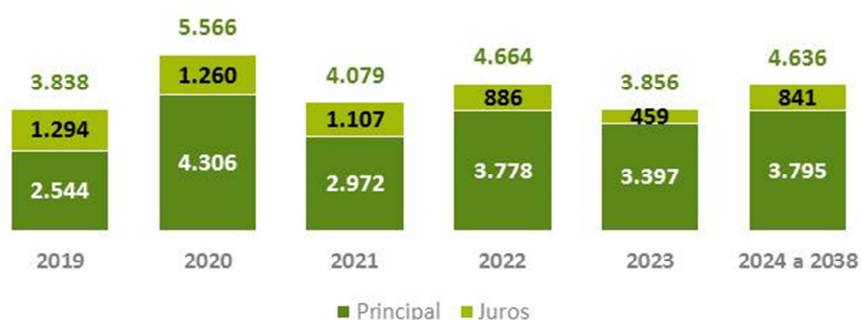
Devido à incorporação da Elektro Holding S.A. pela Companhia, em 24 de Agosto de 2017, após a consolidação contábil, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, a Companhia reconheceu, no momento da incorporação, o saldo de todas as linhas de balanço, incluindo, mas não se limitando, a dívida total. Entretanto, o resultado da Companhia combinado com o da Elektro passou a ser consolidado apenas a partir da data da incorporação. Em decorrência desse critério contábil assimétrico entre as linhas de balanço e resultado, há o descasamento temporal na consolidação, o que afeta de maneira desproporcional a apuração do EBITDA e do Resultado Financeiro, acarretando o descumprimento de obrigações, por parte da Companhia, de manutenção de indicadores calculados com base no EBITDA e no Resultado Financeiro, previstos originalmente nos contratos financeiros.

Nesse sentido, para os números de 2017, todos os contratos que preveem apuração de índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidada da Neoenergia S.A. obtiveram anuência para deixar de apurar os referidos índices por 12 meses, ou foram aditados ou ainda obtiveram anuência prévia para alteração da metodologia de cálculo destes índices financeiros para prever a inclusão do resultado dos últimos 12 meses das companhias que foram ou venham a ser controladas em virtude de processos de incorporação (cálculo pró-

forma). Dessa forma, o valor pró-forma da Dívida total líquida/EBITDA em dezembro de 2017 foi de 3,69.

Para 2018, considerando que os números consolidados pós incorporação já alcançaram o ano inteiro, não é necessário o cálculo pró-forma, sendo o valor da Dívida total líquida/EBITDA em Dezembro de 2018 de 3,49.

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida (em reais milhões), utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2018. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.



A Companhia captou aproximadamente R\$ 8,5 bilhões, para financiar investimentos, fazer frente ao capital de giro, bem como no refinanciamento de dívidas existentes.

6. PRÁTICAS DE GESTÃO

6.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, que o valor dos juros, pago ou creditado, a título de remuneração sobre o capital próprio, na forma da lei, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais e a deliberação sobre o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos intermediários é uma faculdade da Companhia, mediante aprovação do Conselho de Administração.

No ano de 2018, a Companhia deliberou na:

- Assembleia Geral Ordinária de 22 de março de 2018, dividendo mínimo obrigatório e dividendos adicionais nos valores de R\$ 99.444 mil e R\$ 200.556 mil, respectivamente, referentes ao exercício de 2017 e pagos em 18 de dezembro de 2018;
- Reunião do Conselho de Administração de 28 de junho de 2018, Juros sobre Capital Próprio referentes ao exercício de 2018, no valor de R\$ 159.216 mil, pagos em 01 de agosto de 2018;
- Reunião do Conselho de Administração de 24 de outubro de 2018, Dividendos Intermediários referentes ao exercício de 2018, no valor de R\$ 66.000 mil, pagos em 14 de novembro de 2018;
- Reunião do Conselho de Administração de 19 de dezembro de 2018, Juros sobre Capital Próprio referentes ao exercício de 2018, no valor de R\$ 363.146 mil, com previsão de pagamento para até 29 de março de 2019.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2018 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2019.

6.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo. . A estrutura de governança é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com o apoio de Comitês que contribuem para as tomadas de decisão. O Acordo de Acionistas da Companhia estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses. A estrutura societária e de governança do grupo NEOENERGIA, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de governança corporativa da NEOENERGIA reúne as normas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da NEOENERGIA.

O Sistema de governança corporativa, configurado sempre em conformidade com o Acordo de Acionistas e com a legislação vigente se inspira na Missão, Visão e Valores e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos chaves do Sistema de Governança Corporativa, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

Conselho de Administração

É integrado por dez representantes titulares e respectivos suplentes dos acionistas, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição; seis são indicados pela Iberdrola, três pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) e um pelo Banco do Brasil – Banco de Investimentos (BBBI). As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem mensalmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia,. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria dos membros.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto por cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se mensalmente ou em reuniões extraordinárias, sempre que convocado.

Diretoria Executiva

É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por nove membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por semana ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares. Comitês

O Grupo Neoenergia possui quatro diferentes comitês, instalados apenas na holding: Auditoria, Financeiro, Remuneração e Sucessão, e Partes Relacionadas. Cada Comitê, dentro de seu escopo, é responsável por análises e recomendações de grande parte das decisões do Conselho de Administração. Cada Comitê é formado por 05 membros titulares e seus

respectivos suplentes, com exceção do Comitê de Partes Relacionadas formado por 03 membros titulares e igual número de suplentes, indicados pelo Conselho de Administração.

6.3. Gestão de Pessoas

Companhia acredita e investe na melhoria contínua do ambiente de trabalho e, para isso, realiza regularmente a Pesquisa de Clima Organizacional. Em 2018, a Pesquisa foi aplicada para todos os colaboradores, atingindo participação de 88%. Os resultados apontaram que 95% dos participantes sentem orgulho de fazer parte do Grupo Neoenergia. Os resultados estimularam a criação de planos de ações de melhoria a serem implementados ao longo de 2019. Algumas já foram iniciadas ainda em 2018, a exemplo da criação do Comitê de Pessoas que, entre outros objetivos, vai empenhar-se em fazer com que sejam executadas as ações sinalizadas pela Pesquisa de Clima.

Em 2018, foram investidos pela Neoenergia R\$ 10.760.077,26 em atividades de desenvolvimento de pessoas, com 676.408 horas de treinamento, o que representa uma média de 61 horas por colaborador formado.

Investimos no nosso público operacional por meio da Escola de Eletricistas da Neoenergia que é um projeto em desenvolvimento e que tem o propósito de formar pessoas da comunidade como eletricitas de rede de distribuição. No ano passado também criamos o Programa Educadores com o objetivo de promover a multiplicação do conhecimento e a capacitação dos colaboradores por meio da valorização dos nossos talentos internos. Focamos também no desenvolvimento da nossa liderança e criamos o Lidera que oferece diversos conteúdos por meio de uma plataforma digital e encontros presenciais.

Também transformamos a vida das pessoas por meio de trabalhos sociais. Os colaboradores tiveram a oportunidade de participar do Programa de Voluntariado Iberdrola, implantado para todo Grupo pela primeira vez em 2018 com várias ações desenvolvidas ao longo de ano.

Em 2018 tivemos ainda a implantação do Yammer. Criado pela Microsoft, o Yammer é uma plataforma que possibilita a interação entre os colaboradores de todas as empresas do Grupo Iberdrola no mundo, entre elas a Neoenergia.

7. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A Sustentabilidade é um valor para o Grupo Neoenergia e está expressa na sua missão: “Ser a energia que movimenta e ilumina a vida das pessoas, para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade, com eficiência, qualidade, segurança, sustentabilidade e respeito ao indivíduo”.

A atuação do grupo nesse tema está alinhada com a política de Responsabilidade Social Corporativa, que norteia o modelo de negócio para o cumprimento das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações.

Em 2018, as Políticas de Sustentabilidade e Mudanças Climáticas foram aprovadas pelo Conselho de Administração. A Política de Sustentabilidade abrange os princípios básicos que todas as empresas devem cumprir e que configuram um marco de referência para o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tendo como focos principais os ODS relacionados ao Acesso à Energia Limpa (7) e Combate a Mudanças Climáticas (13).

Na luta contra as mudanças climáticas, a Neoenergia se compromete a assumir uma posição de liderança, tendo como objetivo contribuir para um futuro sustentável e de baixo carbono, minimizando o impacto ambiental de suas operações.

Em 2018, o Grupo renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global da ONU, assumido em 2007, iniciativa que preconiza uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, que é elaborado a partir da metodologia da Global Reporting Initiative (GRI).

7.1. Educação e cultura

Na área de educação, as principais atuações do Grupo Neoenergia, em 2018, foram em parceria com o Instituto Ayrton Senna e o UNICEF, por meio de programas voltados para a correção do fluxo escolar e à capacitação de professores do ensino fundamental em uma metodologia inovadora voltada às práticas pedagógicas.

As ações educativas para comunidades com foco em segurança com a rede elétrica também fizeram parte da atuação do grupo em 2018, reafirmando o compromisso com a integridade e segurança das pessoas.

7.2. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética do Grupo Neoenergia tem como foco promover o uso seguro e eficiente da energia elétrica. Entre as ações que merecem destaque em 2018 estão o projeto Vale Luz, que promove a troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia.

A área de Eficiência Energética também desenvolve projetos educativos nos estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Além disso, a área promove a efficientização de prédios públicos na área de concessão das distribuidoras do grupo.

7.3. Inovação

O ano de 2018 reforçou a importância da Inovação para o Grupo Neoenergia, seguindo as diretrizes globais e as tendências do setor. O modelo caracteriza-se por ser descentralizado, reforçando a autonomia das áreas de negócio dentro da estratégia de inovação da companhia, e aberto, com a crescente interação com diferentes agentes. O fortalecimento da cultura e a geração de valor se estabelecem por meio de parcerias em nossos ambientes de atuação, abrangendo instituições de ensino, centros de pesquisa, hubs de inovação, startups e instituições públicas e privadas.

Por meio da Elektro, o Grupo Neoenergia está dando forma à rede inteligente (smart grid) de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões e Nazaré Paulista, em São Paulo. É o Projeto Energia do Futuro, pioneiro no Brasil em larga escala, que visa construir o modelo de distribuidora como orquestradora do sistema elétrico (DSO, da sigla em inglês para Distribution System Orchestrator), possibilitando maior eficiência energética e a introdução de recursos como a geração fotovoltaica e os veículos elétricos. Em 2018, as principais ações do projeto foram o início de instalação de 75 mil medidores inteligentes na região, e a conexão dos primeiros pontos da rede de telecomunicação 4G, pioneira na América do Sul. Essa rede, parceria fechada em 2018 entre a Neoenergia e a Nokia, conectará os equipamentos permitindo a automação por meio da troca de informações em tempo real.

7.4. Pesquisa e Desenvolvimento

Os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Neoenergia priorizam cinco temas: Redes Inteligentes; Segurança de Instalações e de Pessoas; Combate às Perdas; Qualidade e Confiabilidade e Sustentabilidade do Negócio. Em 2018, foram destinados R\$48,7 milhões a

esses projetos, dos quais R\$32,8 milhões pelas distribuidoras. O projeto mais ambicioso é o de Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Inteligentes, iniciado em 2016, que tem a participação das distribuidoras Coelba, Celpe, Cosern e Elektro.

Um novo projeto de P&D está sendo desenvolvido e implantado na ilha de Fernando de Noronha. Trata-se de um Sistema Inteligente de Armazenamento Energia (SIAE) que possibilita às usinas solares Noronha 1 e Noronha 2 armazenarem o excedente de energia gerado pelos painéis solares, otimizando a participação das usinas e tornando a matriz energética do arquipélago mais sustentável. Assim, os moradores da ilha poderão utilizar uma energia de fonte renovável por mais horas no dia.

7.5. Meio Ambiente

No ano de 2018, o Grupo Neoenergia aprovou em seu Conselho de Administração as novas Políticas de Meio Ambiente e Biodiversidade, documentos que norteiam as diretrizes estratégicas e a adoção de práticas sustentáveis nos processos, produtos e serviços relacionados às atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Dentre os princípios estabelecidos nestas políticas merecem destaque: conservação da Biodiversidade e valorização do Capital Natural; incorporação da dimensão ambiental na tomada de decisão estratégica; emprego de um esforço contínuo na identificação, avaliação e redução dos impactos ambientais das atividades do Grupo; aplicação de um enfoque preventivo para minimizar o impacto dos novos empreendimentos e apoiar os processos de negociações internacionais e participação efetiva para contribuir com as metas dos ODSs da ONU.

7.6. Instituto Neoenergia

O ano de 2018 foi marcado pela consolidação do Instituto Neoenergia como braço de atuação social do Grupo Neoenergia, quando desenvolveu projetos em quatro áreas de atuação. Os destaques foram: (i) na área de Formação e Pesquisa o Programa de Bolsas de Estudo, que contribui na formação de jovens brasileiros, através bolsas para universidades da Espanha e Reino Unido; (ii) em Arte e Cultura, com a nova iluminação do Forte das Cinco Pontas, em Recife, e início das obras para iluminar a Fortaleza da Barra Grande, em São Paulo e (iii) na área de Biodiversidade e Mudanças Climáticas, através do Projeto Flyways, que conta com a parceria da SAVE Brasil, na busca por assegurar a conservar das monitorar 5 espécies de aves ameaçadas de extinção e seus habitats, contribuindo para a preservação das espécies em nível hemisférico.

8. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA

1º Prêmio Nacional de Gestão de Ativos do Setor Elétrico

Fomos vencedores na categoria Tecnologia e Inovação. O case apresentado foi: “Excelência em Controle e Gestão Ativos traz Resultado Econômico-Financeiro para empresas do Setor Elétrico”.

Prêmio Aberje 2018

Fomos reconhecidos na categoria de Melhor Projeto Audiovisual do País com a websérie “Massarandupió: uma inspiração para o futuro”, que conta as histórias dos moradores de uma comunidade quilombola a de cem quilômetros de Salvador (BA).

Prêmio Época Reclame Aqui

Celpe, Coelba e Cosern foram finalistas na categoria Concessionária de Serviços. O prêmio - conhecido como o Oscar do atendimento brasileiro - foi ganho pela Celpe, que recebeu mais de 21 mil votos.

Prêmio ODS Brasil – Menção Honrosa

O projeto da Neoenergia de eficiência energética “Vale Luz”, desenvolvido pelas suas distribuidoras Coelba, Celpe e Cosern, recebeu menção honrosa na primeira edição do Prêmio ODS Brasil, que reconhece práticas que contribuem para o alcance dos objetivos e metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Prêmio Abradee 2018

Pela nona vez, a Elektro foi consagrada como a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País no prêmio concedido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

Primeiro Lugar no Ranking Transparência em Relatórios Corporativos

A Neoenergia ficou em primeiro lugar no *ranking* Transparência em Relatórios Corporativos 2018, entre as maiores 100 empresas e os dez maiores bancos do Brasil, realizado pela Transparência Internacional.

Prêmio Love Mondays - empresas mais amadas do Brasil

A Elektro registrou nota 4,12 de 5, que representa muito satisfeito e está na 35ª posição, dentre 50 companhias do Brasil elencadas como as mais amadas. As avaliações do ranking foram registradas entre janeiro e novembro de 2018.

Prêmio Câmara Espanhola de Sustentabilidade

Com o projeto “Tecnologias Sustentáveis para Fernando de Noronha”, a Neoenergia ficou com o troféu “Grandes Empresas” do Prêmio Câmara Espanhola de Sustentabilidade 2018, que reconhece ações empresariais nos campos social, ambiental e de governança.

Prêmio 500 Maiores Empresas do Brasil – Revista Época Negócios

A Neoenergia avançou 11 posições no ranking das 500 maiores empresas do Brasil, no ranking 2018 da revista Época Negócios. A companhia subiu da 38ª para a 27ª colocação, com avanço de 38% da receita líquida entre os anos de 2016 e 2017, e crescimento do Grupo em 27% no lucro líquido e 69% no patrimônio líquido.

Prêmio Melhores e Maiores 2018 – Revista Exame

A Neoenergia subiu 12 posições no ranking dos 200 maiores grupos do Brasil, passando da 36ª para a 24ª colocação no anuário Melhores e Maiores 2018, divulgado em 13 de agosto pela revista Exame. A Neoenergia Comercialização avançou 240 posições no ranking das maiores empresas do Brasil e agora é 309ª colocada entre as 500 líderes em vendas, além da 5ª empresa do país com maior geração de riqueza por empregado (sendo a 3ª no setor de energia nessa categoria).

Prêmio Pró-Ética 2017

A Neoenergia foi uma das 23 vencedoras do Pró-Ética 2017, programa do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) que certifica companhias “íntegras e éticas nas suas relações entre os setores público e privado”. Neoenergia e a Elektro também foram premiadas em 2016

9. Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), firmado em 30/06/2017, com vigência de 36 (trinta e seis) meses.

Em 2018, a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 5.453.553,74, dos quais R\$ 4.746.271,85 referem-se a auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 707.281,89 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como tradução dos demonstrativos para inglês, relatório de Covenants, fluxo de caixa de dividendos, auditoria de demonstrações regulatórias e controle patrimonial.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

10. Balanço Social

1 - BASE DE CÁLCULO	2018				2017 (Reclassificado)			
	R\$ mil				R\$ mil			
Receita Líquida (RL)	25.953.659				20.508.070			
Resultado Operacional (RO)	5.075.873				3.618.388			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.267.987				1.109.130			
Valor Adicionado Total (VAT)	20.939.051				13.866.078			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	108.971	8,59%	0,42%	0,52%	76.676	6,91%	0,37%	0,55%
Encargos sociais compulsórios	260.780	20,57%	1,00%	1,25%	196.225	17,69%	0,96%	1,42%
Previdência privada *	6.029	0,48%	0,02%	0,03%	(33.452)	-3,02%	-0,16%	-0,24%
Saúde	110.030	8,68%	0,42%	0,53%	133.287	12,02%	0,65%	0,96%
Segurança e saúde no trabalho	16.829	1,33%	0,06%	0,08%	14.163	1,28%	0,07%	0,10%
Educação	2.053	0,16%	0,01%	0,01%	2.591	0,23%	0,01%	0,02%
Cultura	2.267	0,18%	0,01%	0,01%	244	0,02%	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	13.188	1,04%	0,05%	0,06%	12.227	1,10%	0,06%	0,09%
Creches ou auxílio-creche	11.616	0,92%	0,04%	0,06%	9.664	0,87%	0,05%	0,07%
Esporte	62	0,00%	0,00%	0,00%	484	0,04%	0,00%	0,00%
Transporte	2.975	0,23%	0,01%	0,01%	3.491	0,31%	0,02%	0,03%
Participação nos lucros ou resultados	123.839	9,77%	0,48%	0,59%	115.960	10,46%	0,57%	0,84%
Outros	-	0,00%	0,00%	0,00%	3.491	0,31%	0,02%	0,03%
Total - Indicadores sociais internos	658.640	51,94%	2,54%	3,15%	535.051	48,24%	2,61%	3,86%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	6.119	0,12%	0,02%	0,03%	9.491	0,26%	0,05%	0,07%
Cultura	62.100	1,22%	0,24%	0,30%	64.744	1,79%	0,32%	0,47%
Saúde e Saneamento	-	0,00%	0,00%	0,00%	632	0,02%	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	0,00%	529	0,01%	0,00%	0,00%
Combate a fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Desenvolvimento Social	261.551	5,15%	1,01%	1,25%	798.288	22,06%	3,89%	5,76%
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	110.576	2,18%	0,43%	0,53%	77.154	2,13%	0,38%	0,56%
Outros	600	0,01%	0,00%	0,00%	1.042	0,03%	0,01%	0,01%
Total das Contribuições para a Sociedade	440.945	8,69%	1,70%	2,11%	951.880	26,31%	4,64%	6,86%
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	8.346.736	164,44%	32,16%	39,86%	6.321.457	174,70%	30,82%	45,59%
Total - Indicadores sociais externos	8.787.681	173,13%	33,86%	41,97%	7.273.337	201,01%	35,47%	52,45%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa	867.572	17,09%	3,34%	4,14%	593.235	16,40%	2,89%	4,28%
Investimento em programas e/ou projetos externos	51.098	1,01%	0,20%	0,24%	52.714	1,46%	0,26%	0,38%
Total dos investimentos em meio ambiente	918.670	18,10%	3,54%	4,39%	645.949	17,85%	3,15%	4,66%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais moviados contra a entidade		183				82		
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente		549				69		
Passivos e contingências ambientais.		119				19		
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 51 a 75%	(x) Cumpre de 76 a 100%	() Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 51 a 75%	(x) Cumpre de 76 a 100%
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2018				2017			
Nº de empregados(as) ao final do período	10.749				10.073			
Nº de admissões durante o período	1.717				1.317			
Nº de desligamentos durante o período	1.041				701			
Nº de empregados(as) terceirizados	21.604				26.490			
Nº de estagiários(as)	470				427			
Nº de empregados acima de 45 anos	1.662				1.858			
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:								
menores de 18 anos	-				3			
de 18 a 35 anos	5.765				5.210			
de 36 a 60 anos	4.909				4.777			
acima de 60 anos	75				83			
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregado por:								
analfabetos	-				-			
com ensino fundamental	6.334				75			
com ensino médio	991				4.524			
com ensino técnico	1.699				1.911			
com ensino superior	1.152				2.836			
pós-graduados	573				727			
Nº de empregados por sexo:								
homens	8.796				8.144			
mulheres	1.953				1.929			
% de cargos de chefia por sexo:								
homens	82%				81%			
mulheres	18%				19%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.966				1.362			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	38%				2%			
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	324				343			
Remuneração bruta segregada por:								
Empregados	461.679				485.910			
Administradores	32.612				35.587			
Terceirizados	-				-			
Autônomos	-				-			

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL				2018		2017 (Reclassificado)			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa				328		223			
Nº total de acidentes de trabalho				71		35			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:				() direção	(x) direção e gerência	() todos (as) os empregados (as)	() direção	(x) direção e gerência	() todos (as) os empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:				(x) direção e gerência	() todos(as) + CIPA	() todos (as) os empregados (as)	() direção e gerência	(x) todos(as) + CIPA	() todos (as) os empregados (as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:				() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:				() direção	() direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)	() direção	() direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:				() direção	() direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)	() direção	() direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:				() não são consideradas	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:				(x) não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva
Contencioso Cível:									
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):									
Na Empresa				128.315		161.312			
Na Procon				7.919		3.339			
Na Justiça				68.413		43.328			
% das reclamações e críticas solucionadas:									
Na Empresa				98%		100%			
Na Procon				100%		90%			
Na Justiça				115%		117%			
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça				168.151		142.482			
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:				Diagnósticos de causas raiz, intervenções com as áreas operacionais e atendimento, equalização do processo de gestão de reclamações, insumo para comunicação proativa ao cliente, retroalimentação do processo, mensuração estatística e qualitativa de problemas, atuação		Certificação da ISO 9001 para atender um dos requisitos instituídos pela ANEEL no processo de premiação da Melhor Ouvidoria do Brasil.			
Contingências e passivos trabalhistas:						Implantação da Central do Cliente, visando a antecipação de demandas dos clientes e			
Número de processos trabalhistas:									
movidos contra a entidade				1.191		1.988			
julgados procedentes				1.041		700			
julgados improcedentes				512		433			
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da Justiça				41.527		52.964			
Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$)				20.939.051		13.866.078			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):									
Ao Governo (%)				52%		59%			
Aos Colaboradores (%)				5%		7%			
Aos Acionistas (%)				8%		3%			
A terceiros (%)				35%		30%			
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES									
CNPJ: 01.083.200/0001-18									
Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Marcus de Barros Pinto Fone: (21) 3235-9833 E-mail:									
Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de									
Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.									
Informações não examinadas pelos auditores independentes.									
* Reversão da reserva superavitária do plano de previdência.									

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia S.A. ("NEOENERGIA"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da NEOENERGIA e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da NEOENERGIA.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da NEOENERGIA sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores da NEOENERGIA.



NEOENERGIA

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2018



SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO.....	5
(Reapresentado).....	5
(Reapresentado).....	5
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	13
2. CONCESSÕES.....	13
3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	15
4. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	17
5. REEMISSÃO DOS SALDOS CORRENTES.....	41
6. CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	48
7. ASSUNTOS REGULATÓRIOS	48
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	52
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	53
10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	55
11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS.....	56
12. VALORES A COMPENSAR (REPASSAR) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	59
13. INVESTIMENTOS.....	62
14. IMOBILIZADO.....	76
15. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO.....	77
16. INTANGÍVEL.....	79
17. FORNECEDORES.....	81
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	81
19. ENCARGOS SETORIAIS.....	88
20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	89
21. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	89
22. OUTROS PASSIVOS.....	93
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	94
24. RECEITA LÍQUIDA	97
25. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA.....	101
26. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONIAS	102
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	103
28. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	104
29. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS.....	108
30. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO	116
31. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO	119
32. COMPROMISSOS.....	122
33. BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO, PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS.....	123
34. SEGUROS.....	134
35. QUESTÕES AMBIENTAIS.....	134
36. EVENTOS SUBSEQUENTES	135

NEONERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
(Reapresentado)					
Ativo					
Circulante					
Caixa e Equivalente de Caixa	8	253.593	1.276.710	3.933.675	3.856.434
Contas a receber de clientes e outros	9	62	1.140	5.160.926	4.922.952
Títulos e valores mobiliários		-	87	21.517	16.701
Instrumentos financeiros derivativos	18	26.838	16.086	108.921	573.187
Impostos e contribuições a recuperar	10	133.071	61.014	819.838	572.550
Despesas pagas antecipadamente		1.307	1.439	98.692	80.299
Serviços em curso		-	-	59.859	54.544
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	12	-	-	1.023.290	507.804
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	15.1	-	-	-	67.449
Concessão do serviço público (ativo contratual)	15.2	-	-	51.901	-
Outros ativos circulantes		40.908	269.209	218.847	354.808
Total do circulante		455.779	1.625.685	11.497.466	11.006.728
Não circulante					
Contas a receber de clientes e outros	9	-	95	343.704	370.793
Títulos e valores mobiliários		-	-	109.804	2.997
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	7.116	1.045.220	403.483
Impostos e contribuições a recuperar	10	-	-	362.319	346.926
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		553.407	452.631	12.828	11.110
Impostos e contribuições sociais diferidos	11	-	-	1.031.035	1.303.799
Depósitos Judiciais	21	47.910	45.210	792.014	731.866
Despesas pagas antecipadamente		-	-	6.780	7.140
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	33	-	-	31.354	13.065
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	12	-	-	8.599	218.619
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	15.1	-	-	9.255.797	7.928.268
Concessão do serviço público (ativo contratual)	15.2	-	-	4.312.815	-
Outros ativos não circulantes		157.534	993.486	111.837	92.261
Investimentos		17.486.887	14.391.480	2.418.124	2.252.440
Investimentos em coligadas e controladas	13	17.486.887	14.391.480	2.416.139	2.243.962
Outros investimentos		-	-	1.985	8.478
Imobilizado	14	28.053	27.711	5.894.392	5.602.006
Intangível	16	1.014	1.129	9.330.390	11.854.268
Total do não circulante		18.274.805	15.918.858	35.067.012	31.139.041
Total do ativo		18.730.584	17.544.543	46.564.478	42.145.769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Nota s	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17	61.563	46.618	2.646.752	3.221.085
Empréstimos e financiamentos	18	159.186	646.244	1.933.847	5.138.572
Debêntures	18	127.905	135.751	892.201	987.183
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	1.046	23.277	31.657
Salários e encargos a pagar		15.906	8.566	269.609	294.378
Encargos setoriais	19	-	-	293.997	456.290
Impostos e Contribuições a recolher	20	93.059	145.760	826.468	876.278
Dividendos e Juros sobre capital próprio		329.488	99.444	342.499	110.821
Provisões	21	-	-	151.377	148.306
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	33	-	-	61.833	62.982
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)		-	-	4.178	3.976
Outros passivos circulantes	22	102.107	56.539	584.250	607.475
Total do circulante		889.214	1.139.968	8.030.288	11.939.003
Não circulante					
Fornecedores	17	-	-	113.711	100.484
Empréstimos e financiamentos	18	-	136.692	10.371.871	8.100.590
Debêntures	18	421.127	534.517	7.858.173	4.087.893
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	-	4.906	16.520
Encargos setoriais	19	-	-	159.120	162.558
Impostos e Contribuições a recolher	20	-	-	6.403	5.408
Impostos e contribuições sociais diferidos	11	3.323	48.514	116.544	136.510
Provisões	21	8.637	8.968	865.626	774.276
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	33	-	-	879.759	913.521
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	12	-	-	185.221	-
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)		-	-	51.267	49.835
Outros passivos não circulantes	22	154.506	297.347	344.794	250.817
Total do não circulante		587.593	1.026.038	20.957.395	14.598.412
Patrimônio Líquido					
	23				
Capital Social		12.919.982	11.919.982	12.919.982	11.919.982
Reservas de Capital		93.276	100.711	93.276	100.711
Reservas de Lucro		6.006.961	4.955.947	6.006.961	4.956.463
Reserva de transação de capital com os sócios		(1.594.067)	(1.586.080)	(1.594.067)	(1.586.080)
Outros resultados abrangentes		(172.375)	(212.579)	(172.375)	(212.579)
Proposta de Distribuição de dividendos adicional		-	200.556	-	200.556
Total do patrimônio líquido antes das participações de não controladores		17.253.777	15.378.537	17.253.777	15.379.053
Atribuível a participação dos acionistas não controladores		-	-	323.018	229.301
Total do patrimônio líquido		17.253.777	15.378.537	17.576.795	15.608.354
Total do passivo e do patrimônio líquido		18.730.584	17.544.543	46.564.478	42.145.769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Receita líquida	24	3.111	8.992	25.953.659	20.508.070
Custo dos Serviços		-	-	(20.877.786)	(16.889.682)
Custos com energia elétrica	25	-	-	(13.933.341)	(11.119.617)
Custos de operação	26	-	-	(3.430.847)	(3.201.474)
Custos de construção		-	-	(3.513.598)	(2.568.591)
Lucro bruto		3.111	8.992	5.075.873	3.618.388
Provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa		(9.167)	-	(274.400)	(197.682)
Despesas com vendas	26	-	-	(305.972)	(374.706)
Outras receitas/despesas gerais e administrativas	26	(155.743)	(94.613)	(1.104.874)	(717.134)
Resultado de participações societárias		1.648.995	744.256	(120.741)	(205.081)
Equivalência Patrimonial	13	1.822.380	856.343	56.320	(92.696)
Amortização de mais-valia	13	(173.385)	(112.087)	(177.061)	(112.385)
Lucro operacional		1.487.196	658.635	3.269.886	2.123.785
Receitas financeiras	27	364.241	208.448	6.123.717	2.792.085
Despesas financeiras	27	(336.909)	(426.051)	(7.292.683)	(4.186.349)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.514.528	441.032	2.100.920	729.521
Imposto de renda e contribuição social	11	22.318	(22.320)	(506.969)	(277.992)
Corrente		(22.873)	(16.058)	(265.844)	(135.208)
Diferido		45.191	(6.262)	(241.125)	(142.784)
Lucro líquido do exercício		1.536.846	418.712	1.593.951	451.529
Atribuível à					
Acionistas controladores		1.536.846	418.712	1.536.330	406.088
Acionistas não controladores		-	-	57.621	45.441
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$					
Ordinária		1,2808	0,4936	1,2804	0,4788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.536.846	418.712	1.593.951	451.529
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Participação sobre Planos de Benefícios e Planos de Saúde a Empregados das investidas	33.392	(99.167)	53.644	(155.978)
Participação sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa das investidas	9.972	(289)	9.972	(289)
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	-	-	(18.239)	53.032
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	43.364	(99.456)	45.377	(103.235)
Itens que serão reclassificados para o resultado:				
Participação sobre ajustes ao valor justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa das investidas	(8.181)	(1.401)	(8.873)	(1.401)
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	5.021	-	5.242	-
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(3.160)	(1.401)	(3.631)	(1.401)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	40.204	(100.857)	41.746	(104.636)
Resultado abrangente do exercício	1.577.050	317.855	1.635.697	346.893
Atribuível à:				
Acionistas controladores	1.577.050	317.855	1.576.534	305.231
Acionistas não controladores	-	-	59.163	41.662
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:				
Ordinária	1,3143	0,3747	1,3190	0,3598

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Controladora

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de transação com os sócios	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucro			Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 01 de janeiro de 2017	4.739.025	2.288	(990.972)	(111.276)	651.079	73.046	4.113.110	216.376	-	8.692.676
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(216.376)	-	(216.376)
Transação com os sócios:										
Aumento de capital	7.180.957	-	-	-	-	-	-	-	-	7.180.957
Reserva de capital	-	98.423	-	-	-	-	-	-	-	98.423
Ajuste de transação com sócios	-	-	(595.108)	-	-	-	-	-	-	(595.108)
Outros resultados abrangentes:										
Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investida	-	-	-	(101.303)	-	-	-	-	-	(101.303)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	418.712	418.712
Destinações:										
Reserva legal	-	-	-	-	20.936	-	-	-	(20.936)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(99.444)	(99.444)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	200.556	(200.556)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	97.776	-	(97.776)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	11.919.982	100.711	(1.586.080)	(212.579)	672.015	73.046	4.210.886	200.556	-	15.378.537
Adoção inicial CPC 47	-	-	-	-	-	-	-	-	161.305	161.305
Adoção inicial CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.497)	(60.497)
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(200.556)	-	(200.556)
Transação com os sócios:										
Aumento de capital	1.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000
Reserva de capital	-	(7.435)	-	-	-	-	-	-	-	(7.435)
Ajuste de transação com sócios	-	-	(7.987)	-	-	-	-	-	-	(7.987)
Outros resultados abrangentes:										
Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investida	-	-	-	41.926	-	-	-	-	-	41.926
Reclassificação plano de pensão das investidas (conforme parágrafo 122 CPC 33)	-	-	-	(1.722)	-	-	-	-	1.722	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.536.846	1.536.846
Destinações:										
Reserva legal	-	-	-	-	81.968	-	-	-	(81.968)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	807.741	-	(807.741)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	161.305	-	-	(161.305)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(522.362)	(522.362)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(66.000)	(66.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12.919.982	93.276	(1.594.067)	(172.375)	753.983	234.351	5.018.627	-	-	17.253.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Consolidado

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de transação com os sócios	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucro			Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total acionistas controladores	Participação não Controladores	Total
					Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros					
Saldos em 01 de janeiro de 2017	4.739.025	2.288	(990.972)	(111.276)	651.079	86.186	4.113.110	216.376	-	8.705.816	513.949	9.219.765
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(216.376)	-	(216.376)	-	(216.376)
Transações com os sócios:												
Aumento de capital	7.180.957	-	-	-	-	-	-	-	-	7.180.957	5.431	7.186.388
Reserva de capital	-	98.423	-	-	-	-	-	-	-	98.423	-	98.423
Ajuste de transação com sócios	-	-	(595.108)	-	-	-	-	-	-	(595.108)	(87.278)	(682.386)
Incorporação grupo Elektro (Nota 13.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.286	11.286
Incorporação de participação adicional junto a não controladores (Nota 13.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(179.966)	(179.966)
Outros resultados abrangentes:												
Efeitos dos planos de benefícios de empregados das investidas	-	-	-	(99.613)	-	-	-	-	-	(99.613)	(3.780)	(103.393)
Participação sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa das investidas	-	-	-	(1.690)	-	-	-	-	-	(1.690)	-	(1.690)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	406.088	406.088	45.441	451.529
Destinações												
Reserva legal	-	-	-	-	20.936	-	-	-	(20.936)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(99.444)	(99.444)	(31.622)	(131.066)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	200.556	(200.556)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	97.776	-	(97.776)	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(12.624)	-	-	12.624	-	-	-
Alienação de participação em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.160)	(44.160)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	11.919.982	100.711	(1.586.080)	(212.579)	672.015	73.562	4.210.886	200.556	-	15.379.053	229.301	15.608.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Consolidado

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de transação com os sócios	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucro			Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total Acionistas controladores	Participação não Controladores	Total
					Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2017	11.919.982	100.711	(1.586.080)	(212.579)	672.015	73.562	4.210.886	200.556	-	15.379.053	229.301	15.608.354
Adoção inicial CPC 47	-	-	-	-	-	-	-	-	161.305	161.305	16.970	178.275
Adoção inicial CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.497)	(60.497)	(2.679)	(63.176)
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(200.556)	-	(200.556)	(26.966)	(227.522)
Transação com os sócios:												
Aumento de capital	1.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000	56.934	1.056.934
Reserva de capital	-	(7.435)	-	-	-	-	-	-	-	(7.435)	261	(7.174)
Ajuste de transação com sócios	-	-	(7.987)	-	-	-	-	-	-	(7.987)	(9.966)	(17.953)
Outros resultados abrangentes:												
Participação sobre Planos de Benefícios e Planos de Saúde a Empregados das investidas	-	-	-	35.114	-	-	-	-	-	35.114	2.013	37.127
Reclassificação plano de pensão das investidas (conforme parágrafo 122 CPC 33)	-	-	-	(1.722)	-	-	-	-	1.722	-	-	-
Participação sobre hedge de fluxo de caixa das investidas	-	-	-	6.812	-	-	-	-	-	6.812	(471)	6.341
Lucro líquido do exercício									1.536.330	1.536.330	57.621	1.593.951
Destinações:												-
Reserva legal	-	-	-	-	81.968	-	-	-	(81.968)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	807.741	-	(807.741)	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	160.789	-	-	(160.789)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(522.362)	(522.362)	-	(522.362)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(66.000)	(66.000)	-	(66.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12.919.982	93.276	(1.594.067)	(172.375)	753.983	234.351	5.018.627	-	-	17.253.777	323.018	17.576.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018 (Reapresentado)	2017
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Lucro do exercício	1.536.846	418.712	1.593.951	451.529
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Depreciação e amortização (*)	3.151	3.150	1.128.058	880.037
Valores a compensar/(repassar) da Parcela A e outros itens financeiros	-	-	(813.260)	(1.010.436)
Equivalência patrimonial	(1.822.380)	(856.343)	(56.320)	92.696
Amortização de mais-valia	173.385	112.087	177.061	112.385
Imposto de renda e contribuição social	(22.318)	22.320	359.117	266.193
Encargos de dívidas e atualizações monetárias, cambiais e derivativos e outras receitas e despesas financeiras	61.543	208.279	1.267.296	1.601.791
Valor de reposição estimado da concessão	-	-	(489.441)	(351.813)
Perda/(ganho) na baixa de ativos, imobilizado, intangíveis e financeiros indenizáveis	1	-	114.283	113.086
Provisão contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	1.929	2.360	172.091	131.089
Perdas por redução esperada de créditos de liquidação duvidosa	9.167	-	299.928	197.682
Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego	-	-	90.623	87.596
Atualização das provisões para contingências	58	481	123.363	121.721
Atualização de títulos e valores mobiliários	-	-	(13.871)	(87.110)
Outras provisões e atualizações de receitas e despesas	4.322	34.683	12.061	58.320
	(54.296)	(54.271)	3.964.940	2.664.766
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Contas a receber de clientes e outros	892	13.876	(201.303)	(1.141.678)
IR e CSLL a Recuperar	(72.064)	(2.049)	(238.239)	(70.438)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	7	-	(31.075)	15.044
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	766.392	614.117	55.223	15.916
Depósitos judiciais	199	(4.106)	(51.430)	(42.738)
Despesas pagas antecipadamente	132	-	(104.436)	(15.965)
Valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros	-	-	763.145	(3.238)
Benefício pós emprego e outros benefícios	-	-	22.645	29.911
Concessão Serviço Público	-	-	52.935	58.210
Outros ativos	36.435	26.716	352.884	(110.403)
	731.993	648.554	620.349	(1.265.379)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	14.945	21.198	(896.988)	796.367
Salários e encargos a pagar	7.340	3.057	(24.767)	98.618
Encargos de dívidas pagos e liquidação de instrum.Financ.Deriv;	(86.098)	(167.477)	(1.276.450)	(1.276.025)
Encargos setoriais	-	-	(173.853)	109.091
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(264)	(2.882)	(257.028)	(173.901)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(52.437)	(187)	54.788	41.603
Valores de compensar da Parcela A e outros itens financeiros	-	-	(70.130)	-
Indenizações/Contingências pagas	-	-	(258.308)	(179.230)
Benefício pós emprego e outros benefícios	-	-	(112.819)	(79.188)
Outros passivos	24.144	82.683	(241.289)	(42.360)
	(92.370)	(63.608)	(3.256.844)	(705.025)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	585.327	530.675	1.328.445	694.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - continuação**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
			(Reapresentado)	
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Integralização de capital	(1.314.095)	(697.616)	(174.071)	(233.363)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(47.707)	(920.050)	-	-
Aquisição de imobilizado	(1.546)	(1.052)	(402.615)	(818.006)
Aquisição de intangível	(2)	(166)	(1.114)	(2.984.641)
Aquisição de investimentos	-	(465)	-	(3.134)
Concessão Serviço Público	-	-	(3.739.356)	(4.771)
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários	87	264.989	(55.670)	1.022.449
Alienação de investimentos societários	-	519.115	-	519.115
Combinação de negócios	-	280.967	-	1.533.272
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.363.263)	(554.278)	(4.372.826)	(969.079)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	1.000.000	1.100.000	1.039.126	1.100.000
Captação de empréstimos e financiamentos	-	400.000	3.562.991	3.955.552
Captação de debêntures	-	250.000	4.759.853	2.222.862
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e swap	(620.394)	(449.925)	(4.909.330)	(3.394.816)
Amortização do principal de debêntures	(114.328)	-	(1.206.288)	(487.354)
Pagamentos de custos de captação	-	-	(54.032)	(8.565)
Depósitos em garantia	-	-	182.893	(65.748)
Obrigações especiais	-	-	280.788	449.375
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(510.459)	-	(534.379)	(21.090)
GERAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(245.181)	1.300.075	3.121.622	3.750.216
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.023.117)	1.276.472	77.241	3.475.499
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.276.710	238	3.856.434	380.935
Caixa e equivalentes no final do exercício	253.593	1.276.710	3.933.675	3.856.434
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.023.117)	1.276.472	77.241	3.475.499
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM CAIXA				
Ativos incorporados Elektro Holding	-	63.151	-	63.151
Passivos incorporados Elektro Holding	-	26.827	-	26.827
Obrigações compra de ações de acionista - Previ	-	64.747	-	64.747
Capitalização de juros e despesas financeiras	-	-	188.383	182.732
Combinação de negócios	-	3.910.511	-	2.658.206
Provisão para desmantelamento	-	-	4.831	1.738

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	4.179	11.222	37.815.596	29.548.778
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.167)	-	(274.400)	(197.683)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(3.009)	1.367
	(4.988)	11.222	37.538.187	29.352.462
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(13.231.267)	(11.402.716)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	-	-	(2.365.132)	(962.511)
Matérias-primas consumidas	-	-	(363.287)	(429.353)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(115.070)	(75.633)	(5.558.878)	(4.427.425)
	(115.070)	(75.633)	(21.518.564)	(17.222.005)
Valor adicionado bruto	(120.058)	(64.411)	16.019.623	12.130.457
Depreciação e amortização	(176.536)	(115.237)	(1.305.125)	(989.289)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(296.594)	(179.648)	14.714.498	11.141.168
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	372.812	212.008	6.168.233	2.817.606
Resultado de equivalência patrimonial	1.822.380	856.343	56.320	(92.696)
	2.195.192	1.068.351	6.224.553	2.724.910
Valor adicionado total a distribuir	1.898.598	888.703	20.939.051	13.866.078
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remunerações	-	-	578.363	550.055
Encargos sociais (exceto INSS)	-	-	93.472	91.655
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	-	245	2.727	8.086
Auxílio alimentação	52	-	103.988	72.279
Convênio assistencial e outros benefícios	-	-	89.887	53.609
Despesas com desligamento	-	-	53.461	17.938
Provisão para férias e 13º salário	59	-	157.283	105.778
Plano de saúde	1.215	260	84.575	75.462
Indenizações trabalhistas	38	4	113	(166)
Participações nos resultados	13	-	123.839	115.960
Administradores	25.690	11.003	40.068	39.908
Encerramento de ordem em curso	-	-	2.042	2.055
(-) Transferência para ordens	-	-	(243.568)	(141.667)
Outros	4.217	1.504	14.429	13.608
Subtotal	31.284	13.016	1.100.679	1.004.560
Governo				
INSS (sobre folha de pagamento)	5.153	1.432	167.308	104.570
ICMS	-	-	6.184.546	4.691.240
PIS/COFINS sobre faturamento	9.639	5.790	1.621.017	1.320.467
Imposto de renda e contribuição social	(22.318)	22.320	506.969	277.992
Obrigações intra-setoriais	-	-	2.395.912	1.765.633
Outros	862	1.239	34.205	31.758
Subtotal	(6.664)	30.781	10.909.957	8.191.660
Financiamentos				
Juros e variações cambiais	336.909	426.051	7.292.683	4.186.349
Aluguéis	223	143	40.519	31.980
Outros	-	-	1.263	-
Subtotal	337.132	426.194	7.334.465	4.218.329
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio	522.362	-	522.362	-
Dividendos distribuídos	66.000	99.444	66.000	99.444
Dividendos adicionais propostos	-	200.556	-	200.556
Lucro retido (Reserva Legal)	81.968	20.936	81.968	20.936
Reserva de retenção de lucro	806.019	97.776	806.019	97.776
Reserva de lucros não realizados	161.305	-	160.789	(12.624)
Adoção Inicial CPC 47	(161.305)	-	(161.305)	-
Adoção Inicial CPC 48	60.497	-	60.497	-
Participação dos não controladores	-	-	57.621	45.441
	1.536.846	418.712	1.593.951	451.529
Valor adicionado distribuído	1.898.598	888.703	20.939.051	13.866.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NEOENERGIA S.A. (“Neoenergia” ou a “Companhia”) com sede na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade por ações de capital aberto constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades. As controladas da Neoenergia (conjuntamente com a Neoenergia, o “Grupo”) são dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica e estão apresentadas na Nota Explicativa 13.

2. CONCESSÕES

O Grupo e as empresas coligadas e controladas em conjunto possuem o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões, autorizações/permisões de distribuição, comercialização, transmissão e de geração de energia:

Distribuição	Número de Municípios	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
COELBA	415	Estado da Bahia	08/08/1997	07/08/2027
CELPE	184	Estado de Pernambuco	30/03/2000	29/03/2030
CELPE	1	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/2000	29/03/2030
CELPE	1	Estado da Paraíba	30/03/2000	29/03/2030
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/1997	30/12/2027
Elektro Redes	223	Estado de São Paulo	27/08/1998	26/08/2028
Elektro Redes	5	Estado do Mato Grosso do Sul	27/08/1998	26/08/2028
Transmissão em operação		Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
Afluente T		Estado da Bahia	08/08/1997	08/08/2027
SPE SE Naranhã S.A. (SE Naranhã)		Estado da Bahia	28/01/2009	28/01/2039
SPE SE Naranhã S.A. (SE Extremoz)		Estado do Rio Grande do Norte	10/05/2012	10/05/2042
SPE SE Naranhã S.A. (SE Brumado)		Estado da Bahia	27/08/2012	27/08/2042
Potiguar Sul		Estado da Paraíba do Rio Grande do Norte	01/08/2013	01/08/2043
Transmissão em construção		Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
EKTT 01		Estados do Tocantins, Bahia e Piauí	08/03/2018	08/03/2048
EKTT 02		Estados da Paraíba e Ceará	08/03/2018	08/03/2048
EKTT 12		Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo	31/07/2017	31/07/2047
EKTT 13		Estado de São Paulo	31/07/2017	31/07/2047
EKTT 14		Estado de Santa Catarina	31/07/2017	31/07/2047
EKTT 15		Estado do Ceará	31/07/2017	31/07/2047
Comercialização		Localidade	Data de Autorização	
NC Energia		Rio de Janeiro - RJ	22/11/2000	
Elektro Comercializadora		Campinas - SP	26/05/2003	

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Geração em operação	Tipo de usina	Localidade	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWmed)	Energia contratada (MWmed)	Data da Concessão/autorização	Data de vencimento
Itapebi	Hidrelétrica - UHE	Rio Jequitinhonha – BA	462,011 MW	209,1 MW	207,076 MW (ACL)	28/05/1999	31/08/2035
Termopernambuco	Termelétrica - UTE	Complexo Portuário do Suape - PE	532,756 MW	504,12 MW	455,0 MW	18/12/2000	18/12/2030
CELPE Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha - PE	4,8 MW	1,9 MW	1,9 MW	21/12/1989	21/12/2019
Baguari I	Hidrelétrica - UHE	Rio Doce - MG	140,0 MW	84,7 MW	77,0 MW	15/08/2006	31/12/2039
Geração CIII Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	Rio Corumbá - GO	96,447 MW	49,3 MW	50,9 MW	07/11/2001	14/02/2037
Energética Águas da Pedra Dardanelos	Hidrelétrica - UHE	Rio Aripuanã - MT	261,0 MW	154,9 MW	147,0 MW	03/07/2007	02/01/2043
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	Hidrelétrica - UHE	Rio Teles Pires - MT	1.819,8 MW	930,7 MW	778 MW (ACR) / 339,233 MW (ACL)	07/06/2011	06/06/2046
Norte Energia Belo Monte (a)	Hidrelétrica - UHE	Rio Xingu - PA	11.233,1MW	4.571,0 MW	3.024,83 MW (ACR) 864,24 MW (ACL)	26/08/2010	25/08/2045
PARQUES EÓLICOS							
Arizona 01	Eólica	Rio do Fogo - RN	28,0 MW	12,9 MW	12,3 MW	04/03/2011	03/03/2046
Mel 2	Eólica	Areia Branca - RN	20,0 MW	9,8 MW	9,3 MW	28/02/2011	27/02/2046
Caetité 1	Eólica	Caetité - BA	30,0 MW	13,0 MW	13,0 MW	29/10/2012	29/10/2042
Caetité 2	Eólica	Caetité - BA	30,0 MW	12,1 MW	11,0 MW	07/02/2011	06/02/2046
Caetité 3	Eólica	Caetité - BA	30,0 MW	11,2 MW	11,1 MW	24/02/2011	23/02/2046
Calango 1	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova – RN	30,0 MW	13,9 MW	13,8 MW	28/04/2011	27/04/2046
Calango 2	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova – RN	30,0 MW	11,9 MW	11,8 MW	09/05/2011	08/05/2046
Calango 3	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova – RN	30,0 MW	13,9 MW	13,8 MW	30/05/2011	29/05/2046
Calango 4	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova – RN	30,0 MW	12,8 MW	12,8 MW	19/05/2011	18/05/2046
Calango 5	Eólica	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova – RN	30,0 MW	13,7 MW	13,6 MW	02/06/2011	01/06/2046
Calango 6	Eólica	Bodó - RN	30,0 MW	18,5 MW	18,5 MW	20/11/2014	19/11/2049
Santana 1	Eólica	Bodó - RN	30,0 MW	17,3 MW	17,2 MW	14/11/2014	13/11/2049
Santana 2	Eólica	Lagoa Nova - RN	24,0 MW	13,1 MW	12,9 MW	14/11/2014	13/11/2049
Canoas	Eólica	São José do Sabugi/PB	31,5 MW	17,7 MW	16,1 MW	04/08/2015	03/08/2050
Lagoa 1	Eólica	Santa Luzia/PB	31,5 MW	18,7 MW	17,2 MW	04/08/2015	03/08/2050
Lagoa 2	Eólica	São José do Sabugi/PB	31,5 MW	17,5 MW	15,5 MW	04/08/2015	03/08/2050
Enerbrasil	Eólica	Rio do Fogo – RN	49,3 MW	20,74 MW	17,9 MW	20/12/2001	20/12/2031
Geração em construção	Tipo de usina	Localidade	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWmed)	Energia contratada (MWmed)	Data da Concessão/autorização	Data de vencimento
Geração Céu Azul Baixo Iguaçu	Hidrelétrica - UHE	Rio Iguaçu - PR	350,2 MW	172,4 MW	121,0 MW (ACR)/ 51,8 MW (ACL)	20/08/2012	14/09/2049
Parques Eólicos em construção	Tipo de usina	Localidade	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWmed)	Energia contratada (MWmed)	Data da Concessão/autorização	Data de vencimento
Chafariz 1	Eólica	Paraíba - PB	34,65 MW	17,7 MW	17 MW	21/06/2018	20/06/2053
Chafariz 2	Eólica	Paraíba - PB	34,65 MW	17,5 MW	17 MW	21/06/2018	20/06/2053
Chafariz 3	Eólica	Paraíba - PB	34,65 MW	18,1 MW	17,2 MW	21/06/2018	20/06/2053
Chafariz 6	Eólica	Paraíba - PB	31,19 MW	15,2 MW	14,4 MW	21/06/2018	20/06/2053
Chafariz 7	Eólica	Paraíba - PB	34,65 MW	19 MW	17,7 MW	21/06/2018	20/06/2053
Lagoa 3	Eólica	Paraíba - PB	34,65 MW	18,3 MW	16,9 MW	26/06/2018	25/06/2053
Lagoa 4	Eólica	Paraíba - PB	20,79 MW	11,7 MW	10,1 MW	26/06/2018	25/06/2053
Canoas 2	Eólica	Paraíba - PB	34,65 MW	17,3 MW	15,9 MW	26/06/2018	25/06/2053
Canoas 4	Eólica	Paraíba - PB	34,65 MW	16,7 MW	15,5 MW	26/06/2018	25/06/2053

(a) Da capacidade instalada total, em razão das operações das 12 (doze) primeiras unidades geradoras, o volume gerado atualmente é de 7.333,3 MW.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e são compostas pelas informações contábeis da Neoenergia e de suas controladas.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. As empresas controladas estão abaixo relacionadas:

Empresas	Atividade	Percentual de Participação (%)			
		2018		2017	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	Distribuição	96,65%	-	96,35%	-
Companhia Energética de Pernambuco – Celpe	Distribuição	89,65%	-	89,65%	-
Companhia Energética do Rio Grande do Norte – Cosern	Distribuição	91,50%	-	91,50%	-
Elektro Redes S.A. – Elektro	Distribuição	99,68%	-	99,68%	-
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. – Afluente T	Transmissão	87,84%	-	87,84%	-
SE Naranjito S.A. – Naranjito	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. – Potiguar Sul	Transmissão	-	100,00%	-	100,00%
EKTT 1 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 1	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 2 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 2	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 3 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 3	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 4 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 4	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 5 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 5	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 6 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 6	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 7 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 7	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 8 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 8	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 9 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 9	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 10 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 10	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 11 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 11	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 12 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 12	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 13 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 13	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 14 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 14	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
EKTT 15 A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 15	Transmissão	100,00%	-	100,00%	-
NC Energia S.A. – NC	Comercialização	100,00%	-	100,00%	-
Elektro Comercializadora de Energia Ltda – EKCE	Comercialização	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Termopernambuco S.A. – Termope	Geração Térmica	100%	-	100%	-
Itapebi Geração de Energia S.A. – Itapebi	Geração hidráulica	42%	58%	42%	58%
Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A. - Baguari	Geração hidráulica	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Geração CIII S.A. – Geração CIII	Geração hidráulica	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Geração Céu Azul S.A. – Geração Céu Azul	Geração hidráulica	100,00%	-	100,00%	-
Bahia Pequena Central Hidrelétrica S.A. – Bahia PCH II	Geração hidráulica	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Santana 1 Energia Renovável S.A. – Santana 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Santana 2 Energia Renovável S.A. – Santana 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Calango 6 Energia Renovável S.A. – Calango 6	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Lagoa 2 Energia Renovável S.A. – Lagoa 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Canoas Energia Renovável S.A. - Canoas	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Lagoa 1 Energia Renovável S.A. – Lagoa 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Força Eólica do Brasil S.A. – FEB	Geração eólica	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Calango 1 Energia Renovável S.A. – Calango 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Calango 4 Energia Renovável S.A. – Calango 4	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Calango 5 Energia Renovável S.A. – Calango 5	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Caetité 1 Energia Renovável S.A. – Caetité 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Caetité 2 Energia Renovável S.A. – Caetité 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Empresas	Atividade	Percentual de Participação (%)			
		2018		2017	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Força Eólica do Brasil 1 S.A. - FEB 1	Geração eólica	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Calango 2 Energia Renovável S.A. – Calango 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Calango 3 Energia Renovável S.A. – Calango 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Caetité 3 Energia Renovável S.A. – Caetité 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Arizona 1 Energia Renovável S.A. – Arizona 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Mel 2 Energia Renovável S.A. – Mel 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
FE Participações S.A. – FPAR	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Força Eólica do Brasil S.A. - FEB 2	Geração eólica	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Energia Renováveis do Brasil S.A. - Enerbrasil	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Elektro Renováveis do Brasil S.A. – Elektro Renováveis	Geração eólica	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Chafariz 1 Energia Renovável S.A. – Chafariz 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Chafariz 2 Energia Renovável S.A. – Chafariz 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Chafariz 3 Energia Renovável S.A. – Chafariz 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Chafariz 6 Energia Renovável S.A. – Chafariz 6	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Chafariz 7 Energia Renovável S.A. – Chafariz 7	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Lagoa 3 Energia Renovável S.A. – Lagoa 3	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Lagoa 4 Energia Renovável S.A. – Lagoa 4	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Canoas 2 Energia Renovável S.A. - Canoas 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Canoas 4 Energia Renovável S.A. - Canoas 4	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Chafariz 4 - Chafariz 4 Energia Renovável S.A. – Chafariz 4	Geração eólica	-	100,00%	-	-
Chafariz 5 - Chafariz 5 Energia Renovável S.A. – Chafariz 5	Geração eólica	-	100,00%	-	-
Canoas 3 - Canoas 3 Energia Renovável S.A. – Canoas 3	Geração eólica	-	100,00%	-	-
Ventos de Arapuá 1 - Ventos de Arapuá 1 Energia Renovável S.A. – Arapuá 1	Geração eólica	-	100,00%	-	-
Ventos de Arapuá 2 - Ventos de Arapuá 2 Energia Renovável S.A. – Arapuá 2	Geração eólica	-	100,00%	-	-
Ventos de Arapuá 3 - Ventos de Arapuá 3 Energia Renovável S.A. – Arapuá 3	Geração eólica	-	100,00%	-	-
Elektro Operação e Manutenção Ltda - Elektro O&M	Serviços	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Neoenergia Serviços Ltda - Neoserv	Serviços	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Neoenergia Operação e Manutenção S.A. - Neoenergia O&M	Serviços	100,00%	-	100,00%	-
Belo Monte Participações S.A. – Belo Monte	Outros	99,00%	1,00%	99,00%	1,00%
Neoenergia investimentos S.A. - Neoinvest	Outros	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Garter Properties Inc (a)	Outros	-	-	100,00%	-

(a) A Garter foi dissolvida durante o exercício de 2018.

Os critérios contábeis adotados na apuração das informações das controladas foram aplicados uniformemente. As principais práticas de consolidação adotadas foram:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas;
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, a mais valia paga pela Neoenergia S.A. na aquisição de investimentos, o qual é atribuído à concessão, foi classificado no ativo intangível, contingências e impostos diferidos mediante a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de negócios. Adicionalmente, houve a classificação dos gastos auferidos e capitalizados na controladora para realização de projetos de suas controladas, principalmente de térmica já em operação. Esses gastos no consolidado foram alocados juntamente aos ativos atribuíveis construídos, considerados no imobilizado.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As empresas coligadas e/ou empreendimentos controlados em conjunto estão relacionadas abaixo:

Empresas	Atividade	Percentual de Participação (%)			
		2018		2017	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Coligadas					
Norte Energia S.A. – NESA	Geração hidráulica	-	10,00%	-	10,00%
Energética Corumbá III S.A. - ECIII	Geração hidráulica	-	25,00%	-	25,00%
Controle conjunto					
Teles Pires Participações S.A. – Teles Pires	Geração hidráulica	50,56%	-	50,56%	-
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A - CHTP	Geração hidráulica	00,90%	50,10%	00,90%	50,10%
Energética Águas da Pedra S.A. – EAPSA	Geração hidráulica	51,00%	-	51,00%	-
Empreendimentos		Participação%		Consoiciada	
Consórcio UHE Baguari	51%	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.			
Consórcio Empreendedor Corumbá III	60%	Geração CIII S.A.			
Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu	70%	Geração Céu Azul S.A.			

4. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”)

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a reemissão das demonstrações financeiras em 23 de abril de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

4.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

4.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

4.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas detalhos na nota explicativa 4.5. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados – nota explicativa nº 24
- (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE – nota explicativa nº 24;
- (iii) reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados, vide nota explicativa nº 11;
- (iv) critério de apuração e atualização do ativo da concessão; e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor, vide nota explicativa nº 15;
- (v) a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vide nota explicativa nº 9;
- (vi) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa nº 29;
- (vii) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa nº 21;

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- (viii) reconhecimento dos valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros, vide nota explicativa nº 12;
- (ix) reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Vide nota explicativa nota nº 33;

Informações sobre julgamentos efetuados na aplicação de políticas contábeis que possuem efeitos significativos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstrados a seguir:

- consolidação: determinação se a Companhia e suas controladas detém de fato controle sobre uma investida - Nota Explicativa nº 3;

4.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

O Grupo reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Classificação e mensuração subsequente

Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto:

(a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto

(b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que o Grupo altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O Grupo faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do Grupo; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;

- como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e

- a frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pelo Grupo.

Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR.

Avaliação dos fluxos de caixa contratuais para apenas pagamentos de capital e juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, o Grupo considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Instrumentos patrimoniais ao VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

O Grupo classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- mantidos até o vencimento;
- disponível para venda; e
- o VJR, e nesta categoria como:

- i. mantidos para negociação;
- ii. instrumentos derivativos de *hedge*; ou
- iii. designado ao VJR.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Ativos financeiros disponíveis para venda	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“hedge accounting”)

O Grupo faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Política aplicável após de 1º de janeiro de 2018

No início de relacionamentos de *hedge* designados, o Grupo documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por *hedge*, determinado com base no valor presente, desde a designação do *hedge*.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se o instrumento de *hedge* for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A política aplicada nas informações comparativas apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é semelhante à aplicada em 2018. No entanto, para todos os *hedges* de fluxo de caixa, os valores acumulados em ORA foram reclassificados para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o fluxo de caixa futuro esperado protegido por *hedge* afetou o resultado.

b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

c) Contrato de concessão de serviços públicos

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Coelba, Celpe, Cosern, Elektro Redes, Afluentes T, SE Narandiba, Potiguar Sul, EKT1, EKT2, EKT12, EKT13, EKT14 e EKT15, respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição e transmissão pelas companhias e estabelecem que:

Distribuidoras

De acordo com os contratos de concessão:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras e do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com cliente para as Transmissoras, que fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica, abrangendo:

- (i) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (ii) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

Dessa forma, a norma requer que todos os bens que integrem a infraestrutura de distribuição de energia elétrica devam ser bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura. Após a adoção das mudanças trazidas pela IFRS 15/CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e seus impactos sobre a ICPC 01/IFRIC 12, há a determinação que esses valores sejam contabilizados como um ativo contratual, a partir do exercício de 2018, durante o período de construção ou de melhoria dessa infraestrutura até sua efetiva finalização.

Antes da adoção do IFRS 15/CPC 47, ou seja, até 31 de Dezembro de 2017, tais investimentos e melhorias permaneciam registrados como ativo intangível em curso, até a completa finalização das obras e melhorias. Os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos também integram o custo de construção, em ambas situações.

Quando da conclusão da construção ou da melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica, esses valores deverão ser reclassificados de ativo contratual, devidamente bifurcados, para a rubrica contábil de ativo financeiro indenizável ou intangível.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão.
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Transmissoras

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 01 de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

(ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

e) Subvenções governamentais

São reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas', em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como "Outras Receitas" em uma base sistemática durante os exercícios em que as despesas correlatas são registradas.

f) Valores a compensar/(repassar) da parcela A

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

g) Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado,

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia efetuou análise para alguns de seus ativos os quais apresentaram indicativos de deterioração ou perda ao valor recuperável, não tendo sido constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

h) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Planos de benefício definido

A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

k) Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (“PPECLD”)

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

O Grupo possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e o efeito da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 estão descritos na Nota 4.6. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 29.

l) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas controladas da Companhia.

O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pelas controladas. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

As controladas contabilizam receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A Companhia utiliza-se das seguintes premissas para venda de energia na CCEE, a prévia da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pela ONS (Operador Nacional do Sistema).

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na Nota 4.6.

m) Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

n) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

o) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

p) Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculada pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos na data da aquisição e devidos aos então acionistas controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Os ativos, passivos de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

q) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Administração da Companhia utiliza-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de distribuição e transmissão de energia elétrica (“Redes”); (ii) atividades de geração de energia termelétrica e atividades de comercialização de energia (“Liberalizado”); (iii) atividades de geração de energia elétrica por fontes eólicas e hidráulicas (“Renováveis”) e (iv) atividades *back-office* e suporte às operações (“Holding”).

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

4.6. Principais mudanças nas políticas contábeis

I – Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers*)

O Grupo adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, o Grupo não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado.

Esta norma requer que o Grupo deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável.

O Grupo é avaliado pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. As informações sobre os indicadores de performance e o referido impacto contábil após a adoção do CPC 47 / IFRS 15 é como segue apresentado abaixo:

Tipo de produto / serviço	Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos	Reconhecimento de receita de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)	Reconhecimento de receita sob o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes 1º de janeiro de 2018)
Receitas de uso da rede de distribuição (TUSD)	Indicadores de continuidade de serviços individuais. Descumpridos os indicadores, o Grupo é obrigado a ressarcir os clientes, através de penalidades que são descontadas na fatura de consumo de energia.	A receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Portanto, as penalidades devem ser contabilizadas como redutoras da TUSD.	A receita deve ser reconhecida valor justo, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações. Portanto, as penalidades eram contabilizadas como despesa operacional.

A norma determina ainda que o Grupo só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deixaram de ter as respectivas receitas reconhecidas.

A norma requer ainda que o direito ao recebimento de contraprestação em troca de bens e serviços transferidos para um cliente deve ser classificado como ativo contratual quando esse direito estiver condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Essa classificação é aplicável para as transmissoras de energia, que mesmo tendo concluído a obrigação de desempenho relativa à construção de suas infraestruturas de transmissão, tem seu direito de receber contraprestação atrelado ao cumprimento de duas outras obrigações de desempenho: manter e operar a infraestrutura de transmissão construída.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 / IFRS 15 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018:

Em R\$ mil	Impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018
Lucros acumulados	
Ativo contratual	191.280
Juros a incorrer	(382)
Imposto de renda e contribuição social relacionados	(12.623)
Impacto em 1º de janeiro de 2018 Consolidado	178.275
Atribuível a participação dos acionistas não controladores	(16.970)
Impacto em 1º de janeiro de 2018 Controladora	161.305

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC47/IFRS15 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas.

Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Como detalhado no item 4.5.c, há também um efeito patrimonial nas distribuidoras, uma vez que enquanto suas obras de expansão e melhoria de infraestrutura estiverem em andamento, a norma requer a consideração desses valores como ativo contratual, até a completa finalização da obra e consequente apuração das parcelas de ativo financeiro e intangível. Como consequência, houve uma reclassificação entre linhas do ativo não circulante, conforme demonstrado abaixo.

Balanço Patrimonial	2018 (Apresentado)	Ref.	Reclassificações	2018 (Sem impacto CPC47/IFRS15)
Ativo Circulante				
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	-	(a)	59.057	59.057
Concessão do serviço público (ativo contratual)	51.901	(a)	(51.901)	-
Demais ativos circulantes não impactados	11.445.565		-	11.445.565
Total do Ativo Circulante	11.497.466		7.156	11.504.622
Ativo Não Circulante				
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	9.255.797	(a)	511.975	9.767.772
Concessão do serviço público (ativo contratual)	4.312.815	(a)	(4.312.815)	-
Intangível	9.330.390	(a)	3.568.391	12.898.781
Demais ativos não circulantes não impactados	12.168.010		-	12.168.010
Total do Ativo Não Circulante	35.067.012		(232.449)	34.834.563
Total do Ativo	46.564.478		(225.293)	46.339.185
Passivo circulante				
Demais passivos circulantes não impactados	8.030.288		-	8.030.288
Total do Passivo Circulante	8.030.288		-	8.030.288
Passivo Não Circulante				
Imposto de renda e contribuição diferido	116.544	(b)	(16.451)	100.093
Outros passivos não circulantes	344.794		(10.316)	334.478
Demais passivos não circulantes não impactados	20.496.057		-	20.496.057
Total do Passivo Não Circulante	20.957.395		(26.767)	20.930.628
Patrimônio Líquido				
Reservas de lucros a realizar	234.351	(c)	(161.305)	73.046
Reserva de retenção de lucros	5.772.610	(c)	(19.560)	5.753.050

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Demais itens do patrimônio líquido não impactados	11.246.816	-	11.246.816
Total do patrimônio líquido antes das participações de não controladores	17.253.777	(180.865)	17.072.912
Atribuível a participação dos acionistas não controladores	323.018	(17.662)	305.356
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	46.564.478	(225.294)	46.339.184

- (a) Implementação do CPC47/IFRS15 (vide nota 4.5 c);
- (b) Impacto dos impostos diferidos sobre a adoção do ativo contratual;
- (c) Efeito dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido.

Os impactos da adoção do IFRS 15 na Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2018 estão abaixo apresentados:

	Ref.	Saldo apresentado em 2018	Ajustes CPC 47/IFRS 15	Saldos sem adoção do CPC 47/IFRS 15
Receita líquida	(a)/(d)/(e)	25.953.659	72.719	25.880.940
Custo do serviço	(b)/(e)	(20.877.786)	(83.770)	(20.794.016)
Despesa com vendas	(b)/(d)	(570.089)	(18.930)	(551.159)
Outras Receitas/(Despesas gerais e administrativas)		(1.115.157)	2.812	(1.117.969)
Resultado de participações societárias		(120.741)	-	(120.741)
Resultado financeiro		(1.168.966)	-	(1.168.966)
Imposto de renda e contribuição social	(c)	(506.969)	6.920	(513.889)
Lucro líquido do exercício		1.593.951	(20.249)	1.614.200
Atribuível à				
Acionistas controladores		1.536.330	(19.560)	1.555.890
Acionistas não controladores		57.621	(689)	58.310

- (a) Maior valor de ingresso financeiro devido aumento da base de ativo contratual, sobre a qual calcula-se a remuneração financeira.
- (b) Reversão da montante de baixa do exercício, parcialmente compensado pela reversão do custo/receita de construção.
- (c) Impacto dos impostos diferidos sobre a adoção do ativo contratual;
- (d) Valor total da receita não reconhecida de contratos com clientes que apresentem longo histórico de inadimplência.
- (e) Valor total de penalidades contabilizado como redução da TUSD.

II – Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 – *Financial Instruments*)

O Grupo adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas nos lucros acumulados.

- Classificação e Mensuração– Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros do Grupo, conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis.

R\$ mil	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	Custo amortizado	Custo amortizado	584.905
Títulos e valores mobiliários – Aplicações financeiras	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado	10.778
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	5.236.975
Concessão do Serviço Público - Indenização	Disponível para venda	VJR	7.572.548
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	726.423
Caixa e equivalentes de caixa – Cotas de fundos de investimento	VJR	VJR	3.271.415
Títulos e valores mobiliários – Cotas de fundos de investimento	VJR	VJR	9.036
Swap de taxa de juros	VJR	VJR	976.659
Total de ativos financeiros			18.388.739
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	3.324.055
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	6.233.755
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	4.826.390
Empréstimos e financiamentos	VJR	VJR	7.005.399
Debêntures	VJR	VJR	248.686
Swap de taxa de juros	VJR	VJR	43.833
Non-deliverable forwards (NDF)	VJORA	VJORA	4.352
Total de passivos financeiros			21.686.470

- Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

Na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, o Grupo pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* do CPC 38 / IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9, e optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9.

Os novos requerimentos do CPC 48/IFRS 9 asseguram um modelo menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge*, em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco,

O Grupo já utilizava a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as diferenças de moedas estrangeiras entre a moeda funcional da operação no exterior e a moeda funcional da controladora (Real), em contratos de derivativos para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos. A adoção desta norma não gerou nenhum impacto para o Grupo.

- Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. O Grupo realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

(i) Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018 – Diferenças reconhecidas em lucros acumulados

Em R\$ mil	Impairment adicional
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	44.342
Outros ativos	33.751
Impostos diferidos	(14.917)
Impacto em 1º de janeiro de 2018 Consolidado	63.176
Atribuível a participação dos acionistas não controladores	(2.679)
Impacto em 1º de janeiro de 2018 Controladora	60.497

Os impactos da adoção do IFRS 9 na Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2018 estão abaixo apresentados:

	Saldo reportado em 2018	Ajustes CPC 48/IFRS 9	Saldos sem adoção do CPC 48/IFRS 9
Receita Líquida	25.953.659	(15.192)	25.938.467
Custo do serviço	(20.877.786)	-	(20.877.786)
Despesa com vendas	(570.089)	-	(570.089)
Outras Receitas/(Despesas gerais e administrativas)	(1.115.157)	-	(1.115.157)
Resultado de participações societárias	(120.741)	-	(120.741)
Resultado financeiro	(1.168.966)	-	(1.168.966)
Imposto de renda e contribuição social	(506.969)	-	(506.969)
Lucro líquido do exercício	1.593.951	(15.192)	1.578.759

III – Outras alterações:

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao IFRS 4 (*Insurance Contracts*) para adequação à aplicação da IFRS 9 (*Financial Instruments*).
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

4.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) IFRS 16 Leases / CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia apurou o impacto em suas demonstrações financeiras, tendo considerado no impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial as condições econômicas em 1º de janeiro de 2019, incluindo a taxa de endividamento da Companhia, a composição da carteira de arrendamento e a intenção da Companhia em exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição previsto pela IFRS 16, o que representará a aplicação retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais dos ajustes promovidos pela referida norma, que representa a não reapresentação dos saldos nas futuras demonstrações financeiras a publicar, evidenciando em nota explicativa os impactos da adoção sobre os saldos na data-base 1º de janeiro de 2019. Em conformidade com a IFRS 16, a Companhia optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor.

Os impactos mais significativos identificados pela adoção da IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

- (a) Imóveis não residenciais para a instalação de agências e centros de distribuição;
- (b) Terreno no qual foi construída a Usina Termelétrica (UTE) Termopernambuco S.A.; e
- (c) Terrenos nos quais estão sendo desenvolvidos estudos para a possível construção de parques eólicos.

Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos na nota explicativa 18.

A Companhia apurou os valores para a aplicação dos requerimentos IFRS 16/CPC 06 em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

Em R\$ mil	Saldos em 01 de janeiro de 2019	
	Ativo	Passivo
Ativos de direito de uso	80.772	-
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais	-	80.772

(ii) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais internos e externos a fim de identificar esses tratamentos, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia à riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia não sofreram alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

(iii) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações à diversos pronunciamentos contábeis.	<ul style="list-style-type: none">• Alterações em função da edição do CPC 06 (R2);• Alterações em participações de longo prazo em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto;• Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano;• Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;• Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017;• Alterações anuais feitas pelo CPC para compatibilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS.	1º de janeiro de 2019
CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (IAS 29 - <i>Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>) e ICPC 23 – Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária prevista no CPC (IFRIC 7 - <i>Applying the Restatement Approach under IAS 29 Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>)	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis deliberou oferecer à audiência pública o pronunciamento sobre economia hiperinflacionária e a correspondente interpretação técnica considerando que, apesar da sua inaplicabilidade na situação brasileira atual (tendo em vista que os níveis inflacionários no Brasil estão abaixo dos limites convencionados internacionalmente como hiperinflação), esses normativos contábeis são requeridos nas situações de investidas em países com hiperinflação para que as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas brasileiras estejam completamente convergentes às normas internacionais de contabilidade.	Sem previsão informada pelo CPC
CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria (IAS 26 – <i>Accounting and Reporting by Retirement Benefit Plans</i>)	Este pronunciamento técnico estabelece os princípios aplicados nas demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria. Os planos de benefícios de aposentadoria algumas vezes são referidos por vários outros nomes, tais como “planos de benefício previdenciário”, “planos de pensão”, “planos de aposentadoria” ou “planos de benefício de aposentadoria”. Este pronunciamento considera um plano de benefícios de aposentadoria como a entidade que reporta separada dos empregadores/instituidores dos participantes no plano. Todos os outros pronunciamentos emitidos pelo CPC se aplicam às demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria na medida em que não forem substituídos por este pronunciamento.	1º de janeiro de 2019
IFRS 9 – <i>Financial Instruments</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa.	1º de janeiro de 2019
IAS 28 – <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre participações de longo prazo em coligadas e joint ventures.	1º de janeiro de 2019
IAS 19 – <i>Employee Benefits</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre alteração do Plano, contingenciamentos/reduções ou liquidação.	1º de janeiro de 2019
<i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i>	Aditivos para correção de referências do <i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i> .	1º de janeiro de 2020
IFRS 10 – <i>Consolidated Financial Statements</i> e IAS 28 – <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações aos pronunciamentos técnicos para inclusão de dispositivos sobre venda ou contribuição com ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Disponível para adoção opcional. Data efetiva para adoção adiada indefinidamente

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. REEMISSÃO DOS SALDOS CORRENTES

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu às reclassificações em seu balanço patrimonial, demonstração do resultado e na demonstração do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, originalmente publicadas em 14 de fevereiro de 2019..

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de erros, os ajustes efetuados foram classificados nas seguintes categorias:

- Mudança nas políticas contábeis e
- Retificação de erro.

5.1 Informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Balanço Patrimonial findo em 31 de dezembro de 2018.

Balanço Patrimonial	Consolidado		
	2018 (Apresentado)	Ref. Reclassificações	2018 (Reapresentado)
Ativo Circulante			
Demais ativos circulantes não impactados	11.497.466	-	11.497.466
Total do Ativo Circulante	11.497.466	-	11.497.466
Ativo Não Circulante			
Concessão do serviço público (ativo contratual)	744.424	(a) 3.568.391	4.312.815
Intangível	12.898.781	(a) (3.568.391)	9.330.390
Demais ativos não circulantes não impactados	21.423.807	-	21.423.807
Total do Ativo Não Circulante	35.067.012	-	35.067.012
Total do Ativo	46.564.478	-	46.564.478
Passivo circulante			
Demais passivos circulantes não impactados	8.030.288	-	8.030.288
Total do Passivo Circulante	8.030.288	-	8.030.288
Passivo Não Circulante			
Demais passivos não circulantes não impactados	20.957.395	-	20.957.395
Total do Passivo Não Circulante	20.957.395	-	20.957.395
Patrimônio Líquido			
Demais itens do patrimônio líquido não impactados	17.253.777	-	17.253.777
Total do patrimônio líquido antes das participações de não controladores	17.253.777	-	17.253.777
Atribuível a participação dos acionistas não controladores	323.018	-	323.018
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	46.564.478	-	46.564.478

NEOENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- (a) Reclassificação do saldo de intangível em curso das distribuidoras para a rubrica de ativo contratual em função da adoção do CPC47/IFRS15 (vide notas 4.5 c e 4.6). Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

Demonstração do Resultado findo em 31 de dezembro de 2018.

DRE	Ref	Controladora		
		Apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Receita Líquida		3.111	-	3.111
Custo dos Serviços		-	-	-
Lucro Bruto		3.111	-	3.111
Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa	(a)	-	(9.167)	(9.167)
Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(a)	(164.910)	9.167	(155.743)
Resultado de participações societárias		1.648.995	-	1.648.995
Lucro Operacional		1.487.196	-	1.487.196
Receitas Financeiras		364.241	-	364.241
Despesas Financeiras		(336.909)	-	(336.909)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.514.528	-	1.514.528
Imposto de renda e contribuição social		22.318	-	22.318
Lucro líquido do exercício		1.536.846	-	1.536.846

- (a) Reclassificação do saldo de provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa, anteriormente classificado nas rubricas de Outras receitas/despesas gerais e administrativas de R\$ 9.167 para uma nova abertura na demonstração dos resultados, conforme preconiza o CPC 26. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

DRE	Ref	Consolidado		
		Apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Receita Líquida		25.953.659	-	25.953.659
Custo dos Serviços		(20.877.786)	-	(20.877.786)
Lucro Bruto		5.075.873	-	5.075.873
Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa	(a)	-	(274.400)	(274.400)
Despesas com vendas	(a)	(570.089)	(264.117)	(305.972)
Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(a)	(1.115.157)	(10.283)	(1.104.874)
Resultado de participações societárias		(120.741)	-	(120.741)
Lucro Operacional		3.269.886	-	3.269.886
Receitas Financeiras		6.123.717	-	6.123.717
Despesas Financeiras		(7.292.683)	-	(7.292.683)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		2.100.920	-	2.100.920
Imposto de renda e contribuição social		(506.969)	-	(506.969)
Lucro líquido do exercício		1.593.951	-	1.593.951

- (a) Reclassificação do saldo de provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa, anteriormente classificado nas rubricas de Despesas com vendas R\$ 264.117 e Outras receitas/despesas gerais e administrativas de R\$ 10.283 para uma nova abertura na demonstração dos resultados, conforme preconiza o CPC 26. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

NEOENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Demonstração de Fluxo de Caixa findo em 31 de dezembro de 2018.

Demonstração do fluxo de caixa	Ref.	Consolidado	
		2018	2018
		(Apresentado)	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício		1.593.951	1.593.951
Redução (aumento) dos ativos operacionais		620.349	620.349
Aumento (redução) dos passivos operacionais		(3.256.844)	(3.256.844)
Caixa oriundo das atividades operacionais		1.328.445	1.328.445
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(4.372.826)	(4.372.826)
Aquisição de intangível	(a)	(3.587.854)	(1.114)
Concessão Serviço Público	(a)	(152.616)	(3.739.356)
Demais atividades de investimentos não impactados		(632.356)	(632.356)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		3.121.622	3.121.622
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		77.241	77.241

- (a) Reclassificação do saldo de intangível em curso das distribuidoras para a rubrica de ativo contratual em função da adoção do CPC47/IFRS15 (vide notas 4.5 c e 4.6). Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

5.2 Informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Balanço Patrimonial findo em 31 de dezembro de 2017.

Balanço Patrimonial	Ref.	Consolidado		
		2017 (Apresentado)	Reclassificações	2017 (Reapresentado)
Ativo Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	(e)	3.856.320	114	3.856.434
Contas a receber de clientes e outros	(a)/(f)/(g)/(h)/(i)	4.866.182	56.770	4.922.952
Títulos e Valores Mobiliários	(e)	16.817	(116)	16.701
Impostos e contribuições a recuperar	(j)	572.393	157	572.550
Estoques	(m)	40.799	(40.799)	-
Despesas pagas antecipadamente	(l)	55.391	24.908	80.299
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(b)	19.894	(19.894)	-
Outros ativos circulantes impactados	(a)/(b)/(f)/(g)/(l)/(m)	344.678	10.130	354.808
Demais ativos circulantes não impactados		1.202.984	-	1.202.984
Total do Ativo Circulante		10.975.458	31.270	11.006.728
Ativo não Circulante				
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(b)	33.296	(20.231)	13.065
Outros ativos não circulantes	(b)	72.030	20.231	92.261
Demais ativos não circulantes não impactados		31.033.715	-	31.033.715
Total do Ativo Não Circulante		31.139.041	-	31.139.041
Total do Ativo		42.114.499	31.270	42.145.769
Passivo Circulante				
Fornecedores	(c)	3.223.571	(2.486)	3.221.085
Empréstimos e financiamentos	(k)	5.138.564	8	5.138.572
Debêntures	(d)	955.289	31.894	987.183
Instrumentos financeiros derivativos	(k)	31.665	(8)	31.657
Encargos setoriais	(h)	428.675	27.615	456.290
Impostos e contribuições a recolher	(j)	876.121	157	876.278
Outros passivos circulantes impactados	(c)/(i)	601.491	5.984	607.475
Demais passivos circulantes não impactados		620.463	-	620.463
Total do Passivo Circulante		11.875.839	63.164	11.939.003
Passivo não Circulante				
Debêntures	(d)	4.119.787	(31.894)	4.087.893
Demais passivos não circulantes não impactados		10.510.519	-	10.510.519
Total do Passivo Não Circulante		14.630.306	(31.894)	14.598.412
Total do patrimônio líquido antes das participações de não controladores		15.379.053	-	15.379.053
Atribuível à participação dos acionistas não controladores		229.301	-	229.301
Total do patrimônio líquido		15.608.354	-	15.608.354
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		42.114.499	31.270	42.145.769

- (a) Reclassificação dos saldos de cheque cobrança especial que estavam contabilizados na rubrica de Outros ativos circulantes para Contas a receber de clientes e outros, no montante de R\$ 1.300. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (b) Reclassificação dos saldos a receber das entidades de previdência privada originalmente classificados na rubrica de Benefício Pós-emprego para Outros ativos circulantes, no montante de R\$ 19.894, e para Outros ativos não circulantes o montante de R\$ 20.231. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (c) Reclassificação do saldo de fornecedores para outros passivos circulantes no valor de R\$ 2.486. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (d) Reclassificação do saldo de debêntures de curto para longo prazo no montante de R\$ 31.894. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- (e) Reclassificação de contas com liquidez imediata da rubrica de TVM de curto prazo para caixa e equivalente de caixa no montante R\$ 116. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (f) Reclassificação de CCRBT - Bandeira tarifária, de outros ativos para contas a receber, sendo o efeito entre linhas que compõe o ativo circulante no valor de R\$ 14.088. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (g) Reclassificação de serviço de compartilhamento, de outros ativos para contas a receber, sendo o efeito entre linhas que compõe o ativo circulante R\$ 10.265. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (h) Reclassificação de CDE - Bandeira tarifária não faturada, de contas a receber para encargos setoriais, sendo o efeito entre linhas que compõe o ativo e passivo circulante no montante de R\$ 27.615. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (i) Reclassificação de ajustes de faturamento, de contas a receber para outros passivos, sendo o efeito entre linhas que compõe o ativo e passivo circulante no valor de R\$ 3.502. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (j) Reclassificação de contribuição social a recolher, de impostos a recuperar para impostos a recolher, sendo o efeito entre linhas que compõe o ativo e passivo circulante no montante de R\$ 157. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (k) Reclassificação de encargos de dívida, de derivativos para empréstimos, sendo o efeito entre linhas que compõe o passivo circulante no valor de R\$ 8. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (l) Reclassificação de outros ativos circulante para despesas pagas antecipadamente, sendo efeito entre linhas que compõe o ativo circulante no montante de R\$ 24.908. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (m) Reclassificação de estoques para outros ativos circulantes no montante de R\$ 40.799. Esse ajuste é classificado como mudança de política contábil.

Demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2017.

DRE	Ref	Consolidado		
		Apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Receita Bruta	(a)	29.705.905	(157.036)	29.548.869
(-) Deduções da receita bruta	(a)/(e)/(f)/(g)/(h)/(i)	(9.188.386)	147.587	(9.040.799)
Receita Líquida		20.517.519	(9.449)	20.508.070
Custo dos Serviços		(16.958.857)	69.175	(16.889.682)
Custo com energia elétrica	(g)/(h)	(11.126.824)	7.207	(11.119.617)
Custo de operação	(b)/(i)/(j)/(k)/(l)	(3.263.442)	61.968	(3.201.474)
Custo de construção		(2.568.591)	-	(2.568.591)
Lucro Bruto		3.558.662	59.688	3.618.388
Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa	(b)	-	(197.682)	(197.682)
Despesas com vendas	(b)/(k)/(l)	(527.344)	152.638	(374.706)
Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(c)/(f)/(j)	(710.861)	(6.273)	(717.134)
Resultado de participações societárias		(205.081)	-	(205.081)
Lucro Operacional		2.115.376	8.409	2.123.785
Receitas Financeiras	(c)/(d)/(e)/(l)	2.307.956	484.129	2.792.085
Despesas Financeiras	(d)	(3.693.811)	(492.538)	(4.186.349)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		729.521	-	729.521
Imposto de renda e contribuição social		(277.992)	-	(277.992)
Lucro líquido do exercício		451.529	-	451.529

- (a) Reclassificação do valor de bandeira tarifária de encargo do consumidor para ativo e passivo financeiro setorial, no montante de R\$ 157.036, sendo o efeito entre linhas que compõe a receita líquida. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (b) Reclassificação do saldo de provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa, anteriormente classificado nas rubricas de custo de operação R\$ 38 e despesas com vendas de R\$ 197.644 para uma nova abertura na demonstração dos resultados, conforme preconiza o CPC 26. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (c) Reclassificação da receita de multa por inadimplência do consumidor, de receita financeira para receitas gerais e administrativas, no montante de R\$ 8.004. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (d) Reclassificação entre linhas para apresentação segregada do valor de receita e despesa com instrumentos financeiros, variação monetária, variação cambial e encargos de dívida no montante de R\$ 492.538. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (e) Reclassificação entre juros, comissões e acréscimo moratório de energia para fornecimento de energia elétrica no montante de R\$ 1.726. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- (f) Reclassificação de ICMS sobre Material de Deduções da Receitas para Material (Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas), no montante de R\$ 4.624. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (g) Reclassificação PROINFA, segregação entre mercado cativo e livre, de custos com energia elétrica (Custos dos serviços) para deduções da receita, no montante de R\$ 17.114. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (h) Reclassificação Proinfa, segregação entre mercado cativo e livre, de deduções da receita para Custos com energia elétrica (Custo dos serviços), no montante de R\$ 9.907. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (i) Reclassificação das taxas de fiscalização do serviço energia elétrica (TFSEE) e Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFURH) do custo do serviço para deduções da receita nos montantes de R\$ 5.781 e R\$ 2.901, respectivamente. Esse ajuste é classificado retificação de erro.
- (j) Reclassificação do montante R\$ 9.653 originalmente apresentando na rubrica de Perdas, alienação e desativação (Custo de Serviço) para a rubrica de Outras receitas/despesas gerais administrativas. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (k) Reclassificação do saldo de custo de operação, referente a comercializadora de energia (NC Energia), para despesa com vendas no montante de R\$ 20.605. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (l) Reclassificação do saldo de receita financeira para custo de operação no montante de R\$ 1.333. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

Demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro de 2017.

Demonstração do valor adicionado	Ref.	Consolidado		
		2017	Reclassificações	2017
		(Apresentado)		(Reapresentado)
Valor adicionado líquido	(a)/(b)/(c)/(d)/(f)	11.286.002	(144.834)	11.141.168
Valor adicionado recebido em transferência	(e)/(f)/(h)	2.240.781	484.129	2.724.910
Valor adicionado total a distribuir		13.526.783	339.295	13.866.078
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal		1.004.560	-	1.004.560
Impostos, Taxas e Contribuições	(a)/(b)/(c)/(d)/(g)	8.347.929	(156.269)	8.191.660
Remuneração de Capitais de Terceiros	(e)	3.722.765	495.564	4.218.329
Remuneração de Capitais Próprios		451.529	-	451.529
Valor adicionado distribuído		13.526.783	339.295	13.866.078

- (a) Reclassificação de ICMS sobre Material de Deduções da Receitas para Material (Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas), no montante de R\$ 4.624. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (b) Reclassificação PROINFA, segregação entre mercado cativo e livre, de custos com energia elétrica (Custos dos serviços) para deduções da receita, no montante de R\$ 17.114. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (c) Reclassificação PROINFA, segregação entre mercado cativo e livre, de deduções da receita para Custos com energia elétrica (Custo dos serviços), no montante de R\$ 9.907. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (d) Reclassificação do valor de bandeira tarifária de impostos, taxas e contribuições para valor adicionado líquido, no montante de R\$ 157.036. Esse ajuste é classificado retificação de erro.
- (e) Reclassificação entre linhas para apresentação segregada do valor de receita e despesa com instrumentos financeiros, variação monetária, variação cambial e encargos de dívida no montante de R\$ 492.538. Esse ajuste é classificado retificação de erro.
- (f) Reclassificação da receita de multa de migração de clientes, de resultado financeiro para receita operacional, no montante de R\$ 9.709. Esse ajuste é classificado como alteração de política contábil.
- (g) Reclassificação entre juros, comissões e acréscimo moratório de energia para fornecimento de energia elétrica no montante de R\$ 1.726. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (h) Reclassificação do saldo de receita financeira para custo de operação no montante de R\$ 1.333. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017.

Demonstração do fluxo de caixa	Ref.	Controladora	
		2017 (Apresentado)	Reclassificações 2017 (Reapresentado)
Lucro do exercício antes dos impostos	(a)	441.032	(441.032)
Lucro líquido do exercício	(a)	-	418.712
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(a)	(495.303)	22.320
Redução (aumento) dos ativos operacionais		648.554	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais		(63.608)	-
Caixa oriundo das atividades operacionais		530.675	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(554.278)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		1.300.075	-
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		1.276.472	-

- (a) A Companhia alterou sua política contábil de elaboração e apresentação das demonstrações do fluxo de caixa optando por iniciar a apresentação pelo saldo do lucro líquido do exercício e não mais pelo Lucro do exercício antes dos impostos como originalmente apresentado. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil e está sendo efetuado de forma retrospectiva para possibilitar a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa	Ref.	Consolidado	
		2017 (Apresentado)	Reclassificações 2017 (Reapresentado)
Lucro do exercício antes dos impostos	(a)	729.521	(729.521)
Lucro líquido do exercício	(a)	-	451.529
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(a)/(b)/(h)/(j)/(k)	1.989.883	223.354
Redução (aumento) dos ativos operacionais	(c)/(e)/(g)/(h)/(i)/(l)/(m)	(1.314.746)	49.367
Aumento (redução) dos passivos operacionais	(a)/(c)/(d)/(e)/(g)/(i)/(j)	(789.126)	84.101
Caixa oriundo das atividades operacionais		615.532	78.830
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(969.080)	1
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(b)/(d)/(f)/(k)/(m)	3.828.933	(78.717)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		3.475.385	114

- (a) A Companhia alterou sua política contábil de elaboração e apresentação das demonstrações do fluxo de caixa optando por iniciar a apresentação pelo saldo do lucro líquido do exercício e não mais pelo Lucro do exercício antes dos impostos como originalmente apresentado. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil e está sendo efetuado de forma retrospectiva para possibilitar a comparabilidade das demonstrações financeiras.
- (b) Reclassificação dos saldos de depósitos em garantia de Fluxo de caixa das atividades operacionais para Fluxo de caixa das atividades de financiamento, no montante de R\$ 546. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (c) Reclassificação do imposto segregado entre ativo e passivo para melhor apresentação, no montante de R\$ 9.303. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (d) Reclassificação do pagamento de custo de captação, da amortização do principal de empréstimos e financiamentos e debêntures (Fluxo de caixa das atividades de financiamento) para encargos de dívidas e derivativos pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Fluxo de caixa das atividades operacionais), no montante de R\$ 19.072. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (e) Reclassificação dos Juros Selic de Impostos e contribuições a recuperar (Fluxo de caixa das atividades operacionais) para impostos a recolher, no montante de R\$ 3.042. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (f) Reclassificação dos encargos da dívida, no montante de R\$ 864. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (g) Reclassificação do imposto segregado entre ativo e passivo para melhor apresentação, no montante de R\$ 383. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (h) Reclassificação de ajustes de faturamento a devolver, recuperação de receita e atualização monetária do grupo de "Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais" para "redução (aumento) dos ativos operacionais" no valor de R\$ 28.337. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (i) Reclassificação de CDE - Bandeira tarifária não faturada, de contas a receber para encargos setoriais, sendo o efeito entre linhas que compõe o ativo e passivo circulante no valor de R\$ 27.615. Esse ajuste é classificado como mudança de política contábil. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- (j) Reclassificação do valor de instrumentos financeiros de variação no "passivo operacional" para o grupo de "ajustes para conciliar o lucro ao caixa das atividades operacionais" no valor de R\$ 16.034. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (k) Reclassificação de Juros sobre obra em andamento (JOA) de variação no "ajustes para conciliar o lucro ao caixa das atividades operacionais" para "atividade de financiamento" no montante de R\$ 5.968. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (l) Reclassificação de contas com liquidez imediata de atividade de investimento para caixa e equivalente de caixa no montante R\$ 116. Esse ajuste é classificado retificação de erro.
- (m) Reclassificação de fundos vinculados de "redução (aumento) dos ativos operacionais" para depósito em garantias em "atividades de financiamento" no montante de R\$ 65.748. Esse ajuste é classificado como mudança de política contábil

6. CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Segue abaixo quadro da conciliação do resultado entre a controladora e consolidado:

	Lucro líquido
Controladora	1.536.846
Amortização do custo de transação no exercício (a)	(516)
Consolidado	1.536.330

- (a) Em dezembro de 2016, a controlada Termopernambuco antecipou junto à instituição financeira os recebíveis que possuía com a controlada Celpe no montante de R\$ 157.773, a um custo de antecipação de R\$19.909, ficando um saldo líquido de R\$ 137.864. Para fins de consolidação, essa operação foi classificada como dívida, e o custo gerado classificado como custo de transação, o qual foi amortizado até a liquidação total da dívida pela Celpe em janeiro de 2018. O efeito no resultado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 516.

7. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

(i) Bandeiras tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Em 13 de agosto de 2018, a Resolução Normativa ANEEL nº 826, alterou as regras de repasse, conforme proposta de abertura da 2ª fase da Audiência Pública nº 61/2017, onde foi sugerido que os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras fossem apurados após a alocação prioritária das receitas na área de concessão que as gerou. Desse modo, as empresas devedoras passaram a aportar na CCRBT apenas as receitas excedentes. Já as empresas credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração aloca, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem.

Atualmente, existem quatro faixas de bandeiras: vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$50/MWh, amarela, com acréscimo de R\$10/MWh e verde, sem acréscimo.

Nos doze meses de 2018 e 2017, vigorou as bandeiras tarifárias seguintes:

Cor da Bandeira

NEOENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
jan	Verde	Verde
fev	Verde	Verde
mar	Verde	Amarela
abr	Verde	Vermelha Patamar 1
mai	Amarela	Vermelha Patamar 1
jun	Vermelha Patamar 2	Verde
jul	Vermelha Patamar 2	Amarela
ago	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 1
set	Vermelha Patamar 2	Amarela
out	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 2
nov	Amarela	Vermelha Patamar 2
dez	Verde	Vermelha Patamar 1

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as controladas Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes reconheceram o montante total de R\$ 984.985 (R\$ 918.919 em 31 de dezembro de 2017) de bandeira tarifária, sendo que deste montante R\$ 70.013 (R\$ 218.319 repassados e R\$ 69.767 recebidos em 31 de dezembro de 2017) foram recebidos e R\$ 16.888 foram repassados através da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT, criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(ii) Decreto nº 9.642/2018 – Eliminação gradual de subsídios

O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o artigo 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial). O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que repassa às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

(iii) Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento de energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

O Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017 determinou uma redução de lastro para fins de cobertura de consumo das distribuidoras, de 95% para 90%, referente às cotas de garantia física de energia, das usinas hidrelétricas com concessões prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência a partir de 1º de setembro de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as controladas fizeram uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar a sua sobrecontratação.

(iv) Decreto nº 8.221/14

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 2.004/15, a ANEEL homologou um incremento na tarifa equivalente a R\$ 32.191, R\$ 22.090, R\$ 9.093 e R\$ 27.535 por mês, para Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes, respectivamente, que está sendo repassado à CCEE desde abril de 2015 até março de 2021, sendo atualizado periodicamente.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.231, que homologou para as controladas a atualização do valor de incremento na tarifa para R\$ 24.720, R\$ 16.963, R\$ 6.982 e R\$ 21.145 por mês, para Coelba, Celpe, Cosern e Elektro, respectivamente, de abril de 2017 a março de 2018, e R\$ 32.191, R\$ 22.090, R\$ 9.093 e R\$ 27.535 para Coelba, Celpe, Cosern e Elektro, no período de abril de 2018 a março de 2020. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as controladas efetuaram o pagamento de R\$ 1.027.620 (R\$ 901.034, em 31 de dezembro de 2017).

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

(v) Reajuste Tarifário Anual – IRT 2018

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.388 de 24 de abril de 2018 e nº 1.437 de 21 de agosto de 2018, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Celpe e Elektro Redes, com período de vigência de 29 de abril de 2018 a 28 de abril de 2019 e 27 de agosto de 2018 a 26 de agosto de 2019, respectivamente. Considerando como referência os valores praticados na data do reajuste, o efeito tarifário médio percebido pelos consumidores da Celpe foi de 8,89% e 24,42% para os consumidores da Elektro Redes.

(vi) Base de Remuneração Regulatória (BRR)

O processo de Revisão Tarifária Periódica tem como principal objetivo analisar, após o período de cinco anos de investimentos realizados pela companhia (período esse definido como Ciclo Incremental), o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No momento da Revisão Tarifária Periódica será definida a remuneração adequada sobre os investimentos realizados pela empresa no Ciclo Incremental. É quando a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL avalia os custos incorridos pela concessionária no sentido de identificar se foram prudentes e eficientes, conforme os critérios definidos pela própria agência, para manter/melhorar a concessão do serviço público de energia elétrica.

Pode ser que quando do processo de Revisão Tarifária Periódica os custos regulatórios definidos pela ANEEL sejam maiores ou menores do que aqueles praticados pela distribuidora. Nesse sentido, a concessionária pode ter um ganho ou uma perda no processo de Revisão Tarifária Periódica.

No Ciclo de Revisão Tarifária Periódica que as controladas Coelba e Cosern acabaram de passar (novembro 2012 a outubro 2017) os investimentos realizados foram reconhecidos pela ANEEL como sendo maiores do que os custos praticados pela empresa. Com isso, o Valor Novo de Reposição – VNR quando comparado com o Valor Original Contábil – VOC representou um ganho de 11,4% e 17,9%, respectivamente pelas controladas Coelba e Cosern.

O resultado da Revisão Tarifária Periódica tem reflexo direto no Ativo Financeiro da concessão no sentido de que o cálculo do valor dos investimentos ainda não amortizados, para fins de indenização, utiliza a metodologia do VNR aplicado sobre o saldo residual dos Ativos Fixos ao final do prazo contratual da concessão. Em decorrência do reconhecimento pela ANEEL dos investimentos realizados no ciclo incremental as controladas Coelba e Cosern registraram um ganho de R\$ 89.826 e R\$ 61.279, respectivamente de Ativo Financeiro no resultado de 2018, conforme nota explicativa 15.

(vii) Revisão Tarifária Periódica – RTP 2018

A ANEEL aprovou em 17 de abril de 2018, a Revisão Tarifária Periódica da Coelba e Cosern, com vigência a partir de 22 de abril de 2018, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.382/2018 e nº 2.386/2018, respectivamente. A revisão tarifária da Coelba e Cosern trouxe um reajuste nas tarifas de 21,18% e 14,94%, sendo 18,45% e 10,80% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 2,73% e 4,13% relativos aos componentes financeiros, com efeito médio para os consumidores de 16,95%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste vai ficar em 16,17% e 17,47%, enquanto para os da baixa tensão, ficará em 17,27% e 14,88%.

NEOENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e depósitos bancários à vista	579	199	293.680	183.182
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	709.154	577.341
Fundos de Investimento	253.014	1.276.511	2.930.841	3.095.911
	253.593	1.276.710	3.933.675	3.856.434

Em 31 de dezembro de 2018, Caixa e equivalentes de caixa que é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

Fundos de investimento	Controladora		Consolidado	
Carteira	2018	2017	2018	2017
BB Polo 28 FI Renda Fixa				
BB Top Curto Prazo				
Compromissadas com lastro de títulos públicos	61.225	83.269	713.011	1.148.836
Títulos públicos	2.548	2.575	27.642	31.105
Compromissadas com lastro de títulos públicos	61	57	769	792
BB Polo 28 FI Renda Fixa	-	-	241	-
Outros	1	-	4	41
	63.835	85.901	741.667	1.180.774
Bradesco FIC FI RF Referenciado DI Recife				
Compromissadas com lastro de títulos públicos	77.251	672.378	531.899	840.489
Outros	-	-	19	5
	77.251	672.378	531.918	840.494
Itaú Salvador Renda Fixa FICFI				
Itaú Curto Prazo				
Compromissadas com lastro de títulos públicos	17.795	65.670	272.710	579.268
Títulos públicos	-	-	60.913	-
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	43.928	-	598.064	-
Outros	-	-	8	1
	61.723	65.670	931.695	579.269
Santander FIC FI Natal Renda Fixa Referenciado DI				
Compromissadas com lastro de títulos públicos	50.205	452.562	621.207	495.374
Outros	-	-	125	-
	50.205	452.562	621.332	495.374
BB Amplo FIC FI Renda Fixa				
Compromissadas com lastro de títulos públicos	-	-	104.229	-
	-	-	104.229	-
Total CEC - Fundos Exclusivos	253.014	1.276.511	2.930.841	3.095.911

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Ref.	Consolidado	
		2018	2017
Consumidores	(a)	4.846.207	4.470.042
Títulos a receber	(b)	310.168	368.471
Comercialização de energia na CCEE		244.653	489.790
Disponibilização do sistema de distribuição		490.858	398.066
Serviços prestados a terceiros		33.640	39.892
Serviços taxados e administrativos		27.159	29.699
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	313.657	320.611
Outros créditos		222.619	179.855
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(d)	(984.331)	(1.002.681)
Total		5.504.630	5.293.745
Circulante		5.160.926	4.922.952
Não circulante		343.704	370.793

Consumidores

	Consolidado						
	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total		PPECLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	2018	2017	2018	2017
Setor Privado							
Residencial	548.848	610.227	525.893	1.684.968	1.582.064	(474.238)	(553.543)
Industrial	222.517	69.850	145.544	437.911	421.062	(117.113)	(109.089)
Comercial, serviços e outras	415.845	157.027	157.749	730.621	679.725	(121.497)	(122.344)
Rural	95.614	67.949	116.986	280.549	260.022	(99.475)	(76.254)
	1.282.824	905.053	946.172	3.134.049	2.942.873	(812.323)	(861.230)
Setor Público							
Federal	22.040	7.192	2.639	31.871	28.445	(1.159)	(1.725)
Estadual	148.922	39.622	10.454	198.998	177.394	(20.568)	(1.200)
Municipal	130.078	34.565	55.754	220.397	217.470	(38.934)	(52.543)
	301.040	81.379	68.847	451.266	423.309	(60.661)	(55.468)
Iluminação pública	76.428	43.068	81.412	200.908	128.225	(20.989)	(7.860)
Serviço público	103.239	15.819	40.768	159.826	158.817	(20.458)	(16.678)
Fornecimento não faturado	900.158	-	-	900.158	816.818	(4.623)	-
	1.079.825	58.887	122.180	1.260.892	1.103.860	(46.070)	(24.538)
Total	2.663.689	1.045.319	1.137.199	4.846.207	4.470.042	(919.054)	(941.236)
Circulante				4.619.801	4.247.331	(901.412)	(928.147)
Não circulante				226.406	222.711	(17.642)	(13.089)

As contas a receber de consumidores no ativo não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados *pró-rata temporis*.

A controlada Elektro Redes possui operações de cessão de créditos de contas a receber de clientes, junto a instituições financeiras, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. Este contas a receber de clientes foi desreconhecido do balanço, tendo em vista que a Controlada transferiu para a instituição financeira todos os riscos e benefícios dos recebíveis cedidos sem direito de regresso, sendo o custo da transação da cessão de crédito reconhecido como despesa financeira. As informações a seguir mostram o valor contábil do contas a receber cedido e a apuração do custo da transação da cessão de crédito:

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Valor contábil do contas a receber cedido	132.607
Preço da cessão	(131.348)
Resultado da cessão	1.259

a) Títulos a receber

São contas de fornecimento de energia das empresas geradoras e comercializadoras com os diversos agentes de mercado.

		Consolidado					
		Vencidos		Total		PPECLD	
		Até 90 dias	Mais 90 dias	2018	2017	2018	2017
Saldos vincendos							
Setor privado	227.021	75.189	7.958	310.168	368.471	(12.109)	(6.008)
Total	227.021	75.189	7.958	310.168	368.471	(12.109)	(6.008)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado e os valores líquidos da PPECLD são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

b) Subvenções

(c.1) Baixa Renda – Tarifa Social:

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 98.718 e referem-se aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018 (R\$ 105.233 em 31 de dezembro de 2017).

(c.2) CDE:

Em 18 de abril de 2017, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.222/2017 aprovando o valor mensal de R\$ 121.101 a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2017 a março de 2018.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 214.939 (R\$ 215.378 em 31 de dezembro de 2017).

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

c) Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa – PPECLD

	Consolidado				
	Consumidores	Títulos a receber	Comercialização de energia na CCEE	Outros créditos	Total
Saldos em 1 de Janeiro de 2017	(932.411)	(5.126)	(116.719)	2.046	(1.052.210)
Adição pela combinação de negócios	(79.050)	-	-	(3.948)	(82.998)
Adições	(427.404)	(1.856)	-	(3.817)	(433.077)
Reversões	160.955	974	61.780	5.221	228.930
Baixados para perdas (incobráveis)	336.674	-	-	-	336.674
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(941.236)	(6.008)	(54.939)	(498)	(1.002.681)
Adoção inicial CPC 48	(36.522)	(1.089)	-	(6.731)	(44.342)
Adições	(604.973)	(8.885)	-	(16.506)	(630.364)
Reversões	320.073	3.279	-	25.506	348.858
Baixados para perdas (incobráveis)	343.604	594	-	-	344.198
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	(919.054)	(12.109)	(54.939)	1.771	(984.331)

(i) O Grupo aplicou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme descrito na Nota 4.6.

10.IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Ref.	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de Renda - IR	(a) 131.948	60.166	433.544	230.913
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	(a) 989	707	72.745	38.888
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b) -	-	540.971	517.805
Programa de Integração Social - PIS	(c) -	-	15.616	18.154
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c) -	-	82.831	89.686
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	23.814	18.483
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	1.259	1.792
Recuperação Fiscal - REFIS	-	-	2.434	2.413
Outros	134	141	8.943	1.342
TOTAL	133.071	61.014	1.182.157	919.476
Circulante	133.071	61.014	819.838	572.550
Não circulante	-	-	362.319	346.926

- (a) Corresponde, principalmente, aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos, retenção na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do IR e base de cálculo negativa da CSLL.
- (b) Do montante total de ICMS a recuperar, R\$ 420.004 (R\$ 367.933 em 31 de dezembro em 2017) refere-se a ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional das empresas controladas.
- (c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

11.IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Consolidado	
	2018	2017
(I) Imposto de renda e contribuição social	208.162	373.517
(II) Benefício fiscal da mais-valia e reversão da Provisão da Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL*)	706.329	793.772
Total	914.491	1.167.289
Ativo	1.031.035	1.303.799
Passivo	(116.544)	(136.510)

*O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL).

(I) Imposto de renda e contribuição social diferido

As Companhias do Grupo registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

A base de cálculo dos tributos diferidos é como segue:

Ativo	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Prejuízo fiscal	506.449	506.463	598.941	598.792
Alíquota de IR e CS	25%	9%	25%	9%
Total Prejuízo Fiscal	126.612	45.582	149.735	53.891
Ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	365.654	365.654	263.150	263.150
Provisão para passivo atuarial	762.476	762.476	758.063	758.063
Provisão para contingências	658.858	658.858	590.872	590.872
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	69.909	69.909	60.398	60.400
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	6.422	6.422	6.232	6.232
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	315.083	315.083	325.236	325.236
Perda CCEE/Energia Livre	49.260	49.260	56.263	56.263
Ajuste da quota anual de amortização	101.138	101.138	73.050	73.050
Valor justo de derivativos financeiros	8.236	8.236	(19.928)	(19.928)
Déficit plano previdenciário	181.061	181.061	225.419	225.419
Uso do bem público	9.076	9.076	9.671	9.671
Diferença de amortização de diferido	-	-	(20.336)	(20.336)
Outros	141.680	141.680	380.652	380.596
Total Diferenças Temporárias - ATIVO	2.670.952	2.670.952	2.710.841	2.710.787

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Passivo (-)				
Depreciação/Amortização acelerada	(9.883)	(9.881)	-	-
Valor justo de derivativos financeiros	(4.622)	(4.622)	(10.893)	(10.893)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(1.492.499)	(1.492.499)	(1.111.241)	(1.111.241)
Ajuste da quota anual de amortização	(95.596)	(95.596)	(71.386)	(71.386)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(399.719)	(399.719)	(325.243)	(325.243)
Déficit plano previdenciário	(22.538)	(22.538)	(8.232)	(8.232)
Superávit plano previdenciário	(9.343)	(9.343)	(3.840)	(3.840)
Custo de captação	(57.134)	(57.134)	(31.974)	(31.974)
Adoção Inicial CPC 47/48	(4.450)	(4.450)	-	-
Outros	(462.779)	(487.716)	(693.698)	(522.340)
Total Diferenças Temporárias - PASSIVO	(2.558.563)	(2.583.498)	(2.256.507)	(2.085.149)
Total Diferenças Temporárias – LÍQUIDO	112.389	87.454	454.334	625.638
Alíquota de IR e CS	25%	9%	25%	9%
Total Diferenças Temporárias	28.097	7.871	113.584	56.307
SUB TOTAL	154.709	53.453	263.319	110.198
TOTAL DO IMPOSTO DIFERIDO		208.162		373.517

Os estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia e de suas controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos. Esses valores correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam.

A expectativa de realização de tributos diferidos ativos está demonstrada a seguir:

2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
116.784	48.833	45.106	28.041	26.946	49.519

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	Consolidado			
	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	2.100.920	2.100.920	729.521	729.521
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	525.230	189.083	182.380	65.657
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	(230.216)	(40.898)	19.891	15.583
Efeito regime lucro presumido	(60.461)	(18.890)	(37.750)	(11.493)
Diferenças permanentes	7.911	2.526	89.849	28.463
Incentivos fiscais e outros	(87.131)	18	(24.762)	1.286
Exclusões	(90.535)	(24.552)	(7.446)	(2.673)
Imposto de renda e contribuição social no período	295.014	148.185	202.271	81.240
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	38.966	12.633	1.920	694
Outros	9.118	3.053	(1.679)	(6.454)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	343.098	163.871	202.512	75.480
Corrente	176.768	89.076	94.825	40.383
Recolhidos e Pagos	138.027	110.177	80.728	49.160
A pagar	11.393	4.568	8.993	(637)
Compensados e deduzidos	163.235	4.782	97.800	6.148
Impostos antecipados a recuperar	(136.470)	(30.599)	(92.696)	(14.288)

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Saldo Negativo Baixado (Anos Anteriores)	583	148	-	-
Diferido	166.330	74.795	107.687	35.097
	<u>343.098</u>	<u>163.871</u>	<u>202.512</u>	<u>75.480</u>
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	<u>16,32%</u>	<u>7,80%</u>	<u>27,76%</u>	<u>10,35%</u>

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	2018	2017
Corrente	(265.844)	(135.208)
Diferido	(204.877)	(104.535)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(36.248)	(38.249)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>(506.969)</u>	<u>(277.992)</u>

(II) Benefício fiscal – mais-valia incorporado

O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL), cujos saldos são como segue:

Mais-valia - incorporado	3.443.490
Provisão Constituída	<u>(2.272.705)</u>
Benefício fiscal	1.170.785
Combinação de negócios	524.807
Amortização acumulada	<u>(162.890)</u>
Reversão acumulada	107.510
Saldos em 31 de dezembro de 2017	793.772
Amortização	<u>(157.807)</u>
Reversão	70.364
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>706.329</u>

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

A mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização das controladas Coelba, Celpe, Cosern, Termopernambuco, Itapebi, e segundo a projeção anual de rentabilidade futura. Para as controladas Elektro Redes, FEB, Enerbrasil, FEB 2 e EKCE amortização está sendo realizada de forma linear pelo período da concessão/autorização, conforme curvas abaixo:

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Curvas de amortização da mais valia										
Ano	Coelba	Celpe	Cosern	Termope	Itapebi	Elektro Redes	FEB	Enerbrasil	FEB 2	EKCE
2019	0,03680	0,02573	0,03022	0,01820	0,01558	0,09091	0,03098	0,11268	0,03509	0,09091
2020	0,03480	0,02335	0,02907	0,01580	0,01338	0,09091	0,03098	0,11268	0,03509	0,09091
2021	0,03280	0,02238	0,02784	0,01380	0,01149	0,09091	0,03098	0,11268	0,03509	0,09091
2022	0,03130	0,02140	0,02666	0,01220	0,00986	0,09091	0,03098	0,11268	0,03509	0,09091
2023	0,02970	0,02045	0,02551	0,01010	0,00847	0,09091	0,03098	0,11268	0,03509	0,09091
2024	0,02820	0,01860	0,02442	0,00830	0,00727	0,09091	0,03098	0,11268	0,03509	0,09091
2025	0,02680	0,01773	0,02336	-	0,00625	0,09091	0,03098	0,11268	0,03509	0,09091
2026	0,02540	0,01690	0,02235	-	0,00536	0,09091	0,03098	0,11268	0,03509	0,09091
2027	-	0,01609	0,02140	-	0,00461	0,09091	0,03098	-	0,03509	0,09091
2028	-	0,01476	-	-	0,00396	0,09091	0,03098	-	0,03509	0,09091
2029	-	-	-	-	0,00340	-	0,03098	-	0,03509	-
2030	-	-	-	-	0,00292	-	0,03098	-	0,03509	-
2031	-	-	-	-	0,00250	-	0,03098	-	0,03509	-
2032	-	-	-	-	0,00215	-	0,03098	-	0,03509	-
2033	-	-	-	-	0,00185	-	0,03098	-	0,03509	-
2034	-	-	-	-	-	-	0,03098	-	0,03509	-
2035	-	-	-	-	-	-	0,03098	-	0,03509	-
2036	-	-	-	-	-	-	0,03098	-	0,03509	-
2037	-	-	-	-	-	-	0,03098	-	0,03509	-
2038	-	-	-	-	-	-	0,03098	-	0,03509	-
2039	-	-	-	-	-	-	0,03098	-	0,03509	-
2040	-	-	-	-	-	-	0,03098	-	0,03509	-
2041	-	-	-	-	-	-	0,03098	-	0,03509	-
2042	-	-	-	-	-	-	0,03098	-	0,03509	-
2043	-	-	-	-	-	-	0,03098	-	0,03509	-
2044	-	-	-	-	-	-	0,03098	-	0,03509	-
2045	-	-	-	-	-	-	0,03098	-	0,03509	-
2046	-	-	-	-	-	-	0,03098	-	0,03509	-
2047	-	-	-	-	-	-	0,03098	-	-	-
2048	-	-	-	-	-	-	0,03098	-	-	-
2049	-	-	-	-	-	-	0,03098	-	-	-
2050	-	-	-	-	-	-	0,03098	-	-	-

12. VALORES A COMPENSAR (REPASSAR) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstradas a seguir:

	Consolidado						
	2018						
	Circulante			Não Circulante			Total Líquido
	Ativo	Passivo(-)	Total Ativo/(passivo)	Ativo	Passivo(-)	Total Ativo/(passivo)	
CVA e Neutralidade							
Energia	1.975.720	(130.194)	1.845.526	410.336	(7.386)	402.950	2.248.476
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	-	(661.909)	(661.909)	-	(156.404)	(156.404)	(818.313)
TUST	72.606	-	72.606	12.050	(3.400)	8.650	81.256
Neutralidade dos encargos setoriais	40.151	(29.368)	10.783	23.098	(7.960)	15.138	25.921
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	40.473	(60.921)	(20.448)	7.988	(17.070)	(9.082)	(29.530)
Outras CVA's	102.980	-	102.980	23.000	-	23.000	125.980
Componentes Financeiros e Subsídios							
Revisão Tarifária	3.803	-	3.803	-	-	-	3.803
Repasse de Sobrecontratação	200.175	(245.434)	(45.259)	2.275	(93.484)	(91.209)	(136.468)
Risco Hidrológico	-	(266.449)	(266.449)	-	(44.534)	(44.534)	(310.983)
Efeito das recontabilizações	8.037	(599)	7.438	-	-	-	7.438
Recomposição Energia Termope	49.288	-	49.288	10.808	-	10.808	60.096
Ultrapassagem de Demanda/Excedente Relativo	-	(17.363)	(17.363)	-	(319.783)	(319.783)	(337.146)
Ressarcimento P&D	-	(64.743)	(64.743)	-	-	-	(64.743)
Outros itens financeiros	22.163	(15.126)	7.037	5.714	(21.870)	(16.156)	(9.119)
	2.515.396	(1.492.106)	1.023.290	495.269	(671.891)	(176.622)	846.668

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Consolidado								
2017								
Ref	Circulante			Não circulante			Total Líquido	
	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/(Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/(Passivo)		
CVA e Neutralidade								
Energia	(a)	1.686.586	(54.298)	1.632.288	772.747	(6.940)	765.807	2.398.095
Encargo de Serviço Sistema – ESS	(b)	-	(629.284)	(629.284)	-	(235.930)	(235.930)	(865.214)
TUST		61.426	-	61.426	19.379	(3.195)	16.184	77.610
Neutralidade dos encargos setoriais		100.139	(17.323)	82.816	40.947	(96)	40.851	123.667
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		2.061	(141.705)	(139.644)	-	(80.936)	(80.936)	(220.580)
Outras CVA´s		40.867	(118.849)	(77.982)	36.829	(22.544)	14.285	(63.697)
Componentes Financeiros e Subsídios								
Revisão Tarifária		5.548	(4.884)	664	-	-	-	664
Repasse de Sobrecontratação	(c)	12.390	(250.361)	(237.971)	-	(82.695)	(82.695)	(320.666)
Risco Hidrológico	(d)	-	(245.111)	(245.111)	-	(38.205)	(38.205)	(283.316)
Efeito das recontabilizações		18.122	-	18.122	-	-	-	18.122
Recomposição Energia Termope		38.762	-	38.762	12.921	-	12.921	51.683
Ultrapassagem de Demanda/Reativo		-	-	-	-	(165.024)	(165.024)	(165.024)
Outros itens financeiros		5.550	(1.832)	3.718	6.706	(35.345)	(28.639)	(24.921)
Total		1.971.451	(1.463.647)	507.804	889.529	(670.910)	218.619	726.423

(a) Energia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as controladas Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes apuraram a CVA de energia e reconheceram um ativo no valor total de R\$ 865.798, R\$ 564.993, R\$ 202.257 e R\$ 622.814, respectivamente, decorrente dos custos incorridos realizados acima à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário.

(b) Encargo de Serviço Sistema – ESS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as controladas Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes apuraram de ESS/EER de energia e reconheceram um passivo no valor total de R\$ 288.582, R\$ 184.605, R\$ 80.439 e R\$ 264.688, decorrente dos custos incorridos realizar abaixo à cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário.

(c) Repasse de sobrecontratação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as controladas Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes reconheceram um ajuste financeiro passivo atualizado de sobrecontratação no valor de R\$ 85.303, R\$ 114.233, R\$ 7.811 e R\$ 6.578, de forma a anular o efeito sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente ou com a compra da exposição de energia no mercado de curto prazo.

(d) Risco hidrológico

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as controladas Coelba, Celpe e Cosern mantêm um componente financeiro de risco hidrológico passivo no valor total de R\$ 163.802, R\$ 105.938 e R\$ 41.243, referente à constituição da devolução da previsão de cobertura dos riscos hidrológicos, homologado pela ANEEL no processo de reajuste tarifário em 2017, em conformidade com as regras estabelecidas pela REN 796/2017, em resultado à Audiência Pública 004/2017.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos está demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldos iniciais	726.423	(60.705)
Combinação de negócios	-	(226.548)
Constituição ativa (passiva)	750.776	993.142
Reversão (amortização)	(693.015)	3.238
Remuneração financeira setorial	62.484	17.296
Saldos finais ATIVO (PASSIVO)	<u>846.668</u>	<u>726.423</u>

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

13. INVESTIMENTOS

A seguir apresentamos informações sobre as investidas:

Controladas	Ref.	Data-base	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício
		Resultado	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
COELBA		2018	3.352.774	11.177.792	2.715.489	6.610.076	5.205.001	638.557
		2017	3.014.429	9.539.246	3.927.324	5.460.663	3.165.688	177.044
CELPE		2018	2.308.999	5.454.426	1.704.952	4.465.003	1.593.470	111.904
		2017	1.815.494	4.860.506	2.164.656	2.973.989	1.537.355	56.395
COSERN		2018	853.326	2.343.835	612.896	1.617.496	966.769	241.683
		2017	908.766	1.956.728	899.879	1.113.176	852.439	188.278
ELEKTRO REDES S.A.	a)	2018	3.116.613	4.737.127	1.622.810	3.937.104	2.293.826	414.332
		2017	2.239.055	4.214.472	2.365.186	2.058.041	2.030.300	173.004
AFLUENTE TRANSMISSÃO		2018	51.621	154.578	2.655	7.790	195.754	22.615
		2017	53.085	1.705	2.459	7.397	44.934	12.517
SE NARANDIBA		2018	19.035	164.816	40.408	15.033	128.410	13.777
		2017	15.533	116.805	40.422	21.906	70.010	5.024
POTIGUAR SUL		2018	34.753	269.024	37.091	19.322	247.364	15.689
		2017	48.517	254.395	27.553	8.318	267.041	24.334
EKTT I		2018	15.805	29.135	1.629	1.811	41.500	3.447
EKTT II		2018	8.457	10.409	1.371	688	16.807	1.279
EKTT XII	a)	2018	9.640	51.517	6.472	3.795	50.890	5.849
		2017	3.311	6.617	2.476	35	7.417	(43)
EKTT XIII	a)	2018	7.095	29.639	2.200	2.065	32.469	3.347
		2017	7.701	3.813	182	21	11.311	59
EKTT XIV	a)	2018	7.905	26.367	1.736	1.828	30.708	2.924
		2017	7.159	3.861	202	24	10.794	55
EKTT XV	a)	2018	2.650	26.942	5.330	1.874	22.388	3.007
		2017	7.602	3.542	234	20	10.890	49
NC ENERGIA		2018	416.995	288.417	347.509	127.080	230.823	87.606
		2017	472.479	309.002	386.522	152.450	242.509	96.070
ELEKTRO COM. DE ENERGIA LTDA – EKCE	a)	2018	23.234	123	17.024	-	6.333	1.616
		2017	39.424	183	34.328	-	5.279	1.236
TERMOPE		2018	580.016	1.685.313	355.095	1.126.576	783.658	72.518
		2017	744.583	1.707.928	581.721	1.146.537	724.253	93.885
ITAPEBI		2018	297.016	510.123	153.210	343.565	310.364	46.600
		2017	429.395	494.443	440.131	196.399	287.308	97.815
BAGUARI I		2018	51.056	265.731	32.052	116.622	168.113	28.572
		2017	44.272	273.390	47.461	123.882	146.319	26.704
GERAÇÃO C III		2018	23.302	325.932	32.488	59.061	257.685	28.929
		2017	33.938	326.640	57.125	71.798	231.655	20.644
GERAÇÃO CÉU AZUL		2018	61.416	1.811.557	168.340	590.023	1.114.610	(50.893)
		2017	120.869	1.518.337	563.016	125.565	950.625	1.246
BAHIA PCH II		2018	-	869	-	-	869	-
		2017	-	878	-	-	878	-
SANTANA 1	a)	2018	32.238	179.769	24.570	4.913	182.524	24.701
		2017	17.099	185.864	11.421	4.579	186.963	7.628
SANTANA 2	a)	2018	24.871	144.387	19.911	4.529	144.818	17.348
		2017	15.062	149.377	11.681	4.257	148.501	4.882
CANOAS I	a)	2018	13.554	206.244	18.926	5.034	195.838	9.559
		2017	13.579	201.877	45.148	4.564	165.744	4.465
CANOAS II	a)	2018	1.004	2.633	23	-	3.614	(14)
CANOAS IV	a)	2018	1.004	2.633	23	-	3.614	(14)
LAGOA I	a)	2018	33.897	590.767	35.131	353.156	236.377	(868)
		2017	22.401	534.006	56.284	292.973	207.150	4.985
LAGOA II	a)	2018	7.594	201.866	14.177	5.019	190.264	9.369
		2017	16.846	198.694	43.523	4.539	167.478	4.522
LAGOA III	a)	2018	1.002	2.641	28	1	3.614	(14)
LAGOA IV	a)	2018	776	1.589	23	-	2.342	(15)

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

		Data-base	Ativo		Passivo			Lucro líquido (Prejuízo) do exercício
Controladas	Ref.	Resultado	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Patrimônio Líquido	
CALANGO I		2018	19.051	114.528	16.130	58.538	58.911	15.550
		2017	11.053	103.705	12.435	35.991	66.332	8.172
CALANGO II	a)	2018	16.815	106.463	12.651	60.549	50.078	14.256
		2017	11.303	109.593	12.563	54.854	53.479	6.498
CALANGO III	a)	2018	17.288	115.418	13.747	65.785	53.174	13.774
		2017	11.278	112.263	12.205	57.167	54.169	4.954
CALANGO IV		2018	16.501	106.433	15.015	59.188	48.731	15.131
		2017	10.850	101.330	14.843	38.880	58.457	15.603
CALANGO V		2018	19.174	105.822	14.752	59.147	51.097	13.620
		2017	12.704	100.228	13.697	38.081	61.154	10.156
CALANGO VI	a)	2018	56.073	498.724	25.140	299.255	230.402	38.011
		2017	27.250	511.394	36.922	300.304	201.418	2.671
CAETITÊ I		2018	9.333	122.507	11.298	46.716	73.826	10.620
		2017	5.159	113.686	9.363	24.961	84.521	12.007
CAETITÊ II		2018	17.800	118.510	11.671	40.090	84.549	16.887
		2017	11.408	109.825	11.375	6.232	103.626	18.480
CAETITÊ III	a)	2018	9.480	115.665	10.322	42.858	71.965	8.967
		2017	5.356	110.811	7.707	29.818	78.642	5.044
ARIZONA I	a)	2018	8.697	115.000	13.122	61.388	49.187	7.897
		2017	5.374	110.519	12.242	53.381	50.270	4.541
MEL II	a)	2018	5.878	79.973	7.855	45.287	32.709	4.296
		2017	3.708	77.885	7.743	44.239	29.611	(612)
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	a)	2018	17.343	258.578	13.877	-	262.044	49.965
		2017	14.545	307.954	34.218	-	288.281	22.315
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	a)	2018	18.751	603.070	141.910	62	479.849	(12.939)
		2017	18.010	484.562	41.054	92.211	369.307	(9.625)
FORÇA EÓLICA DO BRASIL I		2018	31.334	319.033	17.645	-	332.722	72.114
		2017	24.598	376.010	21.248	-	379.360	64.982
FORÇA EÓLICA DO BRASIL II	a)	2018	22.516	263.942	11.978	-	274.480	50.235
		2017	27.863	288.281	23.202	-	292.942	22.295
ENERBRASIL RENOVÁVEIS DO BRASIL	a)	2018	46.603	108.906	19.305	6.082	130.122	28.024
		2017	76.628	119.506	33.363	12.952	149.819	6.951
ELEKTRO RENOVÁVEIS DO BRASIL	a)	2018	79.539	673.996	100.760	-	652.775	80.381
		2017	36.534	670.691	83.554	-	623.671	19.329
ELEKTRO O&M	a)	2018	11.507	6.552	3.983	6	14.070	(3.142)
		2017	7.725	15.144	5.657	-	17.212	3.312
NEOENERGIA SERVIÇOS		2018	3.018	6.352	2.489	744	6.137	1.184
		2017	1.890	6.958	2.244	787	5.817	815
NEOENERGIA O&M		2018	12.748	10.396	7.260	608	15.276	4.322
		2017	9.664	9.625	4.928	796	13.565	2.882
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES		2018	1.080	1.368.928	29	-	1.369.979	89.341
		2017	548	1.155.270	90	-	1.155.728	(28.087)
NEOENERGIA INVESTIMENTOS		2018	983	13.700	77	-	14.606	822
		2017	138	11.557	101	-	11.594	(1.255)
GARTER		2017	35	-	-	2	33	1
CHAFARIZ I		2018	1.002	2.633	28	1	3.606	(14)
CHAFARIZ II		2018	1.004	2.625	23	-	3.606	(14)
CHAFARIZ III		2018	1.254	2.625	23	-	3.856	(14)
CHAFARIZ VI		2018	1.166	2.363	23	-	3.506	(14)
CHAFARIZ VII		2018	1.254	2.625	23	-	3.856	(14)

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Controle conjunto	Data-base		Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício
	Patrimoniais	Resultado	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	2018		5.495	2.160.996	54.942	636.081	1.475.468	(228.423)
	2017		7.494	2.282.198	56.009	687.200	1.546.483	(230.077)
COMPANHIA HIDROELETRICA TELESPIRES	2018		161.529	4.909.171	319.964	2.837.194	1.913.542	(173.462)
	2017		171.993	5.094.604	340.005	2.915.695	2.010.897	(149.055)
ÁGUAS DA PEDRA	2018		114.471	723.720	75.670	266.801	435.848	99.040
	2017		82.641	741.313	91.376	291.040	441.538	88.386

Coligadas	Data-base		Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício
	Patrimoniais	Resultado	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
NORTE ENERGIA	2018		870.676	43.043.974	3.805.799	26.807.077	13.301.774	904.477
	2017		765.221	40.955.428	3.730.257	26.731.596	11.258.796	(277.975)
ENERGÉTICA CORUMBÁ III	2018		19.979	207.397	24.611	35.457	167.308	13.901
	2017		24.316	206.695	22.553	41.981	166.477	11.042

Com relação às empresas Teles Pires Participações e Norte Energia, seguem as informações financeiras, conforme o CPC 45 – Divulgação de Participações de Outras Entidades:

Balancos patrimoniais	NORTE ENERGIA		TELES PIRES PARTICIPAÇÕES *	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	85.993	6.662	27.857	30.484
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	570.959	385.934	106.791	99.614
Outros ativos circulantes	213.724	372.625	32.375	49.390
Ativos circulantes	870.676	765.221	167.023	179.488
Títulos e valores mobiliários	6.189	-	99.555	155.901
Imobilizado	41.511.052	39.708.683	4.673.740	4.840.430
Depósitos judiciais e cauções	738.998	628.352	62.188	58.829
Outros ativos não circulantes	787.735	618.393	338.368	328.841
Ativos não-circulantes	43.043.974	40.955.428	5.173.851	5.384.001
Total do ativo	43.914.650	41.720.649	5.340.874	5.563.489
Fornecedores	491.608	1.191.528	64.297	81.861
Obrigações de meio ambiente	565.998	526.174	55.294	69.056
Empréstimos e financiamentos	2.389.264	1.707.983	159.213	139.663
Debêntures	-	-	54.913	55.753
Outros passivos circulantes	358.929	304.572	41.192	49.678
Passivos circulantes	3.805.799	3.730.257	374.909	396.011
Empréstimos e financiamentos	25.560.954	25.546.587	2.417.310	2.526.580
Debêntures	-	-	636.081	687.203
Outros passivos não circulantes	1.246.123	1.185.009	419.883	389.116
Passivos não circulantes	26.807.077	26.731.596	3.473.274	3.602.899
Capital social	13.010.058	12.165.858	2.313.539	2.156.130
Reserva de Lucro	291.716	-	-	-
Lucro/prejuízo acumulado	-	(907.062)	(838.070)	(609.647)
Total do patrimônio líquido	13.301.774	11.258.796	1.475.469	1.546.483
Participação dos não controladores	-	-	17.222	18.096
Total do passivo e do patrimônio líquido	43.914.650	41.720.649	5.340.874	5.563.489

* As informações demonstradas referem-se ao consolidado da Teles Pires

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Demonstração de resultado	NORTE ENERGIA		TELES PIRES PARTICIPAÇÕES *	
	2018	2017	2018	2017
Receita líquida	4.256.828	2.598.916	772.602	866.743
Custos e despesas operacionais	(1.668.182)	(1.908.466)	(710.959)	(840.664)
Lucro (Prejuízo) operacional	2.588.646	690.450	61.643	26.079
Receita financeira	140.201	98.227	13.550	32.640
Renda de aplicações financeiras	133.871	27.780	9.155	28.695
Outras receitas financeiras	6.330	70.447	4.395	3.945
Despesa financeira	(1.352.520)	(754.831)	(316.654)	(369.888)
Encargos de dívidas	(1.251.094)	(727.321)	(272.340)	(327.642)
Outras despesas financeiras	(101.426)	(27.510)	(44.314)	(42.246)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.376.327	33.846	(241.461)	(311.169)
Imposto de renda e contribuição social	(471.850)	(311.821)	11.477	79.749
Lucro/prejuízo líquido do período	904.477	(277.975)	(229.984)	(231.420)

* As informações demonstradas referem-se ao consolidado da Teles Pires

Demonstração de resultados abrangentes	NORTE ENERGIA		TELES PIRES PARTICIPAÇÕES*	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	904.477	(277.975)	(229.984)	(231.420)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do período, líquido dos efeitos tributários	904.477	(277.975)	(229.984)	(231.420)
Atribuível à:				
Acionistas Controladores	904.477	(277.975)	(228.423)	(230.077)
Acionistas Não Controladores	-	-	(1.561)	(1.343)

* As informações demonstradas referem-se ao consolidado da Teles Pires

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Apresentamos a seguir a movimentação do saldo de investimentos da Controladora:

	Saldos em 01 de janeiro de 2017	Aumento de capital	Prov. Desval. da Particip. Societárias Permanentes	Aquisição de Participações	Ágio em transação com Sócio	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Amortização de mais-valia	Dividendos e JSCP	Combinação de Negócios	Saldos em 31 de dezembro de 2017
COELBA	3.102.039	240.035	-	-	-	(96.852)	170.716	(31.159)	(111.200)	-	3.273.579
CELPE	1.708.587	-	-	-	-	4.433	50.528	(27.611)	(88.102)	-	1.647.835
COSERN	890.361	-	-	465	(247)	(6.744)	172.490	(12.962)	(159.037)	-	884.326
ELEKTRO REDES *	-	-	-	-	-	(450)	172.418	(34.687)	(235.742)	3.126.332	3.027.871
AFLUENTE TRANSMISSÃO	66.942	(26.353)	-	-	-	-	10.996	-	(12.112)	-	39.473
SE NARANDIBA	62.900	3.279	-	-	-	-	5.025	-	(1.193)	-	70.011
EKTT 12-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO	-	-	-	-	-	-	(43)	-	-	7.460	7.417
EKTT 13-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO	-	-	-	-	-	-	59	-	-	11.252	11.311
EKTT 14-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO	-	-	-	-	-	-	54	-	-	10.739	10.793
EKTT 15-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO	-	-	-	-	-	-	49	-	-	10.854	10.903
NC ENERGIA	169.254	-	-	-	-	-	96.070	-	(22.817)	-	242.507
ELEKTRO COMERCIALIZADORA *	-	-	-	-	-	-	1.236	(107)	-	3.453	4.582
TERMOPE	646.502	-	-	-	-	(1.401)	93.885	(1.958)	(4.746)	-	732.282
ITAPEBI	172.918	-	-	-	-	-	41.082	(1.016)	(77.611)	-	135.373
BAGUARI I	125.956	-	-	-	-	-	26.704	-	(6.342)	-	146.318
GERAÇÃO CIII	214.943	959	-	-	-	-	20.644	-	(4.903)	-	231.643
GERAÇÃO CÉU AZUL	707.948	241.432	-	-	-	-	1.246	-	-	-	950.626
BAHIA PCH II	869	-	-	-	-	-	-	-	-	-	869
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	164.517	41.303	-	-	-	1.178	(10.423)	-	-	1.766	198.341
FORÇA EÓLICA DO BRASIL I	164.467	-	-	-	-	-	33.065	-	(7.853)	-	189.679
FORÇA EÓLICA DO BRASIL II *	131.051	-	-	-	-	-	20.223	(532)	(4.803)	45.441	191.380
ELEKTRO RENOVÁVEIS DO BRASIL *	-	-	-	-	-	(1.467)	19.329	(1.718)	(11.908)	662.339	666.575
ELEKTRO O&M *	-	-	-	-	-	-	3.312	-	-	13.803	17.115
NEOSERV	5.195	-	-	-	-	-	815	-	(194)	-	5.816
NEOENERGIA O&M	16.628	-	-	-	-	-	2.217	-	(5.280)	-	13.565
BELO MONTE PART.	1.060.857	115.392	-	-	-	-	(32.077)	-	-	-	1.144.172
NEOINVEST	11.896	996	-	-	-	-	(1.298)	-	-	-	11.594
GARTER	32	-	-	-	-	-	1	-	-	-	33
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	817.930	80.172	-	-	-	-	(116.319)	-	-	-	781.783
COMPANHIA HIDRELETRICA TELES PIRES	28.900	401	-	-	-	-	(1.341)	(337)	-	-	27.623
AGUAS DE PEDRA	221.415	-	-	-	-	-	45.077	-	(41.308)	-	225.184
TRANSAÇÃO COM OS SÓCIOS	(563.487)	-	-	-	-	-	30.603	-	-	-	(532.884)
PROV. DESVAL. DA PARTIC.	(37.796)	-	37.796	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	9.890.824	697.616	37.796	465	(247)	(101.303)	856.343	(112.087)	(795.151)	3.893.439	14.367.695

* Foi realizada a realocação no valor de R\$ 91.141 referente a mais valia originada na incorporação da Elektro Holding que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estava alocada na controlada Elektro Redes, para as companhias Elektro Comercializadora no valor de - R\$ 591, Força Eólica do Brasil no valor de R\$ 1.766, Força Eólica do Brasil 2 no valor de R\$ 45.442, Elektro Renováveis no valor de R\$ 44.622 e Elektro O&M no valor de - R\$ 97.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Saldos em 31 de dezembro de 2017	Aumento de capital	(-) Gastos com Emissão de Ações	Dissolução	Adoção Inicial CPC 48	Adoção Inicial CPC 47	Ágio em transação com Sócio	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Amortização de mais-valia	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de dezembro de 2018
COELBA	3.273.579	1.649.999	(1.603)	-	4.255	-	(7.987)	14.237	617.527	(29.710)	(296.142)	5.224.155
CELPE	1.647.835	-	-	-	(14.440)	-	-	9.481	100.235	(26.479)	(44.987)	1.671.645
COSERN	884.326	-	-	-	(11.911)	-	-	(72)	221.090	(12.445)	(104.514)	976.474
ELEKTRO REDES	3.027.871	-	-	-	(3.937)	-	-	(10.821)	412.944	(94.657)	(135.544)	3.195.856
AFLUENTE TRANSMISSÃO	39.473	-	-	-	(42)	122.665	-	-	19.863	-	(10.003)	171.956
SE NARANDIBA	70.011	5.585	-	-	(12)	39.455	-	-	16.886	-	(3.515)	128.410
EKTT 1 -A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO	-	38.053	-	-	-	-	-	-	3.448	-	-	41.501
EKTT 2 -A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO	-	15.527	-	-	-	-	-	-	1.280	-	-	16.807
EKTT 12-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO	7.417	36.386	-	-	-	1.239	-	-	5.848	-	-	50.890
EKTT 13-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO	11.311	16.259	-	-	-	612	-	940	3.347	-	-	32.469
EKTT 14-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO	10.793	15.391	-	-	-	613	-	986	2.925	-	-	30.708
EKTT 15-A SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO	10.903	7.129	-	-	-	543	-	805	3.009	-	-	22.389
NC ENERGIA	242.507	-	-	-	(1.723)	(3.822)	-	-	87.593	-	(93.732)	230.823
ELEKTRO COMERCIALIZADORA	4.582	-	-	-	(213)	-	-	-	1.617	(321)	(351)	5.314
TERMOPE	732.282	-	-	-	-	-	-	19.130	72.518	(1.268)	(32.241)	790.421
ITAPEBI	135.373	-	-	-	-	-	-	-	19.572	(1.208)	(9.888)	143.849
BAGUARI I	146.318	-	-	-	10	-	-	-	28.573	-	(6.788)	168.113
GERAÇÃO CIII	231.643	-	-	-	(54)	-	-	-	34.204	-	(8.108)	257.685
GERAÇÃO CÉU AZUL	950.626	214.878	-	-	-	-	-	-	(50.894)	-	-	1.114.610
BAHIA PCH II	869	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	869
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	198.341	58.125	-	-	(5)	-	-	3.620	(6.469)	(212)	-	253.400
FORÇA EÓLICA DO BRASIL I	189.679	-	-	-	(19)	-	-	-	36.058	-	(59.357)	166.361
FORÇA EÓLICA DO BRASIL II	191.380	-	-	-	(23)	-	-	-	25.118	(1.594)	(34.326)	180.555
ELEKTRO RENOVÁVEIS DO BRASIL	666.575	-	-	-	(107)	-	-	3.620	80.381	(5.154)	(54.790)	690.525
ELEKTRO O&M	17.115	-	-	-	-	-	-	-	(3.142)	-	-	13.973
NEOSERV	5.816	-	-	-	(3)	-	-	-	1.185	-	(861)	6.137
NEOENERGIA O&M	13.565	-	-	-	(7)	-	-	-	4.317	-	(2.599)	15.276
BELO MONTE PART.	1.144.172	94.525	-	-	-	-	-	-	117.581	-	-	1.356.278
NEOINVEST	11.594	2.005	-	-	(109)	-	-	-	1.116	-	-	14.606
GARTER	33	-	-	(33)	-	-	-	-	-	-	-	-
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	781.783	79.586	-	-	-	-	-	-	(115.513)	-	-	745.856
COMPANHIA HIDRELETRICA TELES PIRES	27.623	685	-	-	-	-	-	-	(1.498)	(337)	-	26.473
AGUAS DE PEDRA	225.184	-	-	-	-	-	-	-	50.511	-	(53.413)	222.282
TRANSAÇÃO COM OS SÓCIOS	(532.884)	-	-	-	-	-	-	-	31.150	-	-	(501.734)
TOTAL	14.367.695	2.234.133	(1.603)	(33)	(28.340)	161.305	(7.987)	41.926	1.822.380	(173.385)	(951.159)	17.464.932

NEOENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Apresentamos a seguir a composição do saldo de investimentos da Controladora:

	Ref	2018	2017
Investimentos em coligadas e controladas		17.464.932	14.367.695
Encargos financeiros apropriados	(a)	21.955	23.785
Total		17.486.887	14.391.480

(a) Reclassificação dos juros capitalizados na Neoenergia decorrente de financiamento tomado para construção das controladas Termopernambuco e Itapebi, saldo apresentado na rubrica de “Investimentos em coligadas e controladas” apenas na Controladora, sendo apresentado no imobilizado no consolidado.

Apresentamos a seguir a movimentação do saldo de investimentos do consolidado:

	Saldos em 01 de janeiro de 2017	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Amortização de mais-valia	Dividendos e JSCP	Combinação de Negócios	Saldos em 31 de dezembro de 2017
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	817.930	80.172	-	(116.319)	-	-	-	781.783
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	164.517	41.303	2.645	(5.358)	-	-	(203.107)	-
ÁGUAS DA PEDRA	221.415	-	-	45.077	-	(41.308)	-	225.184
NORTE ENERGIA	1.071.405	111.487	-	(27.798)	-	-	-	1.155.094
ENERGÉTICA CORUMBÁ	54.202	-	-	3.969	(300)	(3.591)	-	54.280
FORÇA EÓLICA DO BRASIL II	131.051	-	-	9.075	-	-	(140.126)	-
CIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES	28.899	401	-	(1.342)	(337)	-	-	27.621
TOTAL	2.489.419	233.363	2.645	(92.696)	(637)	(44.899)	(343.233)	2.243.962

	Saldos em 31 de dezembro de 2017	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de dezembro de 2018
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	781.783	79.586	(115.513)	-	745.856
ÁGUAS DA PEDRA	225.184	-	50.510	(53.413)	222.281
NORTE ENERGIA (a)	1.155.094	93.800	119.878	-	1.368.772
ENERGÉTICA CORUMBÁ	54.280	-	3.278	(4.801)	52.757
CIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES	27.621	685	(1.833)	-	26.473
TOTAL	2.243.962	174.071	56.320	(58.214)	2.416.139

a) A Norte Energia S.A. (“investida”) é uma sociedade de propósito específico, de capital fechado, cujo objeto social consiste na implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), no rio Xingu, localizada no Estado do Pará e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A Companhia detém indiretamente 10% do capital social dessa investida.

Tendo em vista o estágio de construção e implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), esta ainda necessita de recursos financeiros dos seus acionistas e/ou de terceiros para a conclusão das referidas obras, que de acordo com as estimativas e projeções serão absorvidas pelas receitas de operações futuras. Os acionistas poderão ser demandados a prover eventuais aportes adicionais de recursos, na proporção da participação acionária de cada acionista no capital social da NESA, observadas as obrigações contidas no Acordo de Acionistas.

Em 2015, a Administração da Companhia tomou conhecimento do processo de investigação que estava sendo conduzido no contexto de um dos acionistas da investida, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, que aprovou a criação de uma Comissão Independente para gestão e supervisão dos trabalhos de investigação em andamento, conduzidos por empresa independente

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

especializada.

Em 2016, os trabalhos de investigação pela empresa especializada independente foram concluídos e determinaram que certos contratos com alguns empreiteiros e fornecedores do projeto UHE Belo Monte continham impactos estimados de 1% no preço do contrato, mais algumas outras estimativas de montantes fixos determinados, no contexto de eventuais sobrepreço e atividades de manipulação de propostas consideradas de natureza ilícita.

Os ajustes decorrentes da investigação independente mencionada acima foram integralmente reconhecidos pela Companhia na proporção de sua participação no investimento.

13.1 Redução ao valor recuperável dos investimentos – *Impairment*

A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os ativos que apresentaram indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável foram submetidos à análise de sensibilidade para identificação de real impacto por possível perda por *impairment*, sendo constatado, como resultado, que não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de qualquer ativo da Companhia.

As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação dos investimentos realizados vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo.

Os fluxos de caixa são estimados com base nos resultados já realizados, levando em consideração o orçamento empresarial anual da Companhia enquanto que o horizonte de análise leva em consideração o vencimento de cada concessão e a expectativa de crescimento do mercado, utilizando-se de projeções compatíveis com os dados históricos e as perspectivas sólidas de crescimento da economia brasileira.

Tais fluxos são descontados por taxas médias de 8,97% (pós impostos), tendo sua taxa nominal a depender de cada empreendimento e utilizando-se de metodologia amplamente aplicada no mercado de energia.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

13.2 Combinação de negócios

Descrição da transação de incorporação da Elektro Holding S.A.

Em 24 de agosto de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da Elektro Holding S.A. ("Elektro Holding") pela Neoenergia S.A. ("Companhia"), conforme divulgado ao mercado em Fato Relevante na mesma data. .

A Elektro Holding era uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, cujo objeto consistia na participação em outras sociedades dedicadas à distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, bem como à prestação de serviços às empresas controladas.

Em 04 de julho de 2017, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Pública - CADE, tendo sido certificada a ausência de oposição no dia 20 de julho de 2017; em 03 de agosto de 2017 foi obtida a autorização da ANEEL e em 17 de agosto de 2017, foi obtida a anuência do BNDES.

Esta incorporação foi efetivada via emissão de novas ações da Companhia aos acionistas da Elektro, combinando os respectivos ativos líquidos. Como consequência, a Companhia passou a controlar todas as subsidiárias da Elektro Holding: Elektro Redes S.A., distribuidora de energia, Enerbrasil Energias Renováveis do Brasil S.A. (Enerbrasil), produtora de energia eólica, Elektro Renováveis do Brasil S.A. (Elektro Renováveis), *holding* dos negócios eólicos, Elektro Comercializadora de Energia Ltda. (EKCE) e Elektro Operação e Manutenção Ltda. (Elektro O&M), consistindo em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. Em decorrência da conclusão da operação, houve a extinção da Elektro Holding cujo acervo líquido foi incorporado pela Neoenergia.

Foi aprovada também a relação de substituição das ações de emissão da Elektro Holding por ações de emissão da Companhia ("Relação de Substituição") fixada em 1:0,4385271074, ou seja, para cada 1 (uma) ação de emissão da Elektro Holding foi atribuída fração de ação de emissão da Companhia correspondente a 0,4385271074, conforme previsto no Protocolo de Incorporação da Elektro Holding ("Protocolo de Incorporação"), celebrado em 07 de junho de 2017. Tendo em vista a Relação de Substituição, a incorporação resultou na emissão de 1.654.124.249 (um bilhão, seiscentos e cinquenta e quatro milhões, cento e vinte e quatro mil, duzentas e quarenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, e sem valor nominal da Companhia em substituição às 3.772.000.000 (três bilhões, setecentos e setenta e dois milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Elektro Holding. Dessa forma, não ocorreu desembolso de caixa para esta incorporação. Os impactos dos efeitos não caixa estão demonstrados como informações complementares da Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC.

Como consequência desta operação:

- (i) o capital da Companhia foi aumentado em R\$ 4.595.577 e as reservas de capital aumentadas em R\$ 98.423;
- (ii) do capital social da Companhia, a Iberdrola Energia é titular de 52,45%, PREVI de 38,21% e o BB-BI 9,34%, com isso a Iberdrola passou a ser o acionista controlador da Companhia.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A incorporação, além de consolidar o Grupo Neoenergia como a maior companhia no setor elétrico brasileiro, permitirá a estruturação e utilização mais eficiente dos ativos e das operações, com a unificação da administração e atividades, considerando expectativas de sinergia e racionalização dos custos administrativo-financeiros, bem como maior liquidez para as partes envolvidas.

Em 31 de dezembro de 2017, as companhias detidas pela incorporada contribuíram com uma receita líquida de R\$ 2.881.583 e lucro líquido de R\$ 288.515 às demonstrações financeiras consolidadas. Caso a incorporação tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2017, a Administração estima que a receita líquida consolidada proforma teria sido de R\$ 29.757.201 e o lucro líquido consolidado proforma teria sido de R\$ 530.082 (informações não auditadas pelos auditores independentes). Para a estimativa desses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados na data da incorporação, teriam sido os mesmos, caso a incorporação tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2017.

Informações adicionais à incorporação

a) Contraprestação

O valor total da contraprestação transferida foi determinado com base no valor justo estimado da Elektro Holding na data da incorporação, calculado através de laudo de avaliação de profissional independente ("Laudo de Avaliação") contratado pela Companhia, no montante de R\$ 4.840.551. Essa informação foi utilizada na apuração interina dos efeitos da incorporação nas demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2017.

Conforme descrito no item 13.2.d abaixo, foi identificada pela Administração da Companhia a necessidade de revisar a estimativa do valor justo inicialmente atribuído pelo Laudo de Avaliação ao investimento na Elektro Holding, para melhor refletir os fatos e circunstâncias existentes na data da incorporação, considerados pelos participantes de mercado e apurados com base nas faixas indicativas de ofertas recebidas em processo de oferta primária e secundária, imediatamente após a transação, que foi cancelada em 14 de dezembro de 2017, mas que, se conhecidos, teriam afetado a estimativa do valor justo da contra prestação transferida naquela data.

Ao levar em consideração esses componentes de mercado não mensuráveis à época, a Companhia efetuou nova análise, seguindo o definido pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, estimando o valor justo de R\$ 4.191.478, sendo este o montante a ser considerado como contraprestação transferida definitiva, nos termos do CPC 15 – Combinação de Negócios.

A diferença entre o valor justo originalmente estimado, R\$ 4.840.551, e o valor justo revisado, R\$ 4.191.478, foi lançada como Reserva de Transação com Sócios.

b) Relações pré-existentes

As controladas da Elektro Holding mantinham, e seguem mantendo inalteradas, as transações contratuais de compra de energia elétrica, serviços de transmissão de energia elétrica e prestação de serviços de manutenção e operação, com a Companhia e suas subsidiárias, mesmo após a data de incorporação.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

c) Ativos e passivos reconhecidos na data da incorporação

A contraprestação transferida de R\$ 4.191.478, definida no item (a), foi distribuída entre ativos e passivos de acordo com laudo para alocação do valor justo de avaliador independente na data base da incorporação ("Laudo de Alocação"). Os ativos e passivos assumidos estão a valor justo, incluindo:

- (i) Intangíveis relacionados ao direito de exploração da concessão atual (amortizado até agosto de 2028) e direito de renovação da concessão para Elektro Redes (cuja amortização somente iniciar-se-ia a partir da própria renovação, em 2028, até 2058), contratos de comercialização e carteira de clientes para a Elektro Comercializadora (amortizado até 2022) e contratos de energia e autorizações para os diversos empreendimentos de geração de energia eólica (amortizados até 2050), obtidos através da metodologia de fluxo de caixa descontado;
- (ii) Outros passivos contingentes, com base na melhor estimativa de perda, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia;
- (iii) Efeitos de impostos diferidos sobre os ajustes de valor justo.

d) Mensuração do valor justo

O valor justo atualizado da Elektro utilizado para fins da incorporação, R\$ 4.191.478, considerou a atualização das projeções econômico-financeiras anteriormente preparadas por terceiros na data da transação, para fins de Laudo de Avaliação, utilizando-se metodologia de fluxo de caixa descontado ("FCD").

A necessidade dessa atualização foi identificada considerando as indicações obtidas de eventos observáveis de mercado resumidas abaixo:

- O cancelamento, em 14 de dezembro de 2017, da Oferta Pública Inicial ("OPI") lançada pela Neoenergia em Novembro de 2017, demonstrou que o valor de R\$ 4.840.551 atribuído ao investimento na Elektro Holding em 24 de agosto de 2017, anteriormente calculado pelo Laudo de Avaliação, não refletia todos os riscos observados pelos participantes do mercado porque estes dados não estavam disponíveis quando da realização do cálculo do valor justo do investimento naquela data (o Laudo de Avaliação foi finalizado pelo avaliador independente em 9 de outubro de 2017).
- Adicionalmente, em função da frustração da OPI, foi realizada a ampliação do capital na Neoenergia em 28 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 2.585.380 (vide nota explicativa nº 22), na qual o valor aprovado pela unanimidade dos sócios acionistas foi de R\$16,77 por ação. Esta relação, R\$/ação, equivale a um valor para o Grupo Neoenergia, inclusive para as empresas controladas advindas da incorporação, inferior aos obtidos através do Laudo de Avaliação originalmente utilizado nas demonstrações financeiras intermediárias do período findo em 30 de Setembro de 2017.

O valor do investimento na Elektro Holding atualizado com essas premissas de R\$ 4.191.478 foi obtido através de um refinamento na determinação nas taxas de desconto utilizadas no cálculo inicial, refletindo a percepção do risco mais ajustada ao comportamento do mercado, mas

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

mantendo-se inalteradas as projeções utilizadas e suas respectivas premissas econômico-financeiro-operacionais, bem como a metodologia de valorização.

O método do FCD é o que melhor representa o valor de uma companhia baseado em sua rentabilidade futura (Abordagem da Renda). A avaliação foi elaborada considerando projeções de longo prazo, apoiadas principalmente nas seguintes premissas:

- (i) Crescimento e lucratividade em linha com dados históricos e de mercado;
- (ii) Os múltiplos implícitos nos resultados obtidos estão em linha com os múltiplos de mercado de cada setor de atuação da Elektro;
- (iii) Os fluxos de caixa neste setor tem alta previsibilidade;
- (iv) Os parâmetros de avaliação são consistentes com o tamanho e com a expectativa de longo prazo da Elektro.

As projeções foram elaboradas individualmente por empresa:

- ✓ Para Elektro Redes, concessionária de serviço público que atua no segmento de distribuição de energia elétrica, as projeções consideram a finalização do primeiro período de concessão em agosto de 2028, seguido de sua renovação, por um período adicional de 30 anos. Ao fim do período projetado foi considerado o recebimento do ativo regulatório remanescente, definido pelo órgão regulador com base nos investimentos valorados a valor justo no final da concessão (não depreciados) e não remunerados via tarifa até essa data.
- ✓ Os fluxos de caixa projetados da Elektro foram descontados pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, acrescidos de um *premium* de 0,1% (11,07%).
- ✓ O período de autorização para exploração dos parques eólicos é superior ao período projetado dos fluxos de caixa. O período projetado considerado foi somente para o prazo para os quais existem PPAs (Power Purchase Agreements) devido às incertezas sobre os fluxos de caixa após o término desses contratos.

NEOENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da incorporação, em 24 de agosto de 2017, conforme definido pelo CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios - para caracterizar a empresa adquirida, é apresentado a seguir:

	Valor Justo Reconhecido na incorporação	Força Eólica do Brasil (50%)*	Alocação Revisada
Ativos Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	1.532.546	727	1.533.273
Contas a receber	1.160.063	7.036	1.167.099
Instrumentos Financeiros Derivativos	22.850	-	22.850
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	357.092	-	357.092
Outros ativos circulantes	221.623	67.851	289.474
	3.294.174	75.614	3.369.788
Ativos Não Circulantes			
Imobilizado	1.055.400	414.723	1.470.123
Intangível	3.072.445	365	3.072.810
Ativo indenizável (concessão)	1.221.302	-	1.221.302
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	90.899	-	90.899
Contas a receber	31.177	-	31.177
Instrumentos Financeiros Derivativos	102.021	-	102.021
Impostos e contribuições sociais diferidos	632.428	87	632.515
Outros ativos não circulantes	443.116	2.210	445.326
	6.648.788	417.385	7.066.173
Total do Ativo	9.942.962	492.999	10.435.961
Passivo Circulante			
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.345.406	89.977	1.435.383
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.845	-	8.845
Fornecedores	379.352	10.656	390.008
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	298.890	-	298.890
Outros passivos circulantes	559.177	2.374	561.551
	2.591.670	103.007	2.694.677
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.287.850	196.484	2.484.334
Instrumentos Financeiros Derivativos	10.228	-	10.228
Impostos e contribuições sociais diferidos	203.159	-	203.159
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	375.649	-	375.649
Provisões	257.954	2.034	259.988
Outros passivos	14.406	37	14.443
	3.149.246	198.555	3.347.801
Total do Passivo	5.740.916	301.562	6.042.478
Acionistas não controladores	10.568	-	10.568
Total do acervo líquido adquirido	4.191.478	191.437	4.382.915

* A Companhia e a Elektro Holding detinham participações societárias que foram impactadas com a incorporação da seguinte forma: (i) a Companhia era controladora da Força Eólica do Brasil 1 (FEB1) com participação direta de 50% do seu capital social, sendo a participação restante pertencente a Elektro Holding; (ii) a Companhia detinha participação de 50% na Força Eólica do Brasil 2 (FEB 2), sendo os 50% restantes do capital social detido pela Elektro Holding a qual, era a controladora.

Os custos relacionados a esta operação, registrados como despesa do resultado de 31 de dezembro de 2017, não são relevantes.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A Administração da Companhia concluiu as análises dos efeitos do valor justo da Elektro Holding juntamente com o avaliador, com base no Laudo de Alocação, para fins desta demonstração financeira anual. Neste processo de alocação, nenhum ágio foi identificado, uma vez que o valor justo dos ativos adquiridos coincide com a contraprestação transferida atualizada. Conforme estabelecido no item 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, a Companhia dispõe de prazo de 1 ano para eventuais ajustes dos montantes envolvidos na combinação de negócios a partir da data da incorporação.

e) Contraprestação contingente

Não constam do Protocolo de Incorporação quaisquer cláusulas relacionadas à contraprestação contingente.

f) Ativos de indenização

Não constam do Protocolo de Incorporação quaisquer cláusulas relacionadas a ativos de indenização.

g) Passivos contingentes reconhecidos

	Elektro Holding 24/08/2017
Processos cíveis	86.258
Processos trabalhistas	40.699
Processos tributários	97.869
Processos regulatórios	10.975
Passivo contingente a valor justo (i)*	235.801
Provisões registradas na incorporada (ii)	(161.244)
Ajuste a valor justo (i) - (ii)	74.557

(*) Estes montantes representam os valores justos dos processos de natureza cíveis, trabalhistas, tributários e regulatórios, com base na melhor estimativa de perda, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia

NEOENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

14.IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

Consolidado					
			2018	2017	
Ref.	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Terrenos		48.610	-	48.610	49.348
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	765.403	(206.954)	558.449	570.726
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	634.620	(163.987)	470.633	906.452
Máquinas e equipamentos	5%	3.681.030	(1.039.945)	2.641.085	2.308.311
Veículos	20%	4.966	(2.290)	2.676	3.248
Móveis e utensílios	9%	2.550	(1.900)	650	988
Outros		29.278	(3.139)	26.139	26.790
		5.166.457	(1.418.215)	3.748.242	3.865.863
Em curso					
Terrenos		215.883	-	215.883	140.203
Reservatórios, barragens e adutoras		78.872	-	78.872	59.969
Edificações, obras civis e benfeitorias		993.361	-	993.361	837.351
Máquinas e equipamentos		545.040	-	545.040	366.438
Veículos		5.168	-	5.168	1.706
Móveis e utensílios		1.563	-	1.563	1.248
Material em depósito		21.290	-	21.290	21.290
Adiantamento a fornecedores e outros (a)		284.973	-	284.973	307.938
		2.146.150		2.146.150	1.736.143
Total		7.312.607	(1.418.215)	5.894.392	5.602.006

- (a) Referem-se principalmente a adiantamento a fornecedores realizados dentro do período de construção dos empreendimentos, os quais serão baixados com a devida entrega dos bens e/ou finalização da obra.

A depreciação acumulada é geralmente calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens, definida pela ANEEL.

Decorrido o prazo de vigência da concessão e de sua eventual prorrogação, os bens e instalações realizados para a geração independente de energia elétrica e vinculados à concessão passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, conforme Contratos de Concessão.

No exercício de 2018, o Grupo Neoenergia concluiu a análise sobre a vida útil de seus parques eólicos. Como resultado, foi considerada uma melhor estimativa, conforme as circunstâncias atuais, sobre a vida útil da obra civil e as torres dos aerogeradores dos parques eólicos sendo considerado para as partes móveis 25 anos e para as partes fixas 40 anos ou limitado ao prazo da concessão, dos dois o menor, frente aos 25 anos considerados anteriormente.

Como consequência, a rubrica de depreciação do resultado consolidado do exercício de 2018 inclui um impacto pela alteração da estimativa de vida útil. Conforme a normativa contábil foi aplicado prospectivamente desde 1º de janeiro de 2018, com impacto inicial de aproximadamente R\$ 6.000. A movimentação do imobilizado consolidado é como segue:

NEOENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Consolidado					Total
	Em serviço		Em curso			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	
Saldos em 01 de Janeiro de 2017	3.062.584	(840.128)	2.222.456	1.191.078	1.191.078	3.413.534
Saldo de combinação de negócios	1.410.656	(277.880)	1.132.776	337.347	337.347	1.470.123
Adições	488	-	488	851.335	851.335	851.823
Baixas	(1.549)	605	(944)	(4.753)	(4.753)	(5.697)
Depreciação	-	(127.471)	(127.471)	-	-	(127.471)
Transferências	640.246	(1.382)	638.864	(638.864)	(638.864)	-
Transferências outros	(306)	-	(306)	-	-	(306)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.112.119	(1.246.256)	3.865.863	1.736.143	1.736.143	5.602.006
Adições	11.698	-	11.698	467.933	467.933	479.631
Baixas	(10.006)	9.889	(117)	(6.964)	(6.964)	(7.081)
Depreciação	-	(182.191)	(182.191)	-	-	(182.191)
Transferências	51.855	(89)	51.766	(51.766)	(51.766)	-
Transferências outros	791	432	1.223	804	804	2.027
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.166.457	(1.418.215)	3.748.242	2.146.150	2.146.150	5.894.392

15. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO**15.1 Concessão do serviço público (Ativo Financeiro)**

Segue composição consolidada do ativo financeiro de concessão:

	Ref.	Consolidado	
		2018	2017
Recebíveis	(a)	-	423.169
Indenização	(b)	9.255.797	7.572.548
Total		9.255.797	7.995.717
Circulante		-	67.449
Não circulante		9.255.797	7.928.268

(a) Valores de fluxo de caixa futuros das transmissoras projetados descontados a taxa interna de retorno referente a 31 de dezembro de 2017.

(b) Parcela de valores residual de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) e aos recebíveis das transmissoras está assim apresentada:

	Ref.	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2017		5.296.549
Combinação de negócios		1.221.301
Adições		18.258
Baixas		(23.841)
Amortização/reversão		(28.019)
Transferência	(a)	1.163.304
Atualização monetária/Ajustes a valor justo		348.165
Saldo em 31 de dezembro de 2017		7.995.717
Adoção inicial CPC 47 (transferência para ativo contratual)	(b)	(448.043)
Saldo em 01 de janeiro de 2018		7.547.674
Adições		482
Baixas		(16.486)
Reversão		1.855
Transferência	(c)	1.290.450
Ajustes a valor justo		431.822
Saldo em 31 de dezembro de 2018		9.255.797

- (a) Transferência do Intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.
- (b) Os saldos referentes aos ativos financeiros das transmissoras, a partir de 01 de janeiro de 2018, passaram a ser reconhecidos no balanço como ativo contratual, detalhado na nota 15.2.
- (c) Transferência do ativo contratual das distribuidoras, anteriormente classificado como intangível em curso, em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

O valor reconhecido do ativo financeiro, as alterações no valor justo e taxas efetivas de juros, serão revisados mensalmente, com base na variação do IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre a cada quatro anos na Celpe e Elektro Redes e a cada cinco anos na Coelba e Cosern.

As concessões das Companhias de distribuição e transmissão não são onerosas, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. As concessões outorgadas tem prazo de vigência de 30 anos e os contratos de concessão preveem a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida às Companhias, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

15.2 Concessão do serviço público (Ativo Contratual)

A movimentação dos saldos referentes aos recebíveis das transmissoras e do ativo intangível em curso das distribuidoras, está assim apresentada:

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Consolidado		
	2018 (Reapresentado)		
	Custo	Obrigações especiais	Total
Adoção inicial CPC 47 (transferência do ativo financeiro) (a)	448.043	-	448.043
Adoção inicial CPC 47 (transferência do ativo intangível em curso) (b)	2.784.774	(309.268)	2.475.506
Adoção inicial CPC 47 (impacto PL) (a)	191.280	-	191.280
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (Ativo Contratual)	3.424.097	(309.268)	3.114.829
Adições	3.868.981	(282.241)	3.586.740
Baixas	(28.039)	-	(28.039)
Amortização/reversão	(52.936)	-	(52.936)
Transferências para Intangível em serviço (b)	(1.247.462)	116.604	(1.130.858)
Transferências para ativo financeiro (b)	(1.495.505)	212.232	(1.283.273)
Transferências de outros (c)	58.471	38.959	97.430
Atualização monetária / valor justo	60.823	-	60.823
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Ativo Contratual)	4.588.430	(223.714)	4.364.716
Circulante			51.901
Não Circulante			4.312.815

- (a) Conforme mencionado na nota explicativa 4.5 as Controladas de Transmissão adotaram o CPC47/IFRS15 a partir de 1º de janeiro de 2018, mensurando os ativos da concessão como ativo contratual. Como consequência da mesma norma, as distribuidoras também tiveram que considerar seus investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura como ativo contratual, durante o período de construção, até a efetiva entrada em operação, quando são bifurcados em ativo financeiro e intangível.
- (b) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração.
- (c) Referem-se às transferências entre obras, estoques e desativações em curso.

16. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível do consolidado está constituído da seguinte forma:

	Consolidado					2017
	2018					
	(Reapresentado)					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	4,27%	23.140.117	(11.649.756)	(2.237.184)	9.253.177	9.343.030
Direito de uso de software	19,61%	10.979	(6.162)	-	4.817	544
Outros		49.933	(7.517)	-	42.416	479
		23.201.029	(11.663.435)	(2.237.184)	9.300.410	9.344.053
Em curso						
Direito de uso da concessão		23.860	-	-	23.860	2.499.450
Direito de uso de software		6.120	-	-	6.120	10.765
		29.980	-	-	29.980	2.510.215
Total		23.231.009	(11.663.435)	(2.237.184)	9.330.390	11.854.268

NEOENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

De acordo com o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A movimentação do saldo do direito de uso da concessão está demonstrada a seguir:

	Consolidado							
	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização	Obrigações	Valor	Custo	Obrigações	Valor	
		acumulada	especiais	líquido		especiais	líquido	
							Total	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	17.045.284	(8.859.790)	(1.778.284)	6.407.210	2.058.466	(463.326)	1.595.140	8.002.350
Adição pela combinação de negócios	4.102.465	(1.018.420)	(420.013)	2.664.032	435.516	(26.738)	408.778	3.072.810
Adições	120	-	709	829	3.133.557	(422.637)	2.710.920	2.711.749
Baixas	(300.182)	235.493	-	(64.689)	(31.592)	-	(31.592)	(96.281)
Amortização	-	(928.646)	148.090	(780.556)	-	-	-	(780.556)
Transferências- intangíveis	1.307.709	-	(250.945)	1.056.764	(1.307.709)	250.945	(1.056.764)	-
Transferências- ativos financeiros	52.090	-	(882)	51.208	(1.576.522)	362.010	(1.214.512)	(1.163.304)
Transferências - outros	(8.714)	(460)	18.429	9.255	107.766	(9.521)	98.245	107.500
Saldos em 31 de dezembro de 2017	22.198.772	(10.571.823)	(2.282.896)	9.344.053	2.819.482	(309.267)	2.510.215	11.854.268
Transferências para ativo contratual (a)	-	-	-	-	(2.784.774)	309.267	(2.475.507)	(2.475.507)
Saldo em 01 de janeiro de 2018	22.198.772	(10.571.823)	(2.282.896)	9.344.053	34.708	-	34.708	9.378.761
Adições	155	-	289	444	1.114	-	1.114	1.558
Baixas	(250.219)	193.705	-	(56.514)	1	-	1	(56.513)
Amortização	-	(1.283.728)	161.012	(1.122.716)	-	-	-	(1.122.716)
Transferências do ativo contratual	1.251.103	149	(116.538)	1.134.714	-	-	-	1.130.858
Transferências – outros (b)	1.218	(1.738)	949	429	(5.843)	-	(5.843)	(1.558)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	23.201.029	(11.663.435)	(2.237.184)	9.300.410	29.980	-	29.980	9.330.390

(a) Conforme mencionado na nota explicativa 4.5, as distribuidoras tiveram que considerar seus investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura como ativo contratual, em decorrência do impacto do IFRS 15/CPC 47 na ICPC 01/IFRIC 12, durante o período de construção, até a efetiva entrada em operação, quando são bifurcados em ativo financeiro e intangível.

(b) Referem-se às transferências entre obras, estoques e desativações em curso.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, limitados ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

O Grupo entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

17.FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Energia elétrica	-	-	1.245.407	2.078.771
Encargos de uso da rede	-	-	305.140	253.214
Materiais e serviços	61.563	46.618	1.096.103	882.900
Energia livre	-	-	113.813	106.684
Total	61.563	46.618	2.760.463	3.321.569
Circulante	61.563	46.618	2.646.752	3.221.085
Não circulante	-	-	113.711	100.484

18.EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	2018			2017
	Dívida	Instrumentos Financeiros Derivativos (a)	Total	Total (*)
Moeda nacional				
Banco do Brasil	1.089.153	-	1.089.153	1.772.542
Bank of China	-	-	-	19.400
BNB	-	-	-	45.640
BNDES	3.859.200	-	3.859.200	3.433.385
CEF	90.302	-	90.302	102.368
Eletrobrás	21.113	-	21.113	68.899
FINEP	19.743	-	19.743	37.483
IBM	42.222	-	42.222	77.810
Santander	45.055	-	45.055	58.143
Nota Promissória	461.899	-	461.899	955.725
Arrendamento Mercantil	16.071	-	16.071	10.036
(-) Custos de transação	(13.710)	-	(13.710)	(21.440)
(-) Depósitos em garantia	(105.456)	-	(105.456)	(289.569)
Total Moeda Nacional	5.525.592	-	5.525.592	6.270.422
Moeda Nacional - Circulante	1.256.105	-	1.256.105	1.854.092
Moeda Nacional - Não Circulante	4.269.487	-	4.269.487	4.416.330
Moeda estrangeira				
Bank Safra	-	-	-	405.578
Banco Tokio	758.308	(59.104)	699.204	411.332
Bank of America	734.801	(149.246)	585.555	335.942
BNP Paribas	200.170	(47.737)	152.433	390.428
Bradesco	-	-	-	202.987
China Construction Bank	159.027	-	159.027	131.827
HSBC	-	(77.150)	(77.150)	142.147
Itaú	1.301.261	(165.923)	1.135.338	952.191
JP Morgan	96.875	(11.639)	85.236	141.459
Kreditanstalt Fur Wiederaufbau – KfW	808	-	808	935
Mizuho	198.102	-	198.102	491.841
Santander	-	(76.666)	(76.666)	-
Títulos Externos	-	-	-	266.249
Citibank	318.910	(66.819)	252.091	959.155
BEI	1.616.635	-	1.616.635	1.250.502
Goldman Sachs	-	(191.305)	(191.305)	(198.009)
Votorantim	-	(36.243)	(36.243)	(8.982)
Sumitomo	199.689	(38.365)	161.324	158.918
ICBC	141.682	-	141.682	120.150

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Scotia Bank	1.053.858	(63.981)	989.877	-
Opções	-	(2.576)	(2.576)	-
Non Deriverable Forward – NDF	-	(24.488)	(24.488)	4.341
Total Moeda Estrangeira	6.780.126	(1.011.242)	5.768.884	6.158.991
Moeda Estrangeira - Circulante	677.742	(86.087)	591.655	2.741.397
Moeda Estrangeira – Não Circulante	6.102.384	(925.155)	5.177.229	3.417.594
Ajustes de consolidação				(36.667)
Total Empréstimos e Financiamentos	12.305.718	(1.011.242)	11.294.476	12.392.746
Circulante	1.933.847	(86.087)	1.847.760	4.595.489
Não Circulante	10.371.871	(925.155)	9.446.716	7.797.257

2018				2017
Debêntures	Dívida	Instrumentos Financeiros Derivativos (a)	Total	Total (*)
Coelba	2.463.406	(15.880)	2.447.526	660.622
Celpe	1.912.704	(11.319)	1.901.385	935.183
Cosern	768.623	(25.052)	743.571	705.162
NC Energia	34.111	(9.329)	24.782	22.052
Termope	1.086.841	(53.136)	1.033.705	1.080.207
Itapebi	100.085	-	100.085	158.316
Neoenergia	550.279	-	550.279	672.558
Elektro Redes	1.801.024	-	1.801.024	700.525
Calango 6	54.952	-	54.952	48.692
Lagoa 1	52.900	-	52.900	47.533
(-) Custos de transação	(74.551)	-	(74.551)	(37.851)
Total Debêntures	8.750.374	(114.716)	8.635.658	4.992.999
Debêntures - Circulante	892.201	443	892.644	988.736
Debêntures - Não Circulante	7.858.173	(115.159)	7.743.014	4.004.263
Endividamento Total	21.056.092	(1.125.958)	19.930.134	17.385.745
Endividamento Total - Circulante	2.826.044	(85.644)	2.740.404	5.584.225
Endividamento Total - Não Circulante	18.230.048	(1.040.314)	17.189.730	11.801.520

(a) Total líquido de instrumentos financeiros derivativos.

NEOENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Em auxílio à demonstração do fluxo de caixa, segue abaixo a conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	31 de dezembro de 2017	Fluxo de caixa				Alterações em não caixa (a)	31 de dezembro de 2018
		Captações	Amortizações de principal	Pagamentos de juros	Pagamento de custo de captação		
Empréstimos e Financiamentos	13.239.162	3.562.991	(4.909.330)	(425.912)	(4.820)	843.627	12.305.718
Debêntures (b)	5.075.076	4.759.853	(1.206.288)	(502.279)	(49.212)	673.224	8.750.374

	01 de janeiro 2017	Fluxo de caixa				Alterações em não caixa (a)	31 de dezembro de 2017
		Captações	Amortizações de principal	Pagamentos de juros	Pagamento de custo de captação		
Empréstimos e Financiamentos	9.573.795	3.955.592	(3.394.816)	(770.446)	(6.432)	3.881.469	13.239.162
Debêntures	2.386.526	2.222.862	(487.354)	(283.942)	(2.133)	1.239.117	5.075.076

(a) São considerados como alterações que não afetam o caixa a apropriação dos encargos financeiros, variação monetária e cambial, derivativos, marcação a mercado, movimentações de depósitos em garantia e baixa dos custos de transação, referentes a dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

(b) O total de captações de debêntures de 2018 considera o montante de recompra de debêntures.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

(I) Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos e debêntures da controladora e das controladas

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de principal	Saldo em 2018
Banco do Brasil	Real	Capital de Giro / Investimentos	2,5000% a 9,5000% / TJLP + 1,9300% / 108,00% a 122,90% do CDI	2019 a 2030	Aval da Neoenergia / Conta Reserva / Clean	1.980.903	1.160.312
Bank of América	Dólar / Euro	Capital de Giro / NDFs	1,679% / Libor + 1,5000% a Libor + 1,9000%	2020 a 2022	Aval da Neoenergia / Nota promissória	657.800	664.320
BNDES	Real	Investimentos	3,0000% a 6,0000% / TJLP + 1,5900% a TJLP + 3,0600% / SELIC + 2,0900% a SELIC + 2,5300%	2019 a 2035	Aval da Neoenergia / Conta Reserva / Cessão Fiduciária / Fiança Bancária	7.149.021	3.672.406
BNP Paribas	Dólar	Capital de Giro	Libor + 1,9000%	2020	Aval da Neoenergia	157.815	161.678
Citibank	Dólar	Capital de Giro / NDFs	Libor + 1,8000% a Libor + 1,9000%	2020 a 2021	Aval da Neoenergia	254.955	248.656
Eletrobrás	Real	Programa Nacional de Universalização Luz para Todos	5,0000% a 6,0000%	2019 a 2022	Fiança Bancária	102.746	21.112
European Investment Bank	Dólar	Investimentos	2,9730% a 3,4020% / Libor + 0,7690% a Libor + 0,8620%	2025 a 2030	Fiança Bancária	1.327.742	1.226.685
FINEP	Real	Pesquisa e Desenvolvimento	5,0000% / TJLP + 0,5000%	2019 a 2022	Aval da Neoenergia / Fiança Bancária	125.897	19.608
IBM	Real	Investimentos	CDI + 0,2600% a CDI + 0,3100%	2019 a 2020	Aval da Neoenergia	110.923	42.222
Itaú	Dólar	Capital de Giro / NDFs	3,6380% a 4,6495%	2019 a 2021	Aval da Neoenergia / Nota Promissória / Cessão Fiduciária de Swap	1.090.000	1.128.394
JP Morgan	Dólar	Capital de Giro	3,76670%	2020	Aval da Neoenergia	82.750	85.597
Mizuho	Dólar	Capital de Giro	Libor + 1,4000%	2020	Aval da Neoenergia	256.869	161.939
Santander	Real	Capital de Giro / NDFs / Opções	127,50% do CDI	2019	Aval da Neoenergia	41.823	38.966
Sumitomo	Dólar	Capital de Giro	Libor + 1,9000%	2020	Aval da Neoenergia	157.815	161.326
Scotia Bank	Dólar	Capital de Giro	3,4560% a 3,6937%	2021 a 2023	Aval da Neoenergia / Clean	958.199	989.877
MUFG	Dólar	Capital de Giro	109,00% a 124,40% do CDI / CDI + 0,9500% / IPCA + 4,6410% a IPCA + 8,7345%	2022	Aval da Neoenergia	224.181	228.639
Tokyo-Mitsubishi	Dólar	Capital de Giro / NDFs	4,1450%	2020 a 2021	Aval da Neoenergia / Clean	458.934	469.691
Caixa Econômica Federal	Real	Programa Nacional de Universalização Luz para Todos	5,0000% a 6,0000%	2025 a 2026	Aval da Neoenergia / Recebíveis / Fiança Bancária	128.852	90.303
Industrial and Commercial Bank of China	Dólar	Capital de Giro	Libor + 1,9000%	2020	Aval da Neoenergia	110.470	113.919
KfW Bankengruppe	Euro	Investimentos	2,0000%	2026	Aval Governo do Estado de Pernambuco / Fiança Bancária	1.042	413
China Construction Bank	Dólar	Capital de Giro	Libor + 2,3125%	2019	Clean	129.600	132.348
Credores Leasing	Real	Arrendamento edifício e equipamentos de informática	IGP-M	2019 a 2022	Clean	50.068	16.071
Debenturistas	Real	Capital de Giro / Investimentos / Reestruturação da Dívida	109,00% a 124,40% do CDI / CDI + 0,9500% / IPCA + 4,6410% a IPCA + 8,7345%	2019 a 2029	Aval da Neoenergia / Clean	9.343.700	8.635.686
Notistas	Real	Capital de Giro	108,00% a 122,60% do CDI	2019 a 2022	Aval da Neoenergia	<u>411.000</u>	<u>459.966</u>
						25.313.105	19.930.134

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

18.1 Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus instrumentos financeiros derivativos vinculados é a seguinte:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Não circulante	Passivo Circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	1.512.032	3.342.099	1.776.434	2.364.827	8.995.392
Adição por combinação de negócios	714.137	1.037.700	471.740	716.807	2.940.384
Ingressos	266.426	959.822	500.000	2.229.304	3.955.552
Encargos	440.303	12.916	182.015	34.527	669.761
Variação monetária e cambial	10.558	51.506	86.447	87.049	235.560
Derivativos	-	-	160.747	(74.656)	86.091
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(1.335)	(1.554)	(2.889)
Transferências	852.997	(811.174)	1.897.517	(1.939.340)	-
Amortizações de principal	(1.512.411)	(295)	(1.882.110)	-	(3.394.816)
Pagamentos de juros, custo de captação e outras variações monetárias e cambiais líquidas	(411.554)	(9.790)	(471.656)	-	(893.000)
Mov. depósitos em Garantias	(34.140)	(32.511)	-	-	(66.651)
(-) Custos de transação	15.744	3.921	21.598	630	41.893
Ajustes de consolidação (nota 3.3)	-	(174.531)	-	-	(174.531)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.854.092	4.379.663	2.741.397	3.417.594	12.392.746
Ingressos	354.479	959.436	-	2.249.076	3.562.991
Encargos	402.564	26.518	263.463	-	692.545
Variação monetária e cambial	10.638	46.189	363.516	801.100	1.221.443
Derivativos	-	-	(346.092)	(734.748)	(1.080.840)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	399	6.210	6.609
Transferências	1.372.160	(1.372.160)	562.003	(562.003)	-
Amortizações de principal	(2.225.391)	(1.800)	(2.682.139)	-	(4.909.330)
Pagamentos de juros, custo de captação e outras variações monetárias e cambiais líquidas	(512.988)	(1.959)	(310.931)	-	(825.878)
(-) Mov. depósitos em garantia	(10.989)	196.799	-	-	185.810
(-) Custos de transação	11.540	134	39	-	11.713
Ajustes de consolidação (nota 6)	-	36.667	-	-	36.667
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.256.105	4.269.487	591.655	5.177.229	11.294.476

A seguir apresentamos as captações do exercício:

Consolidado			
Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
Contratos de Dívida no Mercado Internacional			
Dólar			
4131	nov/2023	PRÉ	1.512.214
4131	jan/2021	LIBOR	150.000
Financiamento	jan/2030	LIBOR	236.862
Taxa média/Subtotal		7,39%	1.899.076
Euros			
4131	jul/2022	PRE	350.000
Taxa média/Subtotal		7,56%	350.000
Contratos de Dívida no Mercado Nacional			
Financiamento	jun/2035	TJLP	836.344
Financiamento	mar/2024	SELIC	216.009
Financiamento	nov/2022	PRE	61
Nota Promissória	abr/2019	CDI	250.000
Leasing	mai/2021	IGPM	11.501
Taxa média/Subtotal		8,50%	1.313.915
Taxa média e Total		7,81%	3.562.991

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Além dos indexadores mencionados acima, as captações realizadas no exercício incorrem em *spreads* estabelecidos contratualmente, conforme negociações realizadas com os financiadores.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	Consolidado		
	2018		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2020	3.132.141	(2.859)	3.129.282
2021	2.079.403	(2.236)	2.077.167
2022	1.806.557	(1.577)	1.804.980
2023	627.424	(798)	626.626
2024	307.147	(201)	306.946
Após 2024	1.548.772	(512)	1.548.260
Total obrigações	9.501.444	(8.183)	9.493.261
(-) Depósitos em Garantias			(58.646)
Marcação a mercado			12.101
Total			9.446.716

Condições restritivas financeiras (*covenants*)

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras das controladas ou da controladora, com parâmetros pré-estabelecidos, sendo os principais listados abaixo.

Controladora:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

Controladas:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual 3 ou 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

O contrato firmado junto ao BNDES, que é apurado anualmente, prevê que no caso de não cumprimento dos índices financeiros, observado em 31 de dezembro de 2017, as Controladas devem constituir garantias reais de 130% do saldo devedor, no prazo de 30 dias da notificação do banco. Em janeiro de 2018, as Controladas constituíram as garantias adicionais conforme previsto em contrato. Vale ressaltar que o descumprimento do índice financeiro não enseja o vencimento antecipado.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

18.2 Debêntures

A mutação das debêntures e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	392.243	1.959.372	2.351.615
Adições por combinação de negócios	234.187	638.880	873.067
Ingressos	150.000	2.072.862	2.222.862
Encargos	373.480	1.721	375.201
Variação monetária e cambial	(241)	20.898	20.657
Derivativos	7.762	(10.718)	(2.956)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(13.405)	(13.405)
Transferências	656.010	(656.010)	-
Amortizações de principal	(485.153)	(2.201)	(487.354)
Pagamentos de juros, custo de captação e outras variações monetárias e cambiais líquidas	(354.321)	(7.017)	(361.338)
(-) Custos de transação	14.769	(119)	14.650
Saldos em 31 de dezembro de 2017	988.736	4.004.263	4.992.999
Ingressos	-	4.930.000	4.930.000
Encargos	502.557	6.261	508.818
Variação monetária e cambial	6.150	68.221	74.371
Derivativos	(2.184)	(18.872)	(21.056)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	2.056	2.056
Transferências	1.028.827	(1.028.827)	-
Amortizações de principal	(1.191.874)	(14.414)	(1.206.288)
Pagamentos de juros, custo de captação e outras variações monetárias e cambiais líquidas	(461.475)	(40.804)	(502.279)
Recompra de debêntures (i)	-	(170.147)	(170.147)
(-) Custos de transação	21.907	5.277	27.184
Saldos em 31 de dezembro de 2018	892.644	7.743.014	8.635.658

- (i) Em 26 de novembro de 2018, a Controlada Termope recomprou 17.000 debêntures referente à 6ª emissão da própria Companhia. O valor de recompra considera o principal e juros apurados até a data da operação. As debêntures permanecerão em poder da Controlada Termope até que sejam recolocadas no mercado ou canceladas.

A seguir apresentamos as emissões de debêntures do exercício:

Empresa	Vencimento	Consolidado	
		Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
CELPE	fev/2023	117,30% CDI	500.000
CELPE	jul/2025	IPCA	600.000
ITAPEBI	dez/2020	115% CDI	100.000
COELBA	abr/23	116% CDI	1.200.000
COELBA	ago/25	IPCA	800.000
ELEKTRO REDES	mai/23	CDI	1.000.000
ELEKTRO REDES	mai/23	IPCA	300.000
TERMOPE	ago/2023	CDI	300.000
COSERN	jul/2023	IPCA	130.000
Total			4.930.000

As debêntures das controladas são garantidoras por aval da Companhia.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Os vencimentos das parcelas a longo prazo consolidados são os seguintes:

	Consolidado		
	2018		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2020	1.278.444	(7.168)	1.271.276
2021	662.408	(10.029)	652.379
2022	1.577.533	(10.554)	1.566.979
2023	2.626.812	(12.266)	2.614.546
2024	795.745	(7.934)	787.811
Após 2024	877.664	(6.715)	870.949
Total	7.818.606	(54.666)	7.763.940
Marcação a mercado			(20.926)
Total			7.743.014

a) Condições restritivas financeiras (covenants)

As escrituras de emissões das debêntures das controladas e da controladora contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras das controladas ou da controladora, com parâmetros pré-estabelecidos, sendo os principais listados abaixo.

Controladora:

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA, menor ou igual 4
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2

Controladas:

- Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual 3,0 ou 4,0
- EBITDA dividido pela Despesa Financeira Líquida, maior ou igual a 2,0

19. ENCARGOS SETORIAIS

	Ref	Consolidado	
		2018	2017
Reserva Global de Reversão – RGR		253	127
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(a)	109.104	259.303
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(b)	7.692	8.910
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(b)	2.889	2.971
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	170.805	159.048
Programa de Eficientização Energética - PEE	(b)	156.681	94.873
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	(c)	1.955	1.764
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH		1.507	822
Encargos Setoriais - Outros CCRBT	(d)	-	88.275
Ministério de Minas e Energia – MME		2.231	2.755
Total		453.117	618.848
Circulante		293.997	456.290
Não circulante		159.120	162.558

- (a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- (b) Programas de Eficientização Energética (PEE): inclui os programas Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE). São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica e para algumas geradoras do grupo, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. O saldo representa valores já faturados em tarifas, mas ainda não aplicados nos programas PEE e P&D. Tais valores são atualizados mensalmente com base na Taxa SELIC.
- (c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.
- (d) Encargos setoriais - CCRBT: valor de repasse referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à conta centralizadora.

20.IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Consolidado	
	2018	2017
Imposto de Renda – IR	12.855	10.133
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	7.514	6.032
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	383.430	465.759
Programa de Integração Social – PIS	43.155	36.804
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	199.447	169.480
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	19.814	16.781
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	3.856	3.240
Imposto sobre Serviços – ISS	11.910	7.178
Impostos e contribuições retidos na fonte	134.671	116.926
Outros	16.219	49.353
Total	832.871	881.686
Circulante	826.468	876.278
Não circulante	6.403	5.408

21.PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

As provisões constituídas consolidadas estão compostas como segue:

	Contingências				Provisões			Ressarcimento	Total
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Ambientais	Ambientais	Desmantelamento		
Saldos em 01 de janeiro de 2017	243.783	256.226	32.328	5.135	-	10.139	6.486	-	554.097
Adições em combinação de negócios	40.699	90.619	96.466	10.975	18	-	16.636	10.757	266.170
Constituição	69.341	195.530	1.833	1.320	-	10.590	3.912	17.263	299.789
Baixas/reversão	(36.770)	(51.593)	(2.980)	(1.380)	-	(27)	(3.333)	(3.813)	(99.896)
Pagamentos/Indenizações	(48.505)	(155.357)	3.003	(100)	-	(293)	-	-	(201.252)
Atualização	36.713	61.491	3.396	690	-	225	1.159	-	103.674
Saldos em 31 de dezembro de 2017	305.261	396.916	134.046	16.640	18	20.634	24.860	24.207	922.582
Constituição	106.582	186.308	553	3.045	-	17.795	2.751	9.250	326.284
Baixas/reversão	(47.931)	(54.023)	(6.017)	-	(18)	(1.300)	(729)	(897)	(110.915)
Pagamentos/Indenizações	(53.400)	(197.285)	(867)	(10.508)	-	(262)	-	-	(262.322)
Atualização	49.098	82.597	3.534	942	-	2.394	2.809	-	141.374
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	359.610	414.513	131.249	10.119	-	39.261	29.691	32.560	1.017.003
Circulante	34.762	95.923	463	-	-	-	1.018	19.211	151.377
Não circulante	324.848	318.590	130.786	10.119	-	39.261	28.673	13.349	865.626

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, o Grupo possui um total estimado de R\$ 938.459 (R\$ 1.145.450 em 31 de dezembro de 2017) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 1% a.m..

Cíveis

Referem-se a ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, entre outros. Além dos valores provisionados, o Grupo possui um total estimado de R\$ 1.573.589 (R\$ 1.720.930 em 31 de dezembro de 2017) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.

Fiscais

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, CSLL, IPTU, REFIS, PIS/COFINS, INSS, CIDE, ITD sobre doações recebidas, entre outros.

Além dos valores provisionados, o Grupo possui um total estimado de R\$6.484.110 (R\$ 5.964.995 em 31 de dezembro de 2017) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração das controladas motivados por:

(i) não adição da despesa de amortização da mais-valia nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, estimados em R\$ 2.460.166 (R\$ 2.157.487 em 31 de dezembro de 2017) pelas controladas Celpe, Coelba, Cosern, Itapebi e Termopernambuco;

(ii) falta de retenção do imposto de renda incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 268.763 (R\$ 257.746 em 31 de dezembro de 2017); e

(iii) auto de infração da controlada Elektro no valor de R\$ 1.409.270 (R\$ 1.325.854 em 31 de dezembro de 2017), lavrado pela Receita Federal do Brasil relativo ao imposto de renda decorrente do ganho de capital originado a partir da operação societária com a aquisição do controle societário da Elektro Redes pelo acionista da época, Iberdrola do Brasil S.A.

Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência da mais-valia quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer a mais-valia decorrente de privatização, os nossos consultores

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá à decisão final sobre o tema.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Regulatórias

As ações regulatórias das distribuidoras Coelba, Celpe, Cosern e Elektro, dentre os quais estão os procedimentos para o cálculo dos indicadores de continuidade técnica do serviço, individual e coletivo, questões comerciais, a realização das compensações financeiras correspondentes e da recuperação dos indicadores globais, questões relacionadas à arrecadação ou legalidade de elementos ou rubricas tarifárias e questões relativas à legalidade das ações administrativas que a ANEEL tenha instituído.

Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, o Grupo realiza depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	Consolidado	
	2018	2017
Trabalhistas	357.470	347.413
Cíveis	223.285	190.360
Fiscais	198.592	182.003
Outros	12.667	12.090
Total	792.014	731.866

Provisões

As demais provisões são compostas por: (i) gastos ambientais que se referem a obrigações adicionais dos impactos sócio ambientais na construção das usinas; (ii) provisões com desmantelamento que se referem aos custos de desmobilização da plantas e parques eólicos das controladas e (iii) provisões para perdas de energia contratual não entregue no exercício social corrente.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

22. OUTROS PASSIVOS

Ref	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Consumidores	(a) -	-	143.555	143.166
Plano de saúde	-	-	9.466	10.498
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	-	-	51.606	40.232
Caução em garantia	(b) -	-	445.970	385.822
Adiantamentos recebidos	-	-	16.102	18.024
Cooperativas - Aquisição de ativos	-	-	-	7.503
Partes relacionadas	-	141.899	-	30.891
Avais contratuais	99.678	56.490	-	-
Obrigação de compra participação Previ	(c) 151.464	151.464	151.464	151.464
Repasse a terceiros	-	-	20.540	5.194
Outros	5.471	4.033	90.341	65.498
Total	256.613	353.886	929.044	858.292
Circulante	102.107	56.539	584.250	607.475
Não circulante	154.506	297.347	344.794	250.817

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (c) Em 24 de agosto de 2017, foi aprovada a incorporação da Elektro Holding S.A pela Neoenergia S.A. ("Companhia").

Em 31 de agosto de 2017, a Companhia protocolou perante a CVM o pedido de registro da oferta pública de distribuição primária e secundária de suas ações ordinárias, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400" e "Oferta"); e perante a B3- Brasil, Bolsa, Balcão S.A. ("B3"), o pedido de registro para negociação de ações ordinárias de sua emissão no Novo Mercado da B3 ("Listagem"). O referido pedido de listagem foi cancelado em 14 de dezembro de 2017.

De todo modo, o Acordo de Acionistas da Companhia prevê que, dentro de 360 dias, após a liquidação de uma possível oferta pública inicial, a Companhia envie a Previ uma proposta firme para aquisição de suas participações societárias minoritárias na Coelba, Cosern e Afluente-T. Embora a Oferta não tenha sido efetivada, nem haja uma previsão de quando a companhia inicie um novo processo de OPI há a necessidade de registro de um passivo, uma vez que o disposto no Acordo de Acionistas consiste em uma obrigação que deve ser reconhecida a valor justo.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

23.PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 12.919.982 e R\$ 11.919.982, respectivamente. A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

2018 Acionistas	Lote de mil ações		R\$
	Ações ordinárias		
	Única	%	
Iberdrola Energia S A.	636.576	52,45%	6.775.886
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	463.791	38,21%	4.936.712
BB - Banco de Investimentos S A.	113.430	9,34%	1.207.384
Total	1.213.797	100,00%	12.919.982

2017 Acionistas	Lote de mil ações		R\$
	Ações ordinárias		
	Única	%	
Iberdrola Energia S A.	605.303	52,45%	6.251.436
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	441.006	38,21%	4.554.613
BB - Banco de Investimentos S A.	107.858	9,34%	1.113.933
Total	1.154.167	100,00%	11.919.982

Na Assembleia Geral Extraordinária da Neoenergia S.A. realizada em 26 de março de 2018 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 1.000.000 com a subscrição de 59.630.290 novas ações ordinárias.

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.536.846	418.712	1.536.330	406.088
Média ponderada de ações em poder dos acionistas (*)	1.199.911	848.219	1.199.911	848.219
Lucro do exercício/ Total de ações	1,2808	0,4936	1,2804	0,4788

(*) Considera o evento ocorrido em 26 de março de 2018 relacionado ao aumento de capital mediante emissão de 59.630.290 novas ações.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Reserva de transação de capital com os sócios

Os valores reconhecidos na reserva de transação de capital com os sócios são os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	Ref.	1.594.067
Compra de participação na Itapebi pela Termope	(a)/(b)	657.542
Compra de participação adicional na Coelba e na Cosern pela Neoenergia	(c)	333.430
Obrigações de compra participação Previ (vide nota 22)		64.747
Valor justo incorporação	(d)	530.361
Ganho participação relativa Coelba	(e)	7.987

- (a) Em 23 de dezembro de 2013, a controlada Termopernambuco adquiriu participação adicional de 35,4% das ações da controlada Itapebi pela contraprestação de R\$ 503.748. O Grupo passou a deter 77,4% do capital da Itapebi e baixou a participação de não controladores no montante de R\$ 103.458. Com isso, registrou uma redução no patrimônio líquido do consolidado decorrente de transação com sócios no montante de R\$ 400.290.
- (b) Ajustes decorrentes da aquisição da controlada Termopernambuco em 2014, que adquiriu da controladora Iberdrola S.A.U., um dos controladores do Grupo, a participação adicional de 22,6% das ações da controlada Itapebi pela contraprestação de R\$325.475. Dessa forma, o Grupo passou a deter 100% do capital da Itapebi, gerando um ajuste no patrimônio líquido do consolidado decorrente de transação com os sócios no montante de R\$257.252.
- (c) Em 27 de fevereiro de 2015, a Neoenergia adquiriu da controladora Iberdrola Energia SAU, a participação de 8,50% das ações da Coelba e 7,01% da Cosern pelas respectivas contraprestações de R\$ 532.101 e R\$ 107.049. Dessa forma a Neoenergia passou a deter 96,34% do capital social da Coelba e 91,48% da Cosern, gerando um ajuste no patrimônio líquido do consolidado decorrente de transação com sócios no montante de R\$ 332.722. Houve um incremento no valor de R\$ 708, após os ajustes de refazimento dos anos de 2013 e 2014, ficando um montante de R\$ 333.430.
- (d) Este ajuste refere-se à diferença entre o valor justo revisado utilizado pela Incorporação da Elektro Holding de R\$ 4.191.478 e o valor utilizado como base para aumento de capital da Neoenergia de R\$ 4.694.000, além de ajustes de consolidação em função da obtenção do controle de FEB e FEB 2 no valor de R\$ 27.839.
- (e) Nos meses de março e julho de 2018 foram homologados aumentos no capital social da Coelba, onde alguns acionistas não controladores não realizaram a subscrição de suas ações, acarretando em alterações no percentual de participação da Neoenergia na controlada. Conforme menciona o ICPC 09, as alterações de mudança na participação relativa da Controladora sobre uma controlada, que não resultem na perda de controle, devem ser contabilizadas como transações com sócios.

Reservas de lucros

Reserva de incentivo fiscal nas controladas

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste e Norte, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

O incentivo fiscal SUDENE, nas controladas Coelba, Celpe, Cosern e Termopernambuco, com validade até 2020, 2023, 2023 e 2024 respectivamente, prevê o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculados com base no lucro da exploração. As controladas apuraram no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$ 84.222 de incentivo fiscal SUDENE (R\$ 27.952 em 31 de dezembro de 2017).

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Outros resultados abrangentes

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos e passivos atuariais de benefício pós-emprego e valor justo dos *hedge* de fluxo de caixa.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de juros sobre capital e dividendos:

<u>Deliberação</u>	<u>Provento</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Valor por ação</u> <u>ON</u>
<u>2018</u>			
AGO de 22 de março de 2018	Dividendo Mínimo Obrigatório 2017	99.444	0,0861609
AGO de 22 de março de 2018	Dividendos adicionais 2017	200.556	0,1737668
RCA de 28 de junho de 2018	Juros sobre Capital Próprio 2018	159.216	0,1311718
RCA de 24 de outubro de 2018	Dividendos intermediários 2018	66.000	0,0543748
RCA de 19 de dezembro de 2018	Juros sobre Capital Próprio 2018	363.146	0,2991818
		888.362	
<u>2017</u>			
AGO de 13 de abril de 2017	Complementação do Dividendo Mínimo Obrigatório 2016	83.624	0,0142931
AGO de 13 de abril de 2017	Dividendos adicionais 2016	216.376	0,0369834
		300.000	

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</u>		
Lucro líquido do exercício - controladora	1.536.846	418.712
Aplicação inicial CPC 48	(60.497)	-
Aplicação inicial CPC 47	161.305	-
Reversão avaliação atuarial – Plano de pensão	1.722	-
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(81.968)</u>	<u>(20.936)</u>
Base de cálculo do dividendo	<u>1.557.408</u>	<u>397.776</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>389.352</u>	<u>99.444</u>

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A companhia deliberou juros sobre capital próprio e dividendos intermediários no montante de R\$ 522.362 e R\$ 66.000 respectivamente no exercício de 2018, superando os 25% de mínimos obrigatórios.

Dividendos e juros sobre capital próprio

	2018	2017
Saldos iniciais	99.444	383.626
Dividendos e juros sobre capital próprio:		
Declarados	788.918	315.818
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(48.415)	-
Pagos no exercício	(510.459)	-
Capitalizados	-	(600.000)
Saldo Final	329.488	99.444

24.RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita líquida do consolidado por natureza, segmento, região geográfica e suas deduções, é conforme quadros abaixo:

	Segmentos					2017 Total
	2018					
	Redes	Liberalizado	Renováveis	Holding	Total	
Principais receitas						
Fornecimento de energia elétrica	16.232.518	2.428.208	199.338	-	18.860.064	13.914.304
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	724.264	237.210	95.934	-	1.057.408	1.413.432
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	13.455.403	-	-	-	13.455.403	9.964.159
Remuneração do ativo contratual (vide nota 4.5 c)	60.821	-	-	-	60.821	54.108
Valores a receber / compensar da Parcela A e Outros Itens Financeiros	124.048	-	-	-	124.048	1.035.668
Receita de construção da infraestrutura da concessão (a)	3.544.072	-	-	-	3.544.072	2.568.591
Receita de operação e manutenção (vide nota 4.5 c)	18.129	-	-	-	18.129	17.230
Penalidades contratuais e regulatórias	(18.948)	-	-	-	(18.948)	-
Outras receitas	685.970	41.082	(12.453)	-	714.599	581.377
Total da Receita Operacional Bruta reconhecida ao longo do tempo	34.826.277	2.706.500	282.819	-	37.815.596	29.548.869
<i>(-) Deduções da receita bruta</i>	<i>(11.144.259)</i>	<i>(632.840)</i>	<i>(83.770)</i>	<i>(1.068)</i>	<i>(11.861.937)</i>	<i>(9.040.799)</i>
Total da Receita Operacional Líquida reconhecida ao longo do tempo	23.682.018	2.073.660	199.049	(1.068)	25.953.659	20.508.070

(a) Do total Receita de construção da infraestrutura da concessão, o montante de R\$ 3.394.953 refere-se a receita de construção das distribuidoras e R\$ 149.119 refere-se a receita de construção das transmissoras. Adicionalmente, do total do custo de construção apresentado na Demonstração de Resultado de R\$ 3.513.598, o montante de R\$ 3.394.953 refere-se ao custo de construção das distribuidoras e R\$ 118.645 refere-se ao custo de construção das transmissoras.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Região geográfica						2017 Total
	2018						
	Sul	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Total	
Principais receitas							
Fornecimento de energia elétrica	94.570	55.545	11.477.237	251.855	6.980.857	18.860.064	13.914.304
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	-	-	605.189	8.723	443.496	1.057.408	1.413.432
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	-	-	10.572.939	45.718	2.836.746	13.455.403	9.964.159
Remuneração do ativo contratual (vide nota 4.5 c)	6.507	15.406	15.785	8.787	14.336	60.821	54.108
Valores a receber / compensar da Parcela A e Outros Itens Financeiros	-	-	42.089	2.459	79.500	124.048	1.035.668
Receita de construção da infraestrutura da concessão	21.527	-	2.761.712	61.356	699.477	3.544.072	2.568.591
Receita de operação e manutenção (vide nota 4.5 c)	2.078	5.559	2.662	4.517	3.313	18.129	17.230
Penalidades contratuais e regulatórias	(601)	(1.179)	(2.406)	(522)	(14.240)	(18.948)	-
Outras receitas	6.119	3.504	566.415	18.880	119.681	714.599	581.377
Total da Receita Operacional Bruta reconhecida ao longo do tempo	130.200	78.835	26.041.622	401.773	11.163.166	37.815.596	29.548.869
(-) Deduções da receita bruta						(11.861.937)	(9.040.799)
Total da Receita Operacional Líquida reconhecida ao longo do tempo						25.953.659	20.508.070

a) Fornecimento de energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica consolidada, por classe de consumidores é a seguinte:

	Ref.	2018	2017
Consumidores:			
Residencial		12.717.584	9.356.637
Industrial		2.684.908	1.908.304
Comercial		6.347.662	4.769.543
Rural		1.567.637	1.137.745
Poder público		1.243.932	981.403
Iluminação pública		866.586	626.369
Serviço público		952.418	630.244
Suprimento		2.627.546	2.294.033
Fornecimento não faturado		112.494	43.704
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	(a)	(12.034.533)	(9.132.453)
		17.086.234	12.615.529
Subvenção à tarifa social baixa renda		1.773.830	1.298.775
Total		18.860.064	13.914.304

(a) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, as distribuidoras do Grupo efetuaram a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

NEOENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A tabela abaixo apresenta a composição da receita bruta de fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, desconsiderando a reclassificação pela disponibilidade da rede elétrica – consumidor cativo e região geográfica no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	2018				2017
	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Total	Total
Consumidores:					
Residencial	9.490.482	96.813	3.130.289	12.717.584	9.356.637
Industrial	1.636.223	31.461	1.017.224	2.684.908	1.908.304
Comercial	4.765.128	47.476	1.535.058	6.347.662	4.769.543
Rural	1.111.623	13.680	442.334	1.567.637	1.137.745
Poder público	1.020.718	6.696	216.518	1.243.932	981.403
Iluminação pública	653.229	6.401	206.956	866.586	626.369
Serviço público	634.008	9.552	308.858	952.418	630.244
Fornecimento não faturado	44.138	2.051	66.305	112.494	43.704
Total	19.355.549	214.130	6.923.542	26.493.221	19.453.949

b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pelas Companhias do Grupo.

c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Consolidado	
	2018	2017
Receita pela disponibilidade da rede elétrica -consumidor livre	1.420.870	831.706
Receita pela disponibilidade da rede elétrica -consumidor cativo *	12.034.533	9.132.453
Total	13.455.403	9.964.159

* Vide comentários nota (a), acima.

NEOENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

d) Valores a compensar / (repassar) da parcela A e outros itens financeiros

	Consolidado	
	2018	2017
CVA		
Energia	(334.655)	1.830.871
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	139.170	(448.582)
TUST	(5.864)	55.266
Neutralidade dos encargos setoriais	(100.603)	35.837
Outras CVA's	330.916	(157.404)
Outros itens financeiros		
Energia Eletronuclear	-	(42)
Exposição Financeira	-	82
Reversão RTE	-	1.533
Revisão Tarifária	587	21.398
Sobrecontratação	(15.528)	(188.823)
Risco Hidrológico	267.751	(277.911)
Efeito das recontabilizações	(19.392)	(40.701)
Recomposição Energia Termope	5.307	21.599
Ultrapassagem de Demanda/ Excedente Reativo	(85.626)	(21.011)
Ressarcimento P&D	(53.739)	-
Outros itens financeiros	(4.276)	203.555
Total	124.048	1.035.667

e) Outras receitas

	Consolidado	
	2018	2017
Renda da prestação de serviços	78.141	76.965
Arrendamentos e aluguéis	144.015	95.778
Serviço taxado	16.749	27.837
Taxa de iluminação pública	11.761	4.782
Administração de faturas de fraudes	4.425	3.300
Comissão serviços de terceiros	28.161	23.985
Multa infração consumidor	339	516
Valor de reposição estimado da concessão (*)	428.620	297.705
Ganho na Alienação de Materiais	-	423
Outras receitas	2.388	50.086
TOTAL	714.599	581.377

(*) Conforme mencionado na nota 15.1, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

NEOENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

f) Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Consolidado	
	2018	2017
Impostos e contribuições		
ICMS	(6.184.545)	(4.691.236)
PIS	(582.741)	(457.307)
COFINS	(2.683.679)	(2.112.500)
ISS	(15.060)	(14.122)
Encargos Setoriais		
Quota para reserva global de reversão – RGR	(1.443)	(1.594)
Conta de desenvolvimento energético – CDE	(2.204.196)	(1.314.006)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(97.763)	(76.709)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(39.105)	(30.839)
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(14.138)	(13.067)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	91.083	(50.948)
Encargos do consumidor - PROINFA	(48.881)	(34.987)
Encargos do Consumidor – CCRBT	(47.292)	(217.161)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica – TFSEE	(29.252)	(22.990)
Compensação financeira recursos hídricos - CFURH	(4.925)	(2.900)
Outros	-	(433)
Total	(11.861.937)	(9.040.799)

25.CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	2018	2017
<u>Energia comprada para revenda</u>		
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado – ACR	(5.046.050)	(3.563.258)
Energia adquirida contrato bilateral	(279.389)	(485.382)
Contratos por cotas de garantia física	(1.204.052)	(759.268)
Energia adquirida no ambiente livre - ACL	(2.571.888)	(2.063.195)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	(432.026)	(329.508)
Energia curto prazo – MRE	(17.860)	(16.383)
Energia curto prazo – PLD	(529.870)	(874.616)
PROINFA	(360.889)	(273.842)
Ressarcimento de energia	79.839	82.727
Créditos de PIS e COFINS	1.445.471	1.154.892
Custos Variáveis do MCP	(2.867.844)	(3.119.441)
Taxa CCEE	(1.238)	(549)
Total	(11.785.796)	(10.247.823)
<u>Encargos de uso dos sistema de transmissão e distribuição</u>		
Encargos de rede básica	(2.052.125)	(1.093.386)
Encargos de transporte de Itaipu	(37.871)	(24.461)
Encargos de conexão	(179.605)	(89.810)
Encargo de uso do sistema de distribuição	(46.420)	(25.352)
Encargo de serviço do sistema – ESS	(126.616)	(54.783)
Encargos de energia de reserva – EER	77.505	325.279
Créditos de PIS e COFINS	217.587	90.719
Total	(2.147.545)	(871.794)
Total de Custos com Energia Elétrica	(13.933.341)	(11.119.617)

NEOENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

26.CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais consolidadas têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/Despesas	2018			2017	
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(705.729)	(132.754)	(373.795)	(1.212.278)	(1.070.522)
Administradores	-	-	(52.981)	(52.981)	(30.553)
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(45)	(94)	(2.588)	(2.727)	(8.054)
Material	(120.077)	(1.059)	(23.780)	(144.916)	(105.605)
Combustível para produção de energia	(366.151)	-	-	(366.151)	(431.158)
Serviços de terceiros	(1.069.656)	(144.743)	(401.216)	(1.615.615)	(1.531.443)
Depreciação e amortização	(1.025.755)	(38)	(79.393)	(1.105.186)	(858.503)
Arrendamentos e aluguéis	(27.558)	(1.014)	(11.378)	(39.950)	(27.055)
Tributos	(4.857)	(494)	(13.793)	(19.144)	(17.630)
Provisões líquidas - contingências	(3.045)	-	(169.046)	(172.091)	(131.089)
Multas Regulatórias	(289)	-	(24)	(313)	(3.766)
Alienação/ Desativação de bens e direitos	-	-	(2.998)	(2.998)	1.332
Outras (despesas)/receitas operacionais	(107.685)	(25.776)	26.118	(107.343)	(79.268)
Total custos / despesas	(3.430.847)	(305.972)	(1.104.874)	(4.841.693)	(4.293.314)

(I) Custo e despesa de pessoal

Pessoal	2018	2017
Remunerações	(571.024)	(563.711)
Encargos sociais	(215.927)	(195.550)
Auxílio alimentação	(103.823)	(72.300)
Convênio assistencial e outros benefícios	(134.558)	(59.323)
Rescisões	(53.635)	(18.160)
Provisão para férias e 13º salário	(157.306)	(103.539)
Plano de saúde	(83.388)	(75.877)
Contencioso trabalhista	(113)	-
Participação nos resultados	(123.993)	(116.686)
Encerramento de ordem em curso	(2.042)	(2.057)
(-) Transferências para ordens	243.564	141.667
Outros	(10.034)	(4.986)
Total	(1.212.279)	(1.070.522)

(II) Depreciação e amortização

Pessoal	2018	2017
Quota de depreciação e amortização no exercício	(1.127.881)	(876.699)
Cota bens de renda	(153)	(163)
(-) Depreciação e Amortização transferida para ordens em curso	(30)	(10)
(-) Crédito PIS/COFINS	22.878	18.369
Depreciação e Amortização residual no resultado	(1.105.186)	(858.503)

NEOENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

(III) Outras (despesas)/receitas operacionais

Outras (despesas)/receitas Operacionais	2018	2017
Seguros	(30.990)	(23.550)
Doações e contribuições	(1.826)	(3.722)
Recuperação de despesa	26.795	71.291
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(7.545)	(7.965)
Despesas de viagem	(31.998)	(21.958)
Consumo próprio e energia elétrica	(26.781)	(25.185)
Propaganda e publicidade	(7.170)	(5.396)
Alimentação	(4.983)	(4.397)
Multas regulatórias (vide nota 4.6)	-	(56.902)
Multa por inadimplência	203.477	143.103
Perdas / alienação / desativação	(173.944)	(95.477)
Indenização danos elétricos	(8.418)	(9.769)
Eventos	(2.812)	(1.406)
Outros	(41.148)	(37.935)
Total	(107.343)	(79.268)

27.RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Renda de aplicações financeiras	43.504	22.866	310.478	214.995
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	-	-	202.361	124.545
Variações monetárias e cambial - Dívida	74.233	27.744	2.901.580	1.540.278
Variações monetárias e cambial - Outras receitas	-	-	8.288	19.403
Instrumentos financeiros derivativos	114.263	107.706	2.547.526	793.719
Atualização de depósitos judiciais	2.847	4.408	21.968	29.439
Atualização do ativo financeiro setorial	-	-	62.484	35.105
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(8.571)	(3.560)	(44.975)	(25.536)
Outras receitas financeiras	137.965	49.284	114.007	60.137
Total	364.241	208.448	6.123.717	2.792.085
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(64.374)	(118.754)	(1.100.364)	(878.286)
Variações monetárias e cambial - Dívida	(136.182)	(95.718)	(4.205.364)	(1.737.069)
Variações monetárias e cambial - Outras despesas	-	-	(34.756)	(47.792)
Instrumentos financeiros derivativos	(62.071)	(75.682)	(1.500.502)	(1.002.160)
Benefícios pós emprego e outros benefícios	-	-	(94.439)	(91.692)
IOF	(2.722)	-	(23.715)	(31.614)
Encargos P&D/PEE	-	-	(15.692)	(22.384)
Atualização do passivo financeiro setorial	-	-	-	(17.809)
Atualização provisão para contingências	(58)	(3.304)	(123.363)	(121.721)
Outras despesas financeiras	(71.502)	(132.593)	(194.488)	(235.822)
Total	(336.909)	(426.051)	(7.292.683)	(4.186.349)
Resultado financeiro líquido	27.332	(217.603)	(1.168.966)	(1.394.264)
Resumo das variações monetárias e cambiais				
Empréstimos, financiamentos e debentures	(61.948)	(67.974)	(1.303.785)	(196.791)
Outros	-	-	(29.462)	(28.389)
Total líquido (a)	(61.948)	(67.974)	(1.333.247)	(225.180)

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

28.SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

		Controladora				
		Ativo / Passivo		Receita / (Despesa)		
		2018	2017	2018	2017	Vencimento
Serviços Administrativos						
COELBA	(a)/(b)/(c)	(36.912)	(15.477)	42.649	7.740	2020
CELPE	(a)/(b)	(32.352)	(21.731)	40.181	8.085	2020
COSERN	(a)/(b)	(12.030)	(4.705)	12.128	1.860	2020
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a)/(b)	(425)	(1.935)	5.164	3.033	2020
TERMOPERNAMBUCO S/A	(b)	(9.842)	(8.466)	18.574	8.466	2019
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(b)	-	-	19	-	2018
NC ENERGIA S.A.	(a)/(b)	(367)	-	1.855	1.150	2020
ENERBRASIL	(d)	(2.163)	(601)	-	-	2019
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	(a)/(b)	184	-	361	355	2020
ELEKTRO REDES	(b)	(2.908)	-	9.809	-	2019
PREVI	(d)	(151.464)	(151.464)	-	-	Indeterminado
IBERDROLA ENERGIA	(e)/(f)	(44.178)	(23.739)	(44.178)	(104.955)	2018
IBERDROLA GENERACION	(g)	(2.400)	-	(2.400)	-	2018
		(294.857)	(228.118)	84.162	(74.266)	
Dividendos e JSCP						
COELBA	(h)	157.898	223.678	-	-	2019
CELPE	(h)	-	57.132	-	-	2019
COSERN	(h)	20.607	19	-	-	2019
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(h)	8.691	-	-	-	2019
TERMOPERNAMBUCO S/A	(h)	15.300	4.747	-	-	2019
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(h)	6.789	24.729	-	-	2019
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A	(h)	1.026	3.285	-	-	2019
SE NARANDIBA S.A.	(h)	25.529	22.013	-	-	2019
NC ENERGIA S.A.	(h)	89.751	33.294	-	-	2019
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(h)	11.998	10.706	-	-	2019
NEOENERGIA SERVIÇOS LTDA	(h)	282	(688)	-	-	2019
GERAÇÃO CIII S.A.	(h)	14.987	36.584	-	-	2019
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	(h)	437	437	-	-	2019
FORÇA EÓLICA DO BRASIL I S/A	(h)	8.808	10.566	-	-	2019
FORÇA EÓLICA DO BRASIL II S/A	(h)	5.960	11.138	-	-	2019
ELEKTRO REDES	(h)	115.212	-	-	-	2019
ELEKTRO RENOVÁVEIS	(h)	66.698	11.908	-	-	2019
ELEKTRO COMERCIALIZADORA	(h)	3.434	3.083	-	-	2019
PREVI	(h)	(138.758)	(37.997)	-	-	2019
BANCO DO BRASIL	(h)	(28.846)	(9.293)	-	-	2019
IBERDROLA ENERGIA	(h)	(161.884)	(52.154)	-	-	2019
		223.919	353.187	-	-	
Empréstimos, Aplicação Financeira e Contrato de Mútuo						
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(j)	-	(141.899)	(3.297)	(13.294)	2018
ELEKTRO RENOVÁVEIS	(j)	-	54.857	2.994	1.338	2019
BANCO DO BRASIL	(k)	63.770	85.902	5.019	4.205	2019
EKTT 15-A SERVICOS DE TRANSMISSAO	(l)	2.635	-	-	-	2019
		66.405	(1.140)	4.716	(7.751)	
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)						
COELBA		-	850.000	-	-	2018
GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.	(m)	47.707	70.050	-	-	2019
		47.707	920.050	-	-	

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

- Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- Contrato celebrado com as controladas Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi, Termope, Afluente T, NC e Elektro para prestação de garantia corporativa onde a Neoenergia é avalista de instrumentos financeiros com cobrança de fee por Aval com vencimento até 2019.
- Contrato de cessão de crédito com a controlada Coelba em função da compensação do prejuízo fiscal do débito da PGFN e do PRORELIT de débitos com a Receita Federal do Brasil.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- (d) Obrigação com a PREVI, conforme descrito na nota 22.
- (e) Serviços prestados pela Iberdrola Energia relacionados a recursos humanos, informática (hardware e softwares), compras, financeiro, regulatório, controle, infra-estrutura, entre outros, com o objetivo de maximizar a eficiência operacional das unidades da Iberdrola em diferentes locais, compartilhando as melhores práticas por meio da prestação de serviços.
- (f) Juros referente ao contrato com a Iberdrola Energia, decorrente da venda das ações da Coelba e Cosern, convertidas em capital em dezembro de 2017, conforme nota 23
- (g) Contrato de Prestação de serviço de Engenharia Iberdrola Generacion.
- (h) Dividendos e Juros sobre capital próprio a serem pagos ou recebidos pela Neoenergia.
- (i) Contrato de mútuo firmado com a Itapebi que foi liquidado em 2018.
- (j) Contrato de mútuo firmado com a Elektro Renováveis que foi liquidado em 2018.
- (k) Contrato de aplicação em Fundos de Investimentos em Renda Fixa – BB POLO 28 .
- (l) Contrato de mútuo firmado com a EKT 15 A Serviços de Transmissão.
- (m) Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital, junto a sua Controlada Céu Azul.

Consolidado						
		Ativo / Passivo		Receita / (Despesa)		Vencimento
		2018	2017	2018	2017	
Receita/ (Compra) de Energia Elétrica						
NORTE ENERGIA S.A.	(a)	(97.785)	(62.113)	(812.767)	(506.317)	2044
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a)	(7.525)	(7.281)	(61.952)	(60.239)	2040
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELESPIRES	(a)	(27.533)	(37.713)	(282.363)	(364.819)	2044
		(132.843)	(107.107)	(1.157.082)	(931.375)	
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)						
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a)	3	6	4	48	2043
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELESPIRES	(a)	36	79	37	511	2046
		39	85	41	559	
Serviços Administrativos						
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(b)	-	-	7.828	7.292	2020
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELESPIRES	(c)	-	-	777	-	2018
CELPOS / FAELBA / FASERN	(d)	(51.152)	(66.277)	(45.217)	(41.241)	Indeterminado
PREVI	(e)	(151.464)	(151.464)	-	-	Indeterminado
BANCO DO BRASIL	(f)	-	-	(11.499)	(8.401)	2018
IBERDROLA ENERGIA	(g)/(h)	(44.178)	(23.739)	(44.178)	(104.955)	2023
IBERDROLA RENOVABLES	(g)	(9.262)	(11.635)	-	-	Indeterminado
IBERDROLA GENERACION	(i)	(2.400)	(24.447)	(2.400)	(6.637)	2019
		(258.456)	(277.562)	(94.689)	(153.942)	
Dividendos e JSCP						
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(j)	11.998	10.706	-	-	2019
ENERGÉTICA CORUMBA III S.A.	(j)	830	404	-	-	2019
OUTROS MINORITÁRIOS	(j)	(8.335)	(11.377)	-	-	2019
PREVI	(j)	(143.434)	(37.997)	-	-	2019
BANCO DO BRASIL	(j)	(28.846)	(9.293)	-	-	2019
IBERDROLA ENERGIA	(j)	(161.884)	(52.154)	-	-	2019
		(329.671)	(99.711)	-	-	
Empréstimos, Aplicação Financeira e Contrato de Mútuo						
BANCO DO BRASIL	(k)/(l)	(288.564)	(614.258)	(52.495)	(123.630)	2021 e 2030
		(288.564)	(614.258)	(52.495)	(123.630)	

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

- (a) Contratos de fornecimento de energia elétrica, contratos de uso do sistema de transmissão (CUST), Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR) e Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT) firmados entre as Companhias do Grupo. Os principais contratos estão detalhados abaixo:
 - (i) Norte Energia S.A.: contratos de compra de energia firmados pela Coelba, Cosern, Celpe e Elektro Redes, por meio de leilões regulados (e preços administrados), com prazo de fornecimento entre 2015-2044.
 - (ii) Águas da Pedra: contratos de compra de energia firmados pela Coelba, Cosern, Celpe e Elektro Redes, por meio de leilões regulados (e preços administrados), com prazo de fornecimento entre 2011 e 2040.
 - (iii) Teles Pires: contratos de compra de energia firmados pela Coelba, Cosern, Celpe e Elektro Redes, por meio de leilões regulados (e preços administrados), com prazo de fornecimento entre 2015-2044. Adicionalmente, existem contratos de compra de energia firmados pela NC Comercializadora no mercado livre, com início do fornecimento em 2018 e atingindo 2036.
- (b) Serviços prestados pela Neonergia O&M à Águas da Pedra, relacionados a serviços de operação e manutenção, de 2016 a 2020, com preços ajustados pela inflação.
- (c) Serviços prestados pela Neoserv à Teles Pires: serviços transacionais e contábeis, elaboração de relatórios periódicos aos órgãos reguladores, acompanhamento de auditorias externas, elaboração de demonstrações financeiras trimestrais e anuais, além de serviços tributários, de 2018 a 2020, sendo os preços ajustado pela inflação.
- (d) Contribuições das controladas Coelba, Celpe e Cosern para os fundos previdenciários dos funcionários ativos, conforme detalhado na nota 33.
- (e) Obrigação com a PREVI, conforme descrito na nota 22.
- (f) Contrato de serviço de cobrança das contas de energia elétrica da Elektro Redes, com preços corrigidos pelo IPCA.
- (g) Contrato de serviços administrativos, ambos os contratos seguem a mesma metodologia de precificação (custo mais margem) e os contratos são automaticamente renovados:
 - (i) Iberdrola Energia: Serviços prestados pela Iberdrola Energia relacionados a recursos humanos, informática (hardware e softwares), compras, financeiro, regulatório, controle, infra-estrutura, entre outros, com o objetivo de maximizar a eficiência operacional das unidades da Iberdrola em diferentes locais, compartilhando as melhores práticas por meio da prestação de serviços.
 - (ii) Iberdrola Renovables: Serviços prestados pela Iberdrola Renovables relacionados à gestão, promoção, construção e operação dos parques eólicos no Brasil.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- (h) Juros referente ao contrato com a Iberdrola Energia, decorrente da venda das ações da Coelba e Cosern, convertidas em capital em dezembro de 2017, conforme nota 23.
- (i) Contrato de prestação de serviço de operação e manutenção (em moeda estrangeira) engenharia entre a Termope e Iberdrola Generacion, com reajuste anual com base na variação do IGP-M.
- (j) Dividendos e Juros sobre capital próprio a serem pagos ou recebidos pela Neoenergia.
- (k) Encargos financeiros sobre contratos de empréstimo das controladas obtidos junto ao Banco do Brasil S.A, controlador do acionista BB – Banco de investimento S.A. (que é acionista da Neoenergia), para fins de financiamento de capital de giro (Coelba, Cosern e Celpe, ao custo de CDI mais spread, vencendo até 2021) e financiamento de investimentos (parques eólicos, a um custo de TJLP mais spread, com vencimento até 2030).
- (l) As controladas mantêm fundos de investimento no BB – Banco de Investimentos S.A. (BB Polo 28 e BB Amplo, conforme nota 8, sujeitos a taxas de mercado e alta liquidez.

28.1 Remuneração da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 36.103 (R\$ 12.842 em 31 de dezembro de 2017) para a controladora e de R\$ 17.088 (R\$ 36.659 em 31 de dezembro de 2017) para as controladas e referem-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos nestes montantes os itens abaixo:

Composição da Remuneração da administração	Controladora		Controladas	
	2018	2017	2018	2017
Remuneração recorrente	9.298	6.278	10.404	16.616
Benefícios de Curto Prazo	13.965	5.186	3.917	10.383
Benefícios de Longo Prazo	12.573	1.378	557	7.854
Rescisões contratuais	267	-	2.211	1.806
Total	36.103	12.842	17.089	36.659

Observado o regime de caixa, as AGOs realizadas entre março e abril de 2018 aprovaram o montante de até R\$ 38.740 para a controladora e R\$ 30.934 para as controladas de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2018. Até dezembro, o montante pago foi de R\$ 29.807 (R\$ 10.049 em 31 de dezembro de 2017) para a controladora e de R\$ 26.217 (R\$ 22.967 em 31 de dezembro de 2017) para as controladas, incluídos neste montante os itens abaixo:

Composição da Remuneração da administração	Controladora		Controladas	
	2018	2017	2018	2017
Remuneração recorrente	18.818	6.518	12.258	13.700
Benefícios de Curto Prazo	4.898	2.863	4.964	5.625
Benefícios de Longo Prazo	5.824	668	7.346	1.838
Rescisões contratuais	267	-	1.650	1.804
Total	29.807	10.049	26.218	22.967

Adicionalmente a Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseado em ações destinado aos seus empregados e/ou administradores.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

29.GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas internas

A gestão dos riscos financeiros do Grupo segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio de pagamento.

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

O Grupo está exposto a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

b) Gestão de risco de mercado

Risco cambial

O Grupo, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2018, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira.

As estratégias de *hedge* cambial são descritas no item e) 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos'.

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, o Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas no item e) 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos'.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade do Grupo não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez do Grupo, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2018, o Grupo mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 3.933.675, sendo R\$ 2.930.841 em fundos exclusivos e R\$ 1.002.834 em outros ativos.

Adicionalmente, o Grupo mantinha em 31 de dezembro de 2018 um volume de R\$ 800.000 em *standby credit facilities* para suas Companhias junto a instituições financeiras como estratégia de liquidez.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis do Grupo, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual e utiliza para projeção do endividamento do Grupo vigente em 31 de dezembro de 2018, as curvas *futuras* de mercado para os indexadores e moedas.

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2019	2020	2021	2022	2023	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	12.305.718	16.211.616	2.493.076	4.162.914	2.665.893	2.594.129	1.083.406	3.212.198
Debêntures	8.750.374	12.034.208	1.342.423	1.837.578	1.652.279	2.365.624	2.883.874	1.952.430
Fornecedores	2.760.463	2.262.607	2.149.642	-	-	-	-	112.965
Passivos financeiros derivativos								
Swap cambial e de taxa de juros	(1.098.894)	(1.605.493)	2.734	(434.387)	(239.054)	(295.595)	(111.057)	(528.134)
Non-deliverable Forwards (NDF)	(24.488)	(24.488)	(19.995)	(4.713)	220	-	-	-
Opções	(2.576)	(2.576)	(1.061)	(1.515)	-	-	-	-

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade do Grupo incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais nos negócios de distribuição, transmissão, geração e comercialização.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, o Grupo segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais o Grupo possui operações em aberto.

O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2018.

Ratings de longo prazo em escala nacional¹	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	Aa1		AA
BNP Paribas		AAA	
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank		AAA	AAA
Goldman Sachs			AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	
Morgan Stanley		AAA	
MUFG		AAA	
Votorantim	Aa3	AAA	

^[1] Bank of America, HSBC, JP Morgan, Sumitomo e Scotiabank possuem ratings apenas em escala global

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros consolidados pelo Grupo. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2018	2017
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	293.680	183.182
Títulos e valores mobiliários	131.320	19.698
Contas a receber de clientes e outros	6.488.961	6.296.426
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	846.668	726.423
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	3.639.995	3.673.252
Concessão do Serviço Público – Indenização	9.255.797	7.559.909

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos.

O Grupo possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, de juros e de índices de preços. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-deliverable Forwards* (NDF) e opções de câmbio.

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente

(i) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, o Grupo contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, o Grupo assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

<u>Swap US\$ pós vs R\$ pós</u>	Valor de referência		<u>Vencimento (Ano)</u>	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2018	2017		2018	2017	2018
Empresa						
Ativo	\$ 744.776	US\$ 901.401	2018 - 2029	2.928.163	3.580.508	
Passivo	R\$ 2.430.231	R\$ 2.900.736		(2.431.335)	(2.900.473)	
Risco de				(806)	1.689	
Crédito Líquido				<u>496.022</u>	<u>681.724</u>	<u>(185.702)</u>

<u>Swap US\$ pré vs R\$ pós</u>	Valor de referência		<u>Vencimento (Ano)</u>	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2018	2017		2018	2017	2018
Empresa						
Ativo	\$ 910.581	USD 677.161	2018 - 2021	3.510.967	1.906.977	
Passivo	R\$ 2.981.557	R\$ 1.802.736		(3.025.869)	(1.803.400)	
Risco de				296	632	
Crédito Líquido				<u>485.394</u>	<u>104.209</u>	<u>381.185</u>

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

(ii) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, o Grupo contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, o Grupo assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor).

<u>Swap EUR \$ pré vs R\$ pós</u>	Valor de referência		<u>Vencimento (Ano)</u>	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2018	2017		2018	2017	2018
Empresa						
Ativo	79.814 €	75.849 €		374.207	300.240	
Passivo	R\$ 356.547	R\$ 235.682	2026	(371.423)	(235.682)	
Risco de				(3)	256	
Crédito Líquido				<u>2.781</u>	<u>64.814</u>	<u>(62.033)</u>

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

(iii) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, o Grupo pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

<u>Swap IPCA vs CDI</u>	Valor de referência		<u>Vencimento (Ano)</u>	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2018	2017		2018	2017	2018
Empresa						
Ativo	R\$ 505.869	R\$ 388.890		848.962	429.941	
Passivo	R\$ 735.892	R\$ 348.241	2021 - 2025	(734.290)	(348.241)	
Risco de				16	374	
Crédito Líquido				<u>114.688</u>	<u>82.074</u>	<u>32.614</u>

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

(iv) Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, O Grupo pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
<u>NDF</u>	2018	2017		2018	2017	2018
Desembolso USD						
Empresa						
Termo	\$119.707	\$ 35.866	2021	27.744	3.007	-
Líquido				27.744	3.007	24.737
	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
<u>Opções</u>	2018	2017		2018	2017	2018
Empresa						
Compra de Call	R\$ 4.519	-	2018 a 2020	2.176	-	-
Venda de Put	-	-		410	-	-
Líquido				2.586	-	2.586

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

(v) Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, o Grupo pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
<u>NDF</u>	2018	2017		2018	2017	2018
Desembolso EUR						
Empresa						
Termo	€45.855	€ 23.928	2021	(2.791)	1.329	
Líquido				(2.791)	1.329	(4.120)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

(vi) Programa de *hedge* para desembolsos em Coroa sueca

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, o Grupo pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados a Coroa Sueca.

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2018	2017		2018	2017	2018
Desembolso SEK						
Empresa						
Termo	SEK127.388	SEK 23.928	2021	(466)		
Líquido				(466)	-	(466)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

Tratamento contábil dos instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue:

- (i) *Hedge* de valor justo: o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado.
- (ii) *Hedge* de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) quando o item protegido for efetivamente realizado.

O Grupo documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo de gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. O Grupo também documenta, tanto no início quanto de forma contínua, sua avaliação de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

Instrumentos financeiros derivativos que não são designados como *hedge accounting* são qualificados como *hedge* econômico, e variações no seu valor justo são contabilizadas integralmente no resultado

f) Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado ao final do período.

- Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

- Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos o Grupo entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	3,875	(6.426.048)	-	(1.605.107)	(3.212.245)
Swap Ponta Ativa em Dólar		Queda do Dólar		<u>6.439.137</u>	-	<u>1.609.756</u>	<u>3.219.511</u>
Exposição Líquida				13.089	-	4.649	7.266
Dívida em Euro	Euro(€)	Alta do Euro	4,439	(354.076)	-	(88.261)	(176.780)
Swap Ponta Ativa em Euro		Queda do Euro		<u>374.200</u>	-	<u>93.552</u>	<u>187.104</u>
Exposição Líquida				20.124	-	5.291	10.324
Collar	Dólar(\$)	Queda do Dólar	3,954	2.586	-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em USD				-	-	(1.771)	(4.824)
Exposição Líquida					-	(1.771)	(4.824)
NDF	Dólar(\$)		3,875	27.743	-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em USD		Queda do Dólar		-	-	(109.418)	(218.839)
Exposição Líquida					-	(109.418)	(218.839)
NDF	Euro(€)		4,439	(2.789)	-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em USD		Queda do Euro		-	-	(50.309)	(100.622)
Exposição Líquida					-	(50.309)	(100.622)
NDF	SEK	Queda da Coroa Sueca	0,434	(467)	-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em USD				-	-	(13.770)	(27.541)
Exposição Líquida					-	(13.770)	(27.541)

NEOENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado do Grupo no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

R\$ Mil							
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,4%	3.848.974	242.870	(60.292)	(120.837)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	6,4%	(6.833.477)	(409.516)	(241.203)	(343.210)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	6,4%	(5.921.298)	(378.890)	(94.561)	(189.061)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	2,9%	(2.668.599)	(232.701)	(19.747)	(39.495)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	2,9%	971.571	81.163	6.720	13.439
Dívida em LIBOR 3M	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	2,8%	(1.599.919)	(38.149)	(8.221)	(16.442)
Swaps Libor 3M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	2,8%	1.419.336	39.079	8.099	16.196
Dívida em LIBOR 6M	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	2,9%	(1.095.219)	(31.800)	(7.475)	(14.949)
Swaps Libor 6M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	2,9%	1.094.083	33.225	7.747	15.494
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	6,4%	(687.231)	(66.261)	(8.792)	(17.574)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,0%	(3.188.767)	(262.905)	(51.409)	(102.819)
Dívida em IGP-M	IGP-M	Alta do IGP-M	7,0%	(221.801)	(20.680)	(3.898)	(7.796)

30. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, o Grupo utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos do Grupo possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

Nível 3 – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Nível (*)	2018		2017	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurados pelo custo amortizado		7.707.072	7.707.072	6.646.217	6.646.217
Caixa e equivalentes de caixa		293.680	293.680	183.182	183.182
Títulos e valores mobiliários	2	131.320	131.320	19.698	19.698
Contas a receber de clientes e outros	2	5.489.437	5.489.437	5.293.745	5.293.745
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	3	760.746	760.746	423.169	423.169
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	3	1.031.889	1.031.889	726.423	726.423
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		13.891.553	13.891.553	12.222.459	12.222.459
Caixa e equivalentes de caixa		3.639.995	3.639.995	3.673.252	3.673.252
Contas a receber de clientes e outros*	3	15.193	15.193	-	-
Swap de taxa de juros e cambial	2	980.568	980.568	976.659	976.659
Concessão do Serviço Público - Indenização	3	9.255.797	9.255.797	7.572.548	7.572.548
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		173.573	173.573	11	11
Non-deliverable forwards (NDF)	2	25.010	25.010	11	11
Opções	2	2.598	2.598	-	-
Swap de taxa de juros e cambial	2	145.965	145.965		
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		16.450.106	16.450.106	14.435.533	14.412.693
Fornecedores		2.760.463	2.760.463	3.321.569	3.321.569
Empréstimos e financiamentos	2	5.525.592	5.525.592	6.233.763	6.225.285
Debêntures	2	7.923.385	7.923.385	4.826.390	4.812.028
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)	2	55.445	55.445	53.811	53.811
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	3	185.221	185.221	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		7.617.091	7.617.091	7.297.918	7.300.033
Empréstimos e financiamentos	2	6.780.126	6.780.126	7.005.399	7.005.399
Debêntures	2	826.989	826.989	248.686	250.801
Swap de taxa de juros e cambial	2	9.976	9.976	43.833	43.833
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		18.207	18.207	4.344	4.344
Non-deliverable forwards (NDF)	2	523	523	4.344	4.344
Opções	2	12	12	-	-
Swap de taxa de juros e cambial	2	17.672	17.672		

(*) Refere-se aos contratos da carteira de comercialização de energia da controlada NC Energia que são contabilizados como derivativos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 48 (IFRS 9).

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A movimentação nos ativos de nível 3 e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$428.620 (R\$297.705 em 31 de dezembro de 2017).

Métodos e técnicas de avaliação

O Grupo entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso o Grupo entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

i) Concessão do serviço público

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais.

ii) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, o Grupo entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo o Grupo mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

Em virtude da reavaliação na metodologia para cálculo do MTM do Grupo Neoenergia, implementada em 2018, o valor presente passou a ser calculado por meio da utilização das curvas de 100% do cupom cambial para a ponta ativa e de 100% do DI futuro da BM&F para a ponta passiva. Até 31 de dezembro de 2017 era utilizada para esse cálculo uma taxa baseada no custo do

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

CDI no início de cada operação. Essa mudança de estimativa contábil não produziu impacto relevante no período e o mesmo comportamento é esperado para períodos subsequentes.

No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva são estimados através do desconto dos fluxos de caixa futuro. A diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* gera seu valor justo.

31. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

O Grupo possui quatro divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis baseados na estrutura interna de gestão operacional e pela Administração. Esta gestão é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de Redes, Liberalizado, Renováveis e Outros.

A Iberdrola, acionista controlador do Grupo Neoenergia, utiliza esse mesmo agrupamento na gestão diária de seus negócios, em suas apresentações internas e externas de resultados financeiros, na análise do desempenho operacional, tendo uma estrutura diretiva corporativa responsável por cada uma dessas linhas de negócio em cada país que opera, reportando matricialmente à Espanha. Há, entretanto, uma gama de atividades de suporte, como por exemplo, financiamento, gerenciamento de caixa, gestão tributária, que não são atribuíveis a cada linha de negócio, e que, portanto, não são alocados.

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado.

NEOENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A seguir apresentaremos a estrutura utilizada em 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalhados por Companhia:

Informações por segmento de 31 de dezembro de 2018 e 2017	
Redes	Coelba Celpe Cosern Elektro Afluente T Narandiba Potiguar Sul EKTT 1 EKTT 2 EKTT 12 EKTT 13 EKTT 14 EKTT 15 Neoserv
Liberalizado	Termope NC Energia EKCE Neoinvest Elektro O&M
Renováveis	Itapebi Baguari Geração CIII Geração Céu Azul Bahia PCH II Belo Monte Neoenergia O&M Calango 1 Calango 2 Calango 3 Calango 4 Calango 5 Calango 6 Mel 2 Arizona 1 Caetité 1 Caetité 2 Caetité 3 Força Eólica do Brasil Força Eólica Participações Força Eólica do Brasil 1 Força Eólica do Brasil 2 Elektro Renováveis do Brasil Lagoa 1 Lagoa 2 Canoas 1 Santana 1 Santana 2 Enerbrasil Chafariz 1 Chafariz 2 Chafariz 3 Chafariz 6 Chafariz 7 Lagoa 3 Lagoa 4 Canoas 2 Canoas 4
Outros	Neoenergia

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia:

Informações sobre segmentos reportáveis

	Redes		Liberalizado		Renováveis		Outros		Ajustes de Consolidação		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
	(Reapresentado)											
Receitas terceiros	23.683.342	18.241.500	2.040.964	1.955.488	229.353	306.617	-	4.465	-	-	25.953.659	20.508.070
Receita intersegmentos	44.742	39.537	1.500.438	1.633.354	816.643	516.734	3.808	4.525	-	-	2.365.631	2.194.150
Eliminações	(44.742)	(39.537)	(1.500.438)	(1.633.354)	(816.643)	(516.734)	(3.808)	(4.525)	-	-	(2.365.631)	(2.194.150)
Receita líquida	23.683.342	18.241.500	2.040.964	1.955.488	229.353	306.617	-	4.465	-	-	25.953.659	20.508.070
Resultado Bruto	4.150.122	2.739.097	396.613	429.292	526.028	440.965	3.110	8.996	-	-	5.075.873	3.618.350
Depreciação e amortização	(924.760)	(729.235)	(45.859)	(45.729)	(131.416)	(80.389)	(3.151)	(3.150)	-	-	(1.105.186)	(858.503)
Amortização de mais valia	(174)	-	(165)	-	(3.337)	(300)	(173.385)	(112.085)	-	-	(177.061)	(112.385)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	122.850	(20.115)	(66.530)	(72.581)	-	-	56.320	(92.696)
Receitas financeiras	5.568.391	2.387.652	106.337	104.380	214.674	132.398	234.315	167.655	-	-	6.123.717	2.792.085
Despesas financeiras	(6.374.009)	(3.272.453)	(234.153)	(254.535)	(350.009)	(213.974)	(333.730)	(426.057)	(782)	(19.127)	(7.292.683)	(4.186.349)
Imposto de Renda e CSLL – corrente e diferido	(418.234)	(129.385)	(55.588)	(65.268)	(55.731)	(67.521)	22.318	(22.321)	266	6.503	(506.969)	(277.992)
Lucro Líquido	1.483.038	637.531	146.959	143.567	316.651	193.469	(352.181)	(510.414)	(516)	(12.624)	1.593.951	451.529
Ativos dos segmentos reportáveis	29.663.620	25.977.560	1.200.269	1.313.826	5.392.282	4.945.761	77.040	75.286	-	-	36.333.211	32.312.433
Investimentos (*)	3.602.647	3.150.301	75.332	37.574	391.939	814.665	1.549	1.218	-	-	4.071.467	4.003.758
Passivos dos segmentos reportáveis	4.233.373	4.473.559	267.100	368.705	389.052	382.810	70.200	55.586	-	(6.195)	4.959.725	5.274.465

¹ No segmento de redes, na rubrica de investimentos, o montante de R\$ 4.824 anteriormente classificado como adições foi classificado como adoção do saldo inicial na movimentação do ativo contratual referente as transmissoras em construção.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Conciliação das informações sobre segmentos reportáveis

	Consolidado	
	2018	2017
(a) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		
Total do lucro antes dos impostos dos segmentos reportáveis		
Montantes não alocados:	2.100.920	729.521
Outras despesas		
Lucro consolidado antes do imposto de renda e contribuição social	2.100.920	729.521
	Consolidado	
	2018	2017
(b) Ativos		
Ativo dos segmentos reportáveis	36.333.211	32.312.433
Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	5.219.136	4.852.802
Impostos e contribuições a recuperar	1.182.157	919.476
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	12.828	11.110
Impostos e contribuições sociais diferidos	1.031.035	1.303.799
Investimentos	2.418.124	2.252.440
Outros ativos circulantes e não circulantes	367.987	493.709
Total Ativo	46.564.478	42.145.769
(c) Passivos		
Passivos dos segmentos reportáveis	4.959.725	5.274.465
Empréstimos e financiamentos, Debêntures e Instrumentos financeiros derivativos	21.084.275	18.362.415
Salários e encargos a pagar	269.609	294.378
Taxas regulamentares	453.117	618.848
Impostos e Contribuições a recolher	832.871	881.686
Dividendos e Juros sobre capital próprio	342.499	110.821
Impostos e contribuições sociais diferidos	116.544	136.510
Outros passivos circulantes e não circulantes	929.043	858.292
Total Passivo	28.987.683	26.537.415

32.COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

	Vigência	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024
Coelba	2020 a 2030	3.923.263	4.269.791	4.557.444	4.904.268	5.254.528	40.906.272
Celpe	2020 a 2030	3.012.522	3.176.726	3.356.606	3.551.471	3.498.607	26.151.573
Cosern	2020 a 2030	1.129.836	1.202.651	1.274.236	1.326.384	1.413.476	10.909.551
Elektro	2020 a 2028	2.445.902	2.591.615	2.775.149	2.991.955	3.157.658	14.677.377
NC Energia	2020 a 2030	1.487.284	842.064	695.869	360.853	217.056	1.130.825

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

As distribuidoras do grupo efetuaram uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A Neoenergia é avalista e garantidora de empréstimos, financiamentos e debêntures de suas controladas e coligadas.

33. BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO, PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS

a) Coelba

A Coelba é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar – FAELBA, mantenedora dos planos previdenciários: Plano de Benefícios Previdenciários nº 2 – Plano BD e Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 (FAELFLEX) – Plano CD.

O Plano de Benefícios Previdenciários nº 2 – é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

O Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 – FAELFLEX, com características de contribuição definida, contempla renda de aposentadoria programada e benefícios de pecúlio por morte e por invalidez. Foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos. Por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. O FAELFLEX ainda confere aos participantes, benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente, ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Devido a essa peculiaridade, o FAELFLEX também é escopo de cálculos atuariais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Coelba contratou junto à seguradora AXA a cobertura dos riscos relacionados a estes benefícios, o que permitiu a liquidação da obrigação atuarial que vinha sendo reconhecida. A apólice de seguro tem vigência de um ano, de 01/01/2019 a 31/12/2019, e durante a vigência cobre a totalidade dos riscos relacionados à recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente. A partir de 2019 e nos anos subsequentes a Coelba pretende renovar anualmente esta apólice, de acordo com a nova política adotada pelo grupo.

Plano de Saúde Pós Emprego

A Companhia mantém um Seguro Coletivo Empresarial para cobertura de Despesas de Assistência Médico-Hospitalar e de Assistência Odontológica para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais.

As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice.

As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas pela inflação (INPC).

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

b) Cosern

A Cosern é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados.

O Plano BD (Benefício Definido) é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde março/1999. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

O Plano de Benefícios Previdenciários nº001 - Plano CD com características de contribuição definida contempla renda de aposentadoria programada e benefícios de pecúlio por morte e por invalidez. Foi implantado em 1999, com adesão de mais de 99% dos participantes ativos. Por sua característica de poupança individual, não apresenta *déficit* ou *superávit* já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. O Plano CD ainda confere aos participantes, benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente, ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Devido a essa peculiaridade, o Plano CD também é escopo de cálculos atuariais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Cosern contratou junto à seguradora AXA a cobertura dos riscos relacionados a estes benefícios, o que permitiu a liquidação da obrigação atuarial que vinha sendo reconhecida. A apólice de seguro tem vigência de um ano, de 01/01/2019 a 31/12/2019, e durante a vigência cobre a totalidade dos riscos relacionados à recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente. A partir de 2019 e nos anos subsequentes a Cosern pretende renovar anualmente esta apólice, de acordo com a nova política adotada pelo grupo.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes) destinam-se à constituição de reservas para cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, e são acumuladas desde sua admissão nos planos. No Plano de Benefícios Previdenciários da FASERN – Regulamento 001 (Benefício Definido) eventuais insuficiências serão de corresponsabilidade da Companhia.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

c) Celpe

A Celpe é patrocinadora da Fundação CELPE de Seguridade Social – CELPOS, mantenedora dos planos previdenciários: Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano Misto I de Benefícios – Plano CD.

O Plano BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 31 de janeiro de 2006. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

O Plano Misto I de Benefícios – Plano CD com características de contribuição definida, contempla renda de aposentadoria programada e benefícios de pecúlio por morte e por invalidez. Foi

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

implantado em 2006, com adesão de aproximadamente 22% dos participantes ativos. Por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. O Plano CD ainda confere aos participantes, benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente, ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Devido a essa peculiaridade, o Plano CD também é escopo de cálculos atuariais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Celpe contratou junto à seguradora AXA a cobertura dos riscos relacionados a estes benefícios, o que permitiu a liquidação da obrigação atuarial que vinha sendo reconhecida. A apólice de seguro tem vigência de um ano, de 01/01/2019 a 31/12/2019, e durante a vigência cobre a totalidade dos riscos relacionados à recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente. A partir de 2019 e nos anos subsequentes a Celpe pretende renovar anualmente esta apólice, de acordo com a nova política adotada pelo grupo.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a CELPOS, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores reconhecidos no passivo estão apresentados da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	2018	2017	2018	2017
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	18.413	17.788	73.413	88.614
	18.413	17.788	73.413	88.614
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	87.290	113.171
Desligados PDV	-	(30)	-	(25)
	-	(30)	87.290	113.146
	18.413	17.758	160.703	201.760

d) Elektro Redes

A Elektro Redes é patrocinadora da Fundação CESP de Previdência Complementar – FUNCESP mantenedora dos planos previdenciários:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram adquiriram o direito de receber o benefício saldado (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano anterior, podendo destinar este recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro.

Contribuições pagas ou provisionadas

As contribuições pagas ou provisionadas pelas Distribuidoras do Grupo para o exercício foram as seguintes:

	2018				2017			
	FAELBA	FASERN	CELPOS	FUNCESP	FAELBA	FASERN	CELPOS	FUNCESP
Custo do Intangível em Curso	(2.360)	(585)	(1.262)	-	(2.017)	(396)	(2.354)	-
Despesas Operacionais	(12.440)	(3.533)	(6.436)	(2.997)	(15.927)	(4.279)	(20.831)	(5.796)
Total	(14.800)	(4.118)	(7.698)	(2.997)	(17.944)	(4.675)	(23.185)	(5.796)

Deliberação CVM nº 695 – CPC 33 – Benefícios a empregados

A Deliberação CVM 695/12 de 13 de dezembro de 2012, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro. Os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O parecer atuarial, emitido por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pela FAELBA e do plano de saúde, em 31 de dezembro de 2018 está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº. 695, de 13 de dezembro de 2012.

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram:

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

FAELBA						
	Planos de Previdência Complementar				Plano de Saúde Pós Emprego	
	CD		BD		2018	2017
	2018	2017	2018	2017		
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,10%	9,59%	9,25%	9,93%	9,46%	10,21%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	5,29%	5,55%	5,29%	5,55%	5,29%	Não aplicável
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,25%	Não aplicável	4,25%	4,50%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,25%	5,50%	4,25%	4,50%	4,25%	4,50%
Taxa de rotatividade esperada	8,82%	8,73%	Nula	Nula	8,82%	8,73%
Duration	0,98	0,98	0,98	0,98	-	-
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	BR-EMSSb-2015 Masculina (Suavizada em 15%)	BR-EMSSb-2015 Masculina (Suavizada em 15%)	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável	BR-EMSSb-2010 Masculina	BR-EMSSb-2010 Masculina	AT-83 masculina	AT-83 masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light-média	Light-média	Light-média	Light-média	Light-média	Light-média
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade

FASERN				
	Planos de Previdência Complementar			
	CD		BD	
	2018	2017	2018	2017
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,10%	9,59%	9,20%	9,93%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	5,29%	5,55%	Não aplicável	Não aplicável
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	Não aplicável	4,25%	4,50%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,25%	4,50%	4,25%	4,50%
Taxa de rotatividade esperada	6,66%	6,87%	Nula	Nula
Duration	0,98	0,98	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo e suavizada em 10%	AT-2000, segregada por sexo e suavizada em 10%	AT-2000 ponderada (40% masculina e 60% feminina), suavizada 10%	AT-2000 ponderada (40% masculina e 60% feminina), suavizada 10%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável	AT-83 ponderada (40% masculina e 60% feminina), suavizada 10%	AT-83,ponderada (40% masculina e 60% feminina), suavizada 10%
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light-média	Light-média	Não aplicável	Não aplicável
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	CELPOS			
	Planos de Previdência Complementar			
	CD		BD	
	2018	2017	2018	2017
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	8,94%	9,59%	9,36%	9,93%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	5,29%	5,55%	5,29%	5,55%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,25%	Não aplicável	4,25%	4,50%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,25%	4,50%	4,25%	4,50%
Taxa de rotatividade esperada	8,09%	8,57%	Nula	Nula
Duration	0,98	0,98	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT2000 Masculina	AT2000 Masculina
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável	AT-83 masculina	AT-83 masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light-Fraca	Light-Fraca	Light-Média	Light-Média
			50% na primeira elegibilidade à aposentadoria antecipada,	50% na primeira elegibilidade à aposentadoria antecipada,
			10% entre essa data e a data da Aposentadoria Normal e 100% na data de elegibilidade aposentadoria normal	10% entre essa data e a data da Aposentadoria Normal e 100% na data de elegibilidade aposentadoria normal
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	Não aplicável		

	FUNCESP	
	Planos de Previdência Complementar	
	BD	
	2018	2017
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,46%	10,10%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,33%	6,60%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,25%	4,50%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,25%	4,50%
Taxa de rotatividade esperada	Experiência Fundação Cesp 2012	Experiência Fundação Cesp 2012
Duration	14,72	13,55
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-49 masculina	AT-49 masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light-fraca	Light-fraca
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Análises de sensibilidade das premissas significativas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2018 e 2017 foram:

	FAELBA				
	Plano CD	Plano BD		Plano de saúde Pós Emprego	
	2017	2018	2017	2018	2017
Valor presente das obrigações de benefício definido					
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	6.796	351.191	345.405	806.774	798.044
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	6.545	322.521	316.921	722.223	710.058
% de impacto na obrigação de benefício definido					
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	1,92%	4,43%	4,48%	5,81%	6,14%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-1,84%	-4,10%	-4,14%	-5,28%	-5,56%
Impacto na <i>duration</i> média da obrigação de benefício definido					
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	3,81	9,75	8,76	12,75	11,91
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	3,71	9,23	8,45	11,89	11,45

	FASERN		
	Plano CD	Plano BD	
	2017	2018	2017
Valor presente das obrigações de benefício definido			
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	1.703	88.046	85.866
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	1.636	81.400	79.293
% de impacto na obrigação de benefício definido			
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	2,05%	4,07%	4,13%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-1,95%	-3,79%	-3,84%
Impacto na <i>duration</i> média da obrigação de benefício definido			
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	4,05	8,95	8,10
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	3,95	8,50	7,83

	CELPOS		
	Plano CD	Plano BD	
	2017	2018	2017
Valor presente das obrigações de benefício definido			
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	1.483	1.018.886	1.000.340
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	1.433	930.759	914.723
% de impacto na obrigação de benefício definido			
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	1,74%	4,72%	4,67%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-1,67%	-4,34%	-4,29%
Impacto na <i>duration</i> média da obrigação de benefício definido			
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	3,45	10,40	9,12
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	3,37	9,76	8,78

	FUNCESP	
	Plano BD	
	2018	2017
Valor presente das obrigações de benefício definido		
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	1.263.031	1.063.991
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	1.427.506	1.347.580
% de impacto na obrigação de benefício definido		
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	-5,81%	-10,70%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	6,46%	13,11%
Impacto na <i>duration</i> média da obrigação de benefício definido		
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	12,31	14,59
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	11,83	12,62

NEOENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de plano de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	FAELBA				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2018					
Benefícios de aposentadoria - BD	29.630	29.164	84.188	126.627	269.609
Benefícios de saúde pós-emprego	43.420	44.722	138.558	242.783	469.483
CELPOS					
	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2018					
Benefícios de aposentadoria - BD	79.123	79.049	232.511	361.009	751.692
FASERN					
	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2018					
Benefícios de aposentadoria - BD	8.089	7.916	22.553	32.635	71.193
FUNCESP					
	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2018					
Benefícios de aposentadoria - BD	75.642	76.099	230.286	462.312	844.339

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente relacionado aos planos previdenciários e assistencial:

	Consolidado	
	2018	2017
Valor reconhecido no balanço patrimonial		
Benefícios de previdência – CD	-	(4.933)
Benefícios de previdência – BD	(8.955)	(48.677)
Benefícios de saúde pós-emprego	(762.476)	(751.901)
Efeito do limite de reconhecimento de superavit	(138.807)	(157.927)
	<u>(910.238)</u>	<u>(963.438)</u>
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado		
Benefícios de previdência – CD	1.909	(637)
Benefícios de previdência – BD	31.312	20.768
Benefícios de saúde pós-emprego	(76.891)	(69.139)
	<u>(43.670)</u>	<u>(49.008)</u>
Redimensionamentos atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício		
Benefícios de previdência – CD	3.025	(1.011)
Benefícios de previdência – BD	30.145	1.068
Benefícios de saúde pós-emprego	20.474	(156.035)
	<u>53.644</u>	<u>(155.978)</u>

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Planos de Previdência Complementar				Plano de Saúde Pós Emprego	
	CD		BD		2018	2017
	2018	2017	2018	2017		
Custo do serviço passado	791	-	-	-	-	-
Custo do serviço corrente	(1.225)	(1.721)	(5.218)	(7.079)	(2.430)	(4.161)
Custo dos juros	(402)	(286)	(17.899)	(23.787)	(74.461)	(64.978)
Contribuições pagas pela patrocinadora	2.745	1.370	49.195	43.798	45.842	40.470
Total incluído na receita	1.909	(637)	26.078	12.932	(31.049)	(28.669)

A mutação das obrigações de benefícios pós emprego em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Planos de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós Emprego
	CD	BD	
Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2016	(12.233)	(1.306.110)	(567.198)
Adição por combinação de negócios	-	(1.146.466)	-
Custo do serviço corrente	(1.721)	(7.079)	(4.161)
Custo dos juros	(1.325)	(269.936)	(64.978)
Contribuições pagas pelos participantes	(53)	(6.382)	-
Benefícios pagos pelo plano	395	191.123	40.470
Premissas demográficas	4.038	(14.514)	7.167
Premissas financeiras	(162)	(132.648)	(64.767)
Experiência do plano	1.269	131.765	(98.435)
Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2017	(9.792)	(2.560.247)	(751.902)
Adição por combinação de negócios	-	-	-
Custo do serviço passado	10.897	-	-
Custo do serviço corrente	(1.225)	(5.218)	(2.430)
Custo dos juros	(841)	(246.890)	(74.460)
Contribuições dos participantes do plano	(95)	(6.186)	-
Benefício pago pelo plano	348	154.900	45.842
Redimensionamento atuariais	-	-	-
Premissas demográficas	(36)	-	453
Premissas financeiras	(63)	(140.628)	(37.170)
Experiência do plano	807	69.462	57.190
Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2018	-	(2.734.807)	(762.477)

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Planos de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós Emprego
	CD	BD	
Em 01 de janeiro de 2017	15.030	1.290.008	-
Adição por combinação de negócios	-	1.282.314	-
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	1.760	286.001	-
Redimensionamento atuariais	(12.957)	9.616	-
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.370	43.797	40.470
Contribuições pagas pelos participantes	53	6.382	-
Benefícios pagos pelo plano	(395)	(196.000)	(40.470)
Juros sobre valor justo	-	(9.851)	-
Em 31 de dezembro de 2017	4.861	2.712.267	-
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	438	264.873	-
Redimensionamento atuariais	2.316	103.298	-
Contribuições pagas pela patrocinadora	2.745	49.194	45.842
Contribuições pagas pelos participantes	96	6.186	-
Benefícios pagos pelo plano	(348)	(230.822)	(45.842)
Juros sobre valor justo	-	58.812	-
Pagamento do custo do serviço passado dos ativos do plano	(10.108)	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	-	2.963.808	-

As tabelas abaixo demonstram a classificação dos ativos dos planos de benefícios nas seguintes categorias:

	Ativos Administrados pela FAELBA				
	2018		2017		
	BD	Total	CD	BD	Total
Renda fixa	543.585	543.585	2.418	493.750	496.168
Renda variável	1.748	1.748	303	1.954	2.257
Investimentos Imobiliários	11.656	11.656	41	10.784	10.825
Total	556.989	556.989	2.762	506.488	509.250
Renda fixa	98%	98%	88%	98%	98%
Renda variável	0%	0%	11%	0%	0%
Investimentos Imobiliários	2%	2%	1%	2%	2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

	Ativos Administrados pela CELPOS				
	2018		2017		
	BD	Total	CD	BD	Total
Renda fixa	737.170	737.170	1.482	657.966	659.448
Renda variável	17.862	17.862	126	22.876	23.002
Investimentos imobiliários	38.836	38.836	-	55.393	55.393
Total	793.868	793.868	1.608	736.235	737.843
Renda fixa	93%	93%	92%	89%	89%
Renda variável	2%	2%	8%	3%	3%
Investimentos imobiliários	5%	5%	-	8%	8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Ativos Administrados pela FASERN				
	2018		2017		
	BD	Total	CD	BD	Total
Renda fixa	125.864	125.864	387	113.806	114.193
Renda variável	6.550	6.550	104	5.660	5.764
Investimentos Imobiliários	815	815	-	720	720
Total	133.229	133.229	491	120.186	120.677
Renda fixa	94%	94%	79%	94%	94%
Renda variável	5%	5%	21%	5%	5%
Investimentos Imobiliários	1%	1%	-	1%	1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Ativos Administrados pela FUNCESP				
	2018		2017	
	BD	Total	BD	Total
Renda fixa	1.247.569	1.247.569	1.130.358	1.130.358
Renda variável	166.860	166.860	85.549	85.549
Investimentos Imobiliários	65.293	65.293	64.634	64.634
Outros	-	-	68.818	68.818
Total	1.479.722	1.479.722	1.349.359	1.349.359
Renda fixa	84%	84%	84%	84%
Renda variável	11%	11%	6%	6%
Investimentos Imobiliários	4%	4%	5%	5%
Outros	1%	1%	5%	5%
Total	100%	100%	100%	100%

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido, contribuição definida e plano de saúde são:

	Plano CD		Plano BD		Plano de Saúde	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Custo do Serviço Corrente	(1.225)	(5.312)	(5.218)	(1.260)	(2.430)	
Custo dos juros	(402)	(11.109)	(17.899)	(70.076)	(74.460)	
Custo da Obrigação (ORA)	-	5	28	-	-	
Custo Total da Obrigação	(1.627)	(16.416)	(23.089)	(71.336)	(76.890)	

Outros benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, as distribuidoras do Grupo oferecem outras vantagens a seus empregados, tais como: auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as controladas Coelba, Celpe e Cosern despenderam com essas rubricas o montante de R\$ 129.797, R\$ 80.988 e R\$ 30.496 (R\$ 117.624, R\$ 74.579 e R\$ 48.429 em 31 de dezembro de 2017) respectivamente.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

34.SEGUROS

O Grupo mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Consolidado		
	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$ mil)
Riscos Nomeados - Subestações	30/11/2018 a 31/05/2019	1.752.970	5.457
Terrorismo	31/05/2018 a 31/05/2019	3.143.740	445
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2018 a 31/05/2019	306.000	13
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2018 a 31/05/2020	1.518.000	4.864
Catástrofes Naturais	31/05/2018 a 31/05/2019	5.518.965	9
Veículos	31/05/2018 a 31/05/2019	100% FIPE	392
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2018 a 31/05/2020	9.469.065	4.969

Os seguros do Grupo são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

35.QUESTÕES AMBIENTAIS

A Companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento de sua Política Socioambiental.

A Companhia capitaliza com parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e exigências dos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

Em 2018, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental:

- Rede compacta / Linha verde - Uma das ações de grande importância na preservação ambiental é a utilização de redes protegidas. Os cabos elétricos protegidos evitam acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda em árvores e melhorando o desempenho do sistema elétrico.

- Compensação Ambiental - Plantio em Áreas de Preservação Permanente (APP) com o uso de espécies nativas dos biomas de Mata Atlântica e Caatinga; Projeto de Meliponicultura que atua no manejo da abelha urucu de forma sustentável em uma área remanescente de Mata Atlântica, na região metropolitana de Salvador; apoio ao projeto de pesquisa botânica no Parque das Dunas, em uma área de restinga do bioma Mata Atlântica, na cidade de Salvador e a elaboração e distribuição do Guia Turístico e Cultural com a participação de lideranças locais dos municípios de Ibicoara e Iramaia. Todos estes projetos são compensações ambientais oriundas do licenciamento dos

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

empreendimentos da distribuidora. A reposição florestal da controlada Celpe obedece às normas vigentes, que estabelecem medidas compensatórias quando há necessidade de supressão e vegetação para a instalação de empreendimentos a controlada Cosern amparada pela legislação ambiental estadual realiza a compensação ambiental florestal na forma do pagamento do valor/árvore ao órgão ambiental para reposição florestal nas unidades de conservação.

- Gerenciamento de Resíduos - Reutilização de carretéis de madeira por meio da logística reversa; reforma de equipamentos do sistema elétrico e reciclagem do óleo mineral isolante dos transformadores; refino do óleo lubrificante proveniente da Geração de Energia em Fernando de Noronha, reciclagem de papel e do óleo residual de cozinha do restaurante da controlada Coelba; os resíduos, Classe I (perigosos) e Classe II (não perigosos) são coletados, transportados e destinados por empresas licenciadas, a fim de atender à legislação vigente. Através do Projeto Logisverde a controlada Cosern promove a reutilização de carretéis de madeira e do Projeto Poste Ecológico o reuso dos resíduos de concreto, ambos por meio da logística reversa; Também foi elaborado o Plano Corporativo de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) para as distribuidoras do Grupo.

Destacamos abaixo os recursos aplicados de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente.

	Ativo		Resultado	
	2018	2017	2018	2017
Recursos aplicados*	499.343	502.778	80.419	87.665

(*) Informações não auditadas

36.EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em 05 de fevereiro de 2019, o Grupo Neoenergia assinou os contratos de concessão dos seis parques eólicos localizados na Paraíba, com capacidade instalada variando entre 13,86 MW a 34,65 MW.
- Em 14 de fevereiro de 2019, foi proposto na Reunião do Conselho de Administração da Controlada Coelba, a deliberação de dividendos adicionais, a partir da reserva de retenção de lucro, no montante de R\$ 500.000.
- Em 25 de março de 2019, o Grupo Neoenergia assinou os contratos de concessão dos quatro lotes referentes ao Leilão de Transmissão nº 04/2018 realizado pela ANEEL, distribuídos entre os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. O investimento adicionou à rede do grupo mais 3.000 km de linhas de transmissão e 20 subestações, possibilitando ao grupo alcançar a marca de 5.336 km de linhas de transmissão, em território nacional. Os investimentos a serem realizados representam um aumento relevante nos negócios de transmissão do grupo.

NEOENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- d) Captações de dívidas e emissões de debêntures: as seguintes captações ocorreram desde 1º de janeiro de 2019 até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras:

Empréstimos e financiamentos			
Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
Contratos de Dívida no Mercado Nacional			
Financiamento	jul/2029	IPCA	515.200
Financiamento	jul/2030	TJLP	2.077
Taxa média/Subtotal		9,39%	517.277
Taxa média e Total		9,39%	517.277

Seguem detalhes das debêntures que serão emitidas no exercício de 2019:

Emissões de Debêntures em 2019			
Empresa	Assinatura da escritura	Emissão	Montante
TERMOPE	10/04/2019	8ª emissão	500.000
COELBA	01/04/2019	12ª emissão	700.000
CELPE	01/04/2019	10ª emissão	500.000
COSERN	17/04/2019	9ª emissão	500.000
Total			2.200.000

- e) A Neoenergia realizou o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas em 27 de fevereiro de 2019 no montante líquido de R\$ 329.488 referente ao provento que foi deliberado na RCA de 19 de dezembro de 2018.
- f) Em março de 2019, a Companhia obteve resultado favorável com a anulação definitiva na esfera administrativa do auto de infração recebido lavrado pela Receita Federal do Brasil em dezembro de 2017 no valor original de R\$1.205.431, por meio do qual cobrava Imposto de Renda decorrente do ganho de capital originado a partir da operação societária de aquisição do controle societário da Companhia em 2011 pela Iberdrola S.A., acionista direto à época. Após a Companhia ter apresentado sua impugnação, o auto de infração foi anulado completamente em primeira instância. Uma vez tendo o fisco federal interposto os recursos cabíveis em segunda instância administrativa perante o CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), referido órgão confirmou a decisão de primeira instância de forma definitiva, anulando o auto de infração cujo valor atualizado (mar/2019) era de R\$ 1.421.083.
- g) Reajustes tarifários: as controladas de distribuição de energia da Neoenergia tiveram os seguintes reajustes ocorridos em 2019:

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2019

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.532, 2.533 e 2.535 de 16 de abril de 2019 e 23 de abril de 2019, na 12ª e 13ª reunião pública ordinária de 2019, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Coelba, Cosern e Celpe, respectivamente, com vigência a partir de 22 de abril de 2019 e 29 de abril de 2019. O reajuste tarifário vai trazer um efeito médio para os consumidores de 6,22% para Coelba, 4,73% para Cosern e 5,04% para Celpe, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste vai ficar em 5,09% para Coelba, 2,81% para Cosern e 3,76% para Celpe, enquanto para os da baixa tensão, ficará 6,67% para Coelba, 5,48% para Cosern e 5,56% para Celpe.

NEOENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

h) Oferta Pública Inicial de Ações

A Companhia irá submeter para deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2019, o pedido de adesão ao segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3, o pedido de registro de oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Oferta de Ações”), a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às exigências do Regulamento do Novo Mercado.

i) Oferta Pública de Distribuição da 6ª Emissão de Debêntures

A Companhia irá submeter à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) o pedido de análise prévia para registro de oferta pública de distribuição da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, da Companhia (“Emissão”), a ser realizada em conformidade com os procedimentos da Instrução CVM 400, da Instrução CVM 471, e da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei 12.431/11” e “Debêntures Incentivadas”), sob o regime de garantia firme de colocação para o valor inicial da Emissão de R\$1.250.000 e de melhores esforços no montante de até R\$ 250.000 para as debêntures adicionais eventualmente emitidas nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400.



PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

NEOENERGIA S/A
PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

A Lei n^o 6.404/76, alterada pela Lei n^o 10.303/2001 determina em seu artigo 196 que “a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. *Parágrafo 1^o – O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até cinco exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. Parágrafo 2^o – O orçamento poderá ser aprovado na assembleia geral que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado, anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.*”

A Companhia propõe destinar o valor de R\$ 807,7 milhões para a Reserva de retenção de lucros referente ao exercício de 2018, com finalidade de dar continuidade aos investimentos em curso.

Em conformidade com o artigo 25 (IV) da Instrução CVM 480/2009, demonstramos a seguir a proposta de Orçamento de Capital da Neoenergia S.A., bem como as fontes de recursos para o exercício de 2019.

ORÇAMENTO DE CAPITAL	2019
APLICAÇÕES DE RECURSOS	
REDES	3.639
Coelba	1.533
Celpe	634
Cosem	315
Elektro	620
Transmissão	537
LIBERALIZADO	193
RENOVÁVEIS	353
HOLDING	5
TOTAL	4.189
FONTE DE RECURSOS	
Retenção de lucros	808
Geração de caixa e recursos de terceiros líquidos	3.382
TOTAL	4.189